

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Mônica Barbosa Brandão

PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO
JORNALISMO TELEVISIVO EM IMPERATRIZ – MA

Taubaté – SP
2020

Mônica Barbosa Brandão

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO
JORNALISMO TELEVISIVO EM IMPERATRIZ – MA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Franchi Carniello

**Taubaté – SP
2020**

Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

Brandão , Mônica Barbosa
B817p Profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo de Imperatriz MA. -/ Mônica Barbosa Brandão. – Taubaté, 2020.
128 f. il.
Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2020. Orientação: Profa. Dra. Monica Franchi Carniello, Departamento de Comunicação Social.
1. Desenvolvimento regional. 2. Gestão do conhecimento. 3 Comunicação. I.Título.
CDD – 338.98121

MÔNICA BARBOSA BRANDÃO

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO JORNALISMO TELEVISIVO EM
IMPERATRIZ – MA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____

Universidade*****

Assinatura _____

Prof. _____

Universidade*****

Assinatura _____

Com todo o amor do mundo, aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, à minha mãe, Josileide Alves Barbosa Brandão, pelo incentivo constante, pela fé que tem em mim e pela força que me transmite em cada gesto e palavra. Agradeço, *in memoria*, ao meu pai, Francisco de Sousa Brandão, que foi grande incentivador de todas as decisões que levaram à essa realização. Quando soube da notícia da morte dele, eu estava em sala de aula, no mestrado. Horas antes, havíamos conversado sobre as aulas, sobre as conquistas. Aquela conversa é meu combustível para superar a dor da saudade e seguir.

Agradeço aos meus irmãos, Eduardo Barbosa Brandão e Fernando Barbosa Brandão. A confiança de vocês em mim me faz querer crescer e buscar sempre o melhor caminho. Estendo os agradecimentos aos demais parentes próximos que, de forma direta, acreditam nos meus sonhos.

Agradeço aos meus dois gatos, José e Maria. Só a inocência e pureza deles poderiam oferecer um amor tão lindo e uma companhia incondicional em todo o processo de produção dessa dissertação.

Tenho enorme gratidão a todos os gestores e colegas de trabalho da Facimp Wyden. A instituição acolheu meus objetivos e metas e me deu condições para trabalhar e estudar de forma livre e com a dedicação necessária.

Agradeço aos 24 participantes da pesquisa de campo desta dissertação e a todos os jornalistas de Imperatriz, que são minha inspiração. A participação de cada um me proporcionou ter informações para construir os resultados e compreender o processo de profissionalização da mão de obra no telejornalismo, em Imperatriz – Maranhão.

Muito obrigada à minha orientadora, Monica Franchi Carniello. Focada, objetiva, acessível e, sem dúvidas, a melhor pessoa que eu poderia ter ao meu lado durante a construção deste documento que marca uma fase importante da minha vida e a realização de um sonho profissional.

RESUMO

O processo de profissionalização de um determinado segmento está diretamente ligado às dificuldades e conquistas para a categoria e, conseqüentemente, para região em que ela está inserida. O desenvolvimento regional e a comunicação estão relacionados ao passo que se analisa como uma comunidade busca informações para compor o senso crítico diante de diversas demandas, entre elas, melhorias na qualidade de vida, fatores fundamentais para o desenvolvimento. Na cidade de Imperatriz, no Maranhão, a televisão é um dos meios de comunicação com maior cobertura e possibilidade de difusão de notícias. O profissional das emissoras é um elo entre indicadores econômicos, e de desenvolvimento, e a população. Sabendo-se da responsabilidade da mão de obra do setor, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender como se deu o processo de profissionalização dos profissionais no jornalismo televisivo na cidade de Imperatriz, Maranhão. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevista em profundidade e análise de conteúdo a partir de sete categorias. Como resultados tem-se a profissionalização empírica como principal forma de ingresso dos profissionais à prática jornalística, apesar da formação convencional de parte dos entrevistados, o amor ao jornalismo e às contribuições sociais para a região como vantagens e a queda da obrigatoriedade do diploma, salário e mercado de trabalho atual como pontos negativos e que necessitam de discussão.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Gestão. Comunicação. Profissionalização.

ABSTRACT

PROFESSIONALIZATION OF LABOR IN TELEVISIVE JOURNALISM IN IMPERATRIZ - MA

The process of professionalization of a particular segment is directly linked to the difficulties and achievements for the category and, consequently, for the region in which it is inserted. Regional development and communication are related while analyzing how a community seeks information to compose critical thinking in the face of various demands, including improvements in quality of life, fundamental factors for development. In the city of Imperatriz, Maranhão, television is one of the media with the largest coverage and the possibility of broadcasting news. Broadcaster professionals are a link between economic and development indicators and the population. Knowing the responsibility of the sector's workforce, this research aims to understand how the process of professionalization of professionals in television journalism took place in the city of Imperatriz, Maranhão. To this end, a qualitative research was conducted, with data collection through in-depth interviews and content analysis from seven categories. As a result there is empirical professionalization as the main form of entry of professionals to journalistic practice, despite the conventional training of the interviewees, the love of journalism and social contributions to the region as advantages and the fall of the compulsory diploma, salary and current labor market as negatives and in need of discussion.

Key words: Regional development. Management. Communication. Professionalisation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comunicação para o desenvolvimento na linha do tempo	18
Quadro 2 – Funções do telejornalismo – segmento audiovisual	45
Quadro 3 – Funções do telejornalismo – segmento editorial	45
Quadro 4 – Modelo de tipologia em entrevista	55
Quadro 5 – Categorias de análise	57
Quadro 6 – Perfil sociodemográfico	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da radiodifusão no Brasil	25
Figura 2 – Contratação de jornalistas no Brasil	43
Figura 3 – Remuneração dos jornalistas no Brasil	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações
- Art. - Artigo
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
- DCN - Diretriz Curricular Nacional
- DOU - Diário Oficial da União
- Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas
- Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PNUD - Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- STF - Superior Tribunal Federal
- TV - Televisão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Problema	11
1.2	Objetivos	12
1.2.1	Objetivo geral	12
1.2.2	Objetivos específicos.....	12
1.3	Delimitação do estudo	12
1.4	Relevância do estudo	12
1.5	Organização do trabalho	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1	Desenvolvimento regional e comunicação	15
2.2	Estrutura de mídia no Brasil	23
2.2.1	Regulação de mídia no Brasil.....	28
2.3	Processo de profissionalização do jornalismo no Brasil	39
2.3.1	Diretrizes curriculares do ensino do Jornalismo no Brasil.....	49
3	MÉTODO	53
3.1	Tipo de pesquisa	53
3.2	Área de realização.....	54
3.3	População e amostra.....	54
3.4	Coleta de dados	55
3.5	Plano para coleta de dados.....	56
3.6	Plano para análise de dados	57
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1	Categoria perfil sociodemográfico	61
4.2	Categoria início de carreira	64
4.3	Categoria funções desempenhadas no trabalho	68
4.4	Categoria renda dos profissionais	71
4.5	Categoria dificuldades no exercício da profissão	74
4.6	Categoria vantagens da profissão	77
4.7	Categoria perspectivas para o mercado de trabalho na profissão.....	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista.....	91
	APÊNDICE B - Quadros de entrevistas.....	95

ANEXO A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	125
ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP.....	126

1 INTRODUÇÃO

A profissionalização da mão de obra no jornalismo brasileiro é fonte de debates desde o início do século XX. À época, a preocupação era relevante por conhecer-se a importância do jornalista na difusão de informações essenciais para a população (BARBOSA, 2013).

Tais debates mantiveram-se ao longo do século XX, mesmo depois da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, e fortaleceram-se no século XXI, principalmente, em 2009, quando o Superior Tribunal Federal decidiu por fim na obrigação de ter-se o diploma superior para exercer as funções de jornalista (OLIVEIRA, 2009).

O cenário da relação de trabalho e jornalismo apresenta-se frágil no Brasil e, conseqüentemente, em Imperatriz. A cidade não tem registros locais sobre o quantitativo de profissionais no telejornalismo, de acordo com o sindicato da categoria. Existe o índice Firjan (2015) de indústria criativa que apresenta número abaixo da realidade do mercado na cidade, tendo em vista, por exemplo, que Imperatriz tem 16 concessões de TV e apenas um apresentador aparece como regulamentado nos índices.

A situação se agrava por causa dos novos modelos de contratação no jornalismo, que vão desde pessoas jurídicas, em vez de físicas, e mais subcontratos, contratos temporários e demais formas que fragilizam a segurança trabalhista dos profissionais (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015).

A base do jornalismo é a notícia e é por meio dela que o profissional deve trabalhar, de acordo com Lage (2001). É de grande responsabilidade esta função. Quanto mais bem informada é uma população, mais consciente dos seus direitos e deveres ela tende a ser, inclusive na busca por melhorias na qualidade de vida, fatores preponderantes o desenvolvimento regional, podendo-se estabelecer, assim, a relação entre a comunicação e o desenvolvimento de uma região (SERENO et al., 2009).

Compreender o processo de profissionalização da mão de obra que trabalha, diretamente, com a informação é importante ao passo em que se analisa como foi formado o sistema de mídia no Brasil, tendo relações diretas com a política (AZEVEDO, 2006).

A cidade foi escolhida por ser a segunda maior do estado do Maranhão, segundo o IBGE (2018) e por ter televisões funcionando diretamente com base no jornalismo, fazendo a difusão de informações para toda a região que tem como sede Imperatriz. Dallabrida (2015), ao caracterizar as dimensões que influenciam no desenvolvimento de um território e uma região, apresenta o intelecto humano, a cultura e o social entre as seis principais classes. Ao divulgar informações, aguça-se o senso crítico, além de ter questões sociais e culturais diretamente ligadas aos valores-notícia.

Segue-se, portanto, a apresentação do problema da pesquisa, objetivos, metodologia, as bases teóricas do trabalho, referências e, por fim, apêndices e anexos.

1.1 Problema

Imperatriz é sede econômica e de prestação de serviços da principal microrregião do interior do Maranhão (IBGE, 2018). A Anatel (2018) confirma que sete emissoras de televisão mantêm programação local, além de outras com concessão. Ou seja, grande parte das notícias divulgadas na televisão, na microrregião, é produzida por profissionais do telejornalismo em Imperatriz.

Conhecendo-se o cenário de instabilidade no mercado de trabalho na profissão de telejornalista e da discussão sobre a obrigatoriedade ou não do diploma de ensino superior para o exercício de funções jornalísticas torna-se importante saber o processo de formação da mão de obra. Portanto, a presente pesquisa tem como problema a pergunta a seguir:

Como ocorreu o processo de profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo de Imperatriz – MA?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como ocorreu o processo de profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo de Imperatriz - MA.

1.2.2 Objetivos específicos

- Traçar o perfil sociodemográfico dos profissionais no telejornalismo em Imperatriz – MA.
- Compreender o processo de formação formal e empírica da mão de obra no telejornalismo em Imperatriz – MA.
- Identificar as potencialidades e barreiras enfrentadas pelos profissionais de telejornalismo em Imperatriz – MA
- Identificar os percursos profissionais e as perspectivas dos profissionais no telejornalismo em Imperatriz – MA.

1.3 Delimitação do estudo

Este estudo delimita-se a pesquisar o processo de profissionalização da mão de obra que atua no jornalismo televisivo de Imperatriz na contemporaneidade. Trata-se de repórter, produtores e apresentadores de telejornais. Não é finalidade da dissertação pesquisar a profissionalização de pessoas em outros meios de comunicação jornalísticos e nem serão pesquisadas ou comparadas emissoras específicas. No foco da pesquisa estão os profissionais, não as empresas.

1.4 Relevância do estudo

A importância do estudo baseia-se na necessidade de compreensão do processo de profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo em Imperatriz – MA. A cidade é a segunda maior do estado do Maranhão em população, ocupa o 101º lugar no Brasil e é a maior, em número de habitantes, da região de Imperatriz, localizada no sudoeste do estado (IBGE, 2018).

Imperatriz também tem números importantes quanto a transmissão de notícias por meio do telejornalismo. São 16 concessões de TV, sendo sete com programação diária, segundo a Anatel (2018). As emissoras também são responsáveis pela transmissão de conteúdo para outros municípios da região, o que justifica a necessidade de compreender o processo de profissionalização da mão de obra que produz as notícias veiculadas.

Apesar do cenário importante de Imperatriz para a região, não existem números oficiais sobre os telejornalistas que atuam na cidade. Segundo o sindicato da categoria, não há um registro dividido por seguimento jornalístico, portanto, não é possível fazer uma estimativa.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro realiza um mapeamento com a divulgação de dados sobre trabalho de diversas cidades do Brasil. Os números são baseados nos registros do Ministério do Trabalho e Emprego e os dados mais recentes são de 2015. De acordo com Firjan (2015), os cargos de repórter, apresentador e produtor estão classificados como funções da indústria criativa. Mesmo com 16 concessões de TV, em Imperatriz, estão registrados apenas três produtores de telejornais, um apresentador e 24 repórteres (neste caso o índice inclui rádio e TV).

Para Miranda (2018), a estruturação das redações de TV sofreu mudanças consideráveis nos últimos anos, principalmente com a popularização da internet. De tal forma, várias funções jornalísticas costumam ser missão de um só profissional, que fica sobrecarregado. Esta realidade pode ser uma das explicações para as subnotificações sobre os números profissionais da área.

Outros fatores, como subcontratos, contratação de pessoas jurídicas, para a realização de trabalhos antes realizados por profissionais contratados de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, e ainda o trabalho em casa, fora das redações, também são fatores que, de acordo com Oliveira e Grohmann (2015) influenciam diretamente para números oficiais que não condizem com a realidade da profissão.

Além das necessidades locais, regionais e de registro da categoria, a formação dos jornalistas voltou ao centro de debates no Brasil desde 2009. Após 40 anos do decreto que instituía a necessidade do diploma para o exercício da profissão, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram por fim à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão (OLIVEIRA, 2009).

Parte das emissoras de TV de Imperatriz surgiu no fim da década de 1970, período em que ainda não havia uma intensa fiscalização sobre os processos de profissionalização e a maior parte da mão de obra era composta de pessoas que tinham afinidade e desejo de produzir notícias e veiculá-las pela TV (BARROS, 1996).

O curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, funciona na rede pública, em Imperatriz desde 2008, mas, sem a obrigatoriedade do diploma, muitos profissionais que acompanharam os primeiros anos das emissoras de TV ainda estão ativos no trabalho, sem a formação convencional, enquanto outros ingressaram no mercado após a formação superior na área do jornalismo.

Percebendo-se a tais informações e as diferenças no processo, o presente estudo é relevante para que se compreenda como ocorreu a profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo diante das possibilidades de ter-se a formação superior na área ou não. O estudo também é importante dada à necessidade de se compreender processos de profissionalização de classes trabalhadoras para o desenvolvimento regional.

1.5 Organização do trabalho

A presente dissertação está dividida em seis seções e mais as referências, apêndices e anexos. Na primeira parte consta a introdução, com descrição de problema, objetivos, delimitação, relevância e organização do projeto. Depois, segue-se com o referencial teórico que contempla os assuntos Desenvolvimento Regional e Comunicação, estrutura de mídia no Brasil, processo de profissionalização do jornalismo no Brasil, incluindo a matriz curricular dos cursos de jornalismo. A terceira parte trata da metodologia que está sendo utilizada no desenvolvimento da pesquisa, em seguida os resultados esperados e, por fim, o cronograma de atividades e o orçamento previsto.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão apresentados pensamentos de autores que trabalham temas relacionados ao Desenvolvimento Regional e à Comunicação. Além da definição geral, serão ainda abordados outros tópicos relevantes para a sustentação teórica da dissertação.

2.1 Desenvolvimento regional e comunicação

O Desenvolvimento Regional e suas vertentes teóricas apresentam-se como dinâmicas e com particularidades que devem ser analisadas, de forma inicial, isoladamente, para em seguida contextualizar-se.

A princípio, tem-se a necessidade de compreender o desenvolvimento como termo particular. Santos et al. (2012) defendem a definição de desenvolvimento como multidimensional, dada a complexidade do entendimento das questões que envolvem a palavra. Biologicamente surge a primeira possibilidade de entendimento ao pensar-se nos seres vivos, os humanos; por exemplo. Tem-se o nascimento, crescimento biológico seguido de desenvolvimento físico e mental, questões o colocam em outro patamar (SANTOS et al., 2012).

Com a ideia inicial de desenvolvimento partindo da biologia, é cabível uma analogia com outros exemplos: aglomerações de pessoas organizadas tornam-se vilas, posteriormente, distritos ou povoados, cidades e, enfim, metrópoles, quando o crescimento vem acompanhado do desenvolvimento, colocando a região em outra situação, diante das demais (SANTOS et al., 2012).

Ao avaliar-se, entretanto, o desenvolvimento de uma região, a partir da explicação acima, é provável que o primeiro pensamento seja o aumento dos recursos financeiros. Esse fator também é importante no processo, mas deve ser analisado em contexto com outros aspectos. Lanzana (2012, p.2) afirma que a política de crescimento econômico deve ser baseada em “quatro objetivos: crescimento da produção e do emprego, controle da inflação, equilíbrio nas contas externas e melhor distribuição da renda gerada do país”.

Autores como Souza (2009) e Clemente e Higachi (2000) corroboram com o pensamento a partir da defesa de que é preciso uma avaliação ampla para considerar-se uma região desenvolvida, além das questões econômicas. Para Souza (2009), o desenvolvimento regional deve ser tratado de forma mais ampla do que as definições de economia regional, devendo conter elementos e estudos locais e urbanos de uma região. Clemente e Higachi (2000) também garantem que o estudo deve ser contextualizado, de forma a avaliar como, e se, as políticas econômicas melhoraram a qualidade de vida da população, fator considerado fundamental no processo de desenvolvimento regional.

Dallabrida (2015) tem uma definição que inclui ainda mais elementos. Ele define que o desenvolvimento de um território ou de uma região perpassa por seis dimensões para se tornar sustentável. É preciso analisar os aspectos do crescimento econômico, utilização consciente dos recursos naturais, organização institucional, investimento no capital humano, valorização e conhecimento sobre cultura e melhorias no bem-estar social da população.

Observando-se as três últimas dimensões é possível iniciar a compreensão de como a comunicação é fator importante para uma localidade. A relação entre os fatores que levam ao desenvolvimento regional e a comunicação é grande. Wolf (2005) defende que a comunicação de massa, aquela que objetiva informar diversos níveis sociais, deve abordar temas e discutir questões de interesse público. Política econômica, fatores locais, que são diferenciais competitivos de uma região, assim como melhorias na qualidade de vida, são temas que interessam ao público.

Conhecendo a dinâmica das dimensões que levam ao desenvolvimento, a comunicação apresenta-se como uma ligação entre poderes constituídos e a comunidade.

Peruzzo (2014, p. 181) afirma que:

Inserida nos contextos locais, respeitando as culturas, reconhecendo a existência de antagonismos e de lentidão na dinâmica de transformação social, a questão central passa a ser a premência de os processos e meios de comunicação se colocarem em benefício da ampliação da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade. A comunicação a partir deste enfoque pretende se alinhar a um modelo de desenvolvimento que só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa.

De tal forma, para a autora, a comunicação é ponto central no processo de desenvolvimento, mas é preciso conhecer as particularidades e a identidade do povo para tornar o processo ativo, transformando os cidadãos em participantes do processo de comunicação.

A participação contribui para a mudança social, como defendem Cavalcante e Nóbrega (2017, p. 21):

A comunicação para o desenvolvimento – também conhecida pela sigla C4D, abreviatura do inglês *communication for development* – é compreendida como “processo” ou como “ferramenta” que promove participação e mudança social, útil na gestão de projetos voltados para o desenvolvimento.

Cavalcante e Nóbrega (2017) afirmam ainda que, como ferramenta ou processo, a estratégia de comunicação para o desenvolvimento reúne todas as modalidades comunicacionais possíveis, desde a interpessoal até a tecnológica.

Peruzzo (2015), entretanto, reflete ainda, que os canais não são apenas meios para difundir notícias ou outras informações. A comunicação precisa mobilizar, integrar e contribuir para a produção de conhecimento e envolvimento comunitário em buscas de soluções para problemas comuns, chegando assim, mais perto do desenvolvimento nas mais variadas vertentes.

É necessário envolver os atores sociais em todo o processo de desenvolvimento de um território e, conseqüentemente, da região em que está inserido. Desta forma, o cidadão deixa de ser apenas expectador. Servaes (2008) reflete que é preciso compreender que a mudança social é parte integrante do processo de comunicação para o desenvolvido. Sendo assim, as estratégias comunicacionais devem ser vistas como meios importantes do processo e não só como ferramentas de divulgação final de resultados.

Para compreender o processo da comunicação para o desenvolvimento, parte-se de marcos históricos que influenciaram a formulação de teorias. Uma delas é a teoria da modernização ou difusão de inovações. Peruzzo (2015) descreve os fatores históricos que a fizeram ser adotada pelo governo brasileiro como estratégia de comunicação para o desenvolvimento entre as décadas de 1950 e 1980.

A concepção de desenvolvimento que marcou nossa história recente é a desenvolvimentista, elaborada a partir das noções da teoria da modernização ou da difusão de inovações. No Brasil, ela foi introduzida por Juscelino Kubitschek, entre 1955 a 1961, e recebeu impulso com o regime militar (1964 - 1985), que difundiu o paradigma da modernização que

preconiza a necessidade de modernizar as sociedades, independentemente de seu alcance social (PERUZZO, 2015, p. 187).

A autora afirma que o Brasil seguiu a ideia da modernização porque essa era teoria difundida no mundo, colocando os países desenvolvidos como exemplos para os subdesenvolvidos e divulgando as informações sobre tecnologia e estratégias econômicas como forma de desenvolver os países mais pobres. Porém, Peruzzo (2015), comenta que, ao excluir os fatores ligados aos eixos sociais, a teoria não poderia levar ao desenvolvimento efetivo. As reflexões da autora têm como base as pesquisas de Servaes, que critica centralizações nos processos de comunicação para o desenvolvimento.

Servaes (2008, p. 21) afirma que um ponto fundamental no entendimento do processo de comunicação para o desenvolvimento é que a participação popular ameaça hierarquias. Os especialistas sobre questões desenvolvimentistas continuam atuando, mas a opinião popular sobre as demandas públicas precisa ser considerada antes de grandes investimentos de recursos públicos. Processo fortalecido pela comunicação para o desenvolvimento.

As teorias em torno da modernização como resultado da difusão de informações sobre tecnologia e economia começou, especialmente, após a segunda guerra mundial, como explica Servaes (2008). Abaixo, segue a descrição, a partir da linha do tempo, das principais fases históricas de teorias sobre a comunicação para o desenvolvimento a partir de Servaes (2008) e Peruzzo (2015).

Quadro 01- Comunicação para o desenvolvimento na linha do tempo.

Marco histórico	Acontecimento e definição teórica
Fim da segunda guerra mundial (1945)	“a ideia de desenvolvimento que se espalhou pelo mundo partia de uma concepção da necessidade da modernização de sociedades tidas como atrasadas ou “subdesenvolvidas”, tendo como parâmetro os países desenvolvidos do Ocidente” (PERUZZO, 2015, p. 187)
Período da Guerra Fria (a partir de 1947)	As superpotências - os Estados Unidos e a antiga União Soviética - tentaram expandir seus próprios interesses para os países em desenvolvimento. De fato, os EUA estavam definindo o desenvolvimento e a mudança social como a réplica de seu próprio sistema político-econômico e abrindo caminho para as corporações transnacionais. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento viam o "estado de bem-estar social" das Nações do Atlântico Norte como o objetivo final do desenvolvimento (SERVAES, 2008, p. 18).
De 1947 até o início da década de 1960	Permaneceu-se a ideia de transferência de tecnologia como forma de avanço de desenvolvimento para os países mais pobres, os subdesenvolvidos, enquanto as nações mais ricas fortaleciam o relação de centralização das estratégias de desenvolvimento (SERVAES, 2008) “Quando esse desenvolvimento encontra dificuldade em prosperar, atribui-se o fato a problemas da própria “comunidade”, por não estar apta a ingressar com rapidez nesse processo de desenvolvimento, sem considerar que o problema poderia estar no modelo de desenvolvimento em questão” (PERUZZO, 2005,

	p. 189)
Entre 1960 e 1970	Percepção do fracasso da teoria modernização como base para o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Começa-se a entender e discutir que as principais causas das diferenças de desenvolvimento entre os países não é causada apenas por problemas de gestão ou falta. É preciso ampliar o olhar para além da modernização e difusão como únicas saídas para a diminuição da pobreza (SERVAES, 2008 e PERUZZO, 2005).
A partir de 1980	Tem-se a crescente reflexão teórica da dependência entre os países. “Os 'dependistas' estavam primariamente preocupados com os efeitos da dependência em países periféricos, mas, implícitos em sua análise, estava a ideia de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento devem ser compreendidos no contexto do sistema mundial. Este paradigma de dependência desempenhou um papel importante no movimento por uma Nova Informação Mundial e Ordem de Comunicação do final dos anos 1960 ao início dos anos 80” (SERVAES, 2008, p. 20).
A partir de 1980	As novas discussões teóricas no período, deram espaço para a para reuniões e reflexões em torno de novos documentos para as questões da comunicação para o desenvolvimento: “Exemplos: CDE-Blundtland/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (desde 1983), Conferência Rio 92, Fórum Global, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Conferência Global dos Povos sobre Mudança Climática (2010), entre muitos outros. Em meio a todos estes eventos, relatórios e acordos, foram publicadas, por exemplo, a Carta da Terra, Convenção da Biodiversidade ² , Agenda 21 e a Convención del Cambio Climático” (PERUZZO, 2015, p. 189).
Pós - desenvolvimento	Análise das particularidade de uma localidade e busca pelo bem-estar social (PERUZZO, 2015).

Fonte: elaborado pela autora, baseado em Servaes (2008) e Peruzzo (2015).

Portanto, partiu-se da discussão teórica da modernização como fator primordial para o desenvolvimento de um território e a comunicação como aliada no processo de difusão de aspectos tecnológicos dos países desenvolvidos para os mais pobres. Com a teoria da modernização essa estratégia era tida como ideal para o alcance do desenvolvimento.

Por outro lado, ao longo do tempo e com os pequenos avanços a partir da teoria da modernização, a teoria da dependência ganhou espaço defendendo uma relação entre todos os países, tornando a percepção de mundo um sistema global e valorizando a importância da análise das diferenças regionais e locais na análise de processos em busca do desenvolvimento (SERVAES, 2008).

Peruzzo (2015, p. 190) demonstra ainda que a nova forma de pensar o desenvolvimento foi chamada de “participativo”, “humano”, “social”, “local”. Tudo pelo fato de ressaltar as necessidades interdependentes entre os países e o início das discussões sobre questões particulares de cada região. Porém, de modo geral, a autora destaca que pouca mudança seria observada na prática, caso fossem mantidos os mesmos métodos de aliar comunicação e desenvolvimento regional.

É preciso analisar além a partir de vertentes da fase chamada de pós-desenvolvimento: “cujas premissas confrontam a própria ideia ocidental de desenvolvimento e propõem o direito dos povos à felicidade, ao viver bem, e o respeito aos saberes e valores dos povos ancestrais “ (PERUZZO, 2015, p.191).

Pensando-se na relação entre as práticas comunicacionais e as abordagens teóricas em torno da comunicação para o desenvolvimento tem-se duas vertentes: a comunicação como aliada à teoria da modernização e, por outro lado, como elemento chave no processo de desenvolvimento por meio da participação.

De modo geral, os meios de comunicação e as estratégias de produção da notícia relacionam informações que interessam ao público com a realidade vivida pelas pessoas da comunidade, porém, o processo sofre influências.

Lage (2001) defende que o processo comunicativo se produz a partir do elemento base, a notícia. Política, economia, desenvolvimento humano, questões ambientais e sociais são aspectos ligados ao desenvolvimento regional, de acordo com Souza (2009). Tais elementos representam interesse público, dadas as novidades que podem trazer e ao impacto direto na vida das comunidades, podendo definir-se que todos têm valor-notícia (WOLF, 2005).

Sereno et al. (2009) afirma que o processo de globalização das notícias formou uma relação mais sólida entre tais elementos. Com informações sendo divulgadas de maneira mais rápida e acessível, uma maior parte da população tem acesso e, assim, o próprio processo comunicativo oferece à comunidade informações que podem virar argumentos críticos. Uma população consciente de seus direitos e deveres tem mais força para exigir melhorias na qualidade de vida, fator preponderante para o desenvolvimento regional.

Porém, no processo de produção da notícia, a noticiabilidade ou valor-notícia, perpassa por questões mais profundas: “Mais do que elementos que configuram a linguagem do jornalismo e o funcionamento da informação (o que de fato são), elas estão inscritas no modelo de sociabilidade e no quadro simbólico que regem a vida social” (SILVA; FRANÇA, 2017, p. 02).

Quanto mais a comunicação é focada em linguagens e questões gerais de uma comunidade, menos aspectos simbólicos e importantes para os processos de desenvolvimento regional são valorizados. Essa orientação é chamada por Servaes (2008) como óbvia por tratar o processo como vertical e valorizar, principalmente, a difusão do que se tem como mais importante para o povo.

No processo participativo da comunicação para o desenvolvimento, entretanto, tem-se outro caminho. Destaca-se a importância da identidade cultural das comunidades locais e da democratização e participação em todos os níveis - internacional, nacional, local e individual. Aponta para uma estratégia, não apenas inclusiva, mas em grande parte proveniente dos "receptores" tradicionais (SERVAES, 2008, p. 21).

A população precisa reconhecer necessidades e direitos, para fortalecer a busca pelas resoluções por meio da comunicação e, assim, contribuir com o desenvolvimento. A teoria das mediações, de Jesús Martín-Barbero (1997, p. 72), traz a reflexão sobre o processo duplo que ocorre quando a comunicação é trabalhada de forma efetiva entre emissores e receptores. "Não se pode entender o que se passa culturalmente com as massas sem considerar a sua experiência. Pois, em contraste com o que ocorre na cultura culta, cuja chave está na obra, para aquela outra a chave se acha na percepção e no uso".

A partir das experiências vividas pela comunidade, assuntos ganham maior ou menor destaque nos meios de comunicação, de acordo com Martín-Barbero (1997), o que torna o processo de massificação comunicacional diverso e o faz passar por todas as dimensões necessárias para a reflexão sobre o desenvolvimento de um território.

Dallabrida (2015), ao defender a necessidade do investimento no capital intelectual, discorre sobre a necessidade da formação do senso crítico apurado para tomar decisões e contribuir para o crescimento de outros setores da sociedade. Quanto mais informação, melhor para o processo. Ao analisar a defesa do autor e a comunicação percebe-se que a mesma, por esse ponto de vista, não busca apenas ser meio de divulgação de notícias, mas também media composições discursivas sobre diversos assuntos.

A teoria das mediações esclarece a ideia ao dizer que "o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais" (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 55). De tal forma, a comunicação estabelece um papel ainda mais forte no processo do desenvolvimento regional.

Em consonância, Peruzzo (2015), defende também que a comunicação é fundamental no processo de desenvolvimento ao passo que contribui para o crescimento integral, nos mais variados eixos de uma região ou território.

Quando o desenvolvimento não se refere só a progresso, mas implica tomar as pessoas como partícipes de processos que possibilitem seu crescimento integral, a comunicação ocorre como parte de dinâmicas transformadoras das condições de opressão social (PERUZZO, 2015, p. 186).

Hallin e Mancini (2004) em uma análise de sistemas de mídias e políticas econômicas demonstraram, por meio da apresentação de exemplos, como os fatores estão interligados. Para os autores, o desenvolvimento da comunicação de massa em uma determinada região depende de questões próprias do desenvolvimento, como níveis de alfabetização e capacidade crítica da população. Segundo Hallin e Mancini (2004), quanto mais a população tem acesso a serviços que melhorem a qualidade de vida, mais a mídia e o processo de comunicação tendem a ter informações bem apuradas e de interesse de todo o público tornando, assim, o desenvolvimento regional e a comunicação conteúdo ligados em uma determinada região.

A relação entre comunicação e mudança social, levando à benefícios para a população também é citada por Barranquero e Sáez (2015). Mas os autores são críticos ao modo de considerar a comunicação apenas uma ferramenta que leva às dimensões do desenvolvimento. Para eles, a comunicação é, de fato, um mecanismo efetivo que, por meio de organização sistemática, favorece a busca pelos fatores do desenvolvimento e contribui com o bem-estar social.

Silva e França (2017, p. 10) ressaltam que “os valores-notícia são definidos contextualmente, e possuem um vínculo profundo com os valores sociais e com a ideologia”. Relacionando a notícia com o desenvolvimento regional, Servaes (2008, p.22) afirma que para compartilhar informações, conhecimento, confiança, comprometimento e uma atitude correta em projetos de desenvolvimento, a participação é muito importante em qualquer processo de tomada de decisão para o desenvolvimento.

Assim, levando em consideração aspectos próprios do mundo globalizado, a comunicação com participação popular apresenta-se como fator fundamental para democratizar tomadas de decisão e buscar soluções para questões sociais e econômicas para regiões.

Portanto, em vez apenas de difundir informações produzidas por um grupo centralizador e distante das questões sociais, a comunicação para o desenvolvimento precisa ir além e incentivar ações que coloquem a comunidade como protagonista, e não apenas receptora, mesmo que a participação de atores tradicionais do processo (como estado e empresas) mantenha-se ativa.

2.2 Estrutura de mídia no Brasil

Analisar a estrutura de mídia brasileira é entender que, mesmo em um país de dimensões continentais e que tem a comunicação como previsão legal na Constituição Federal de 1988, ainda existe uma grande parcela da população sem acesso a informação e uma influência significativa de poderes políticos e econômicos sobre a produção da notícia como produto da indústria midiática.

O Atlas da notícia no Brasil (2019) mostra a realidade dos chamados desertos de notícia, que são áreas do país sem cobertura na produção de informações, o que diminui a possibilidade da formação da comunicação para o desenvolvimento de forma participativa e democrática, como defendem Servaes (2008) e Peruzzo (2015). As informações foram coletadas em 2018 e publicadas em 2019. Os dados disponíveis no atlas foram captados com o apoio de grupos de pesquisa de universidades brasileiras e também de sindicatos de jornalistas.

No Brasil, 2.520 cidades possuem emissoras de radiodifusão (rádio ou TV). Esse total, representa uma cobertura que chega a cerca de 150 milhões de habitantes, ou seja, um percentual aproximado de 75% da população nacional. O número até parece positivo, mas se torna preocupante ao avaliar-se que 25% da população nacional vive no “deserto da notícia”, em relação as divulgações em rádio e televisão. No comparativo entre os dois veículos, o rádio se sobressai em relação da TV. São 3.753 rádios no Brasil e a TV chega ao total de 2.727 emissoras (ATLAS DA NOTÍCIA, 2019).

A falta de notícias produzidas com participação de atores locais também é uma realidade em mídias como jornal impresso e até mesmo a internet. No levantamento realizado em 2017 e divulgado em 2019, teve-se como resultado a

estimativa de que cerca de 70 milhões de brasileiros vivam em áreas sem cobertura de produção de notícia por meios impressos e onlines (ATLAS DA NOTÍCIA, 2019).

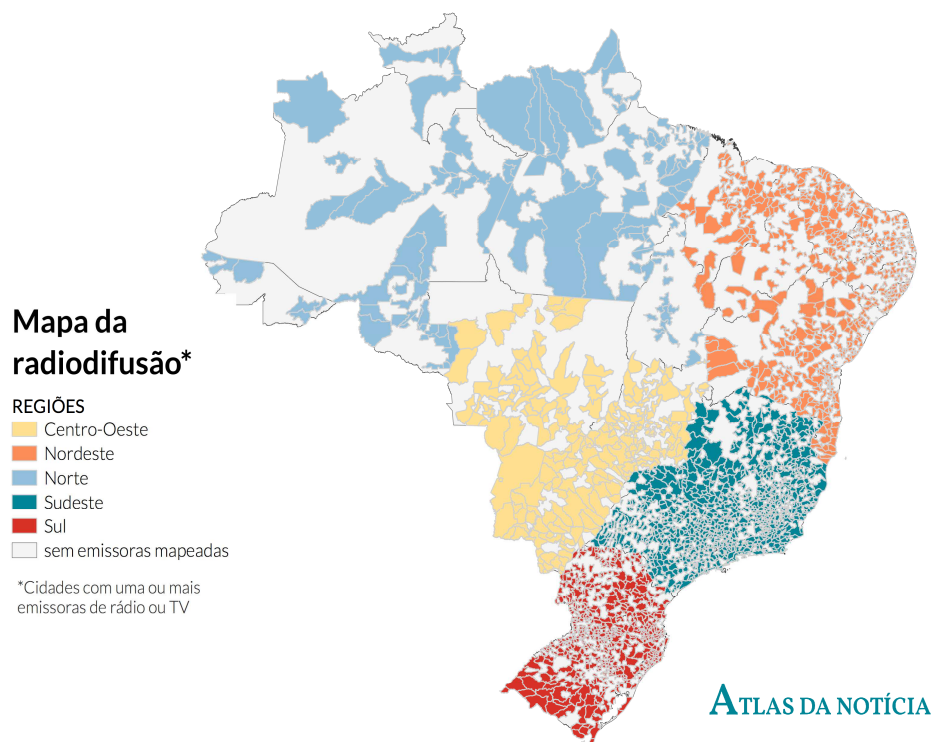
Moreira e Del Bianco (2018, p. 04) analisaram as áreas denominadas desertos de notícia até 2018 e refletem:

Ao tratar das regiões de sombra e de silêncio, considera que – ainda que o acesso aos meios audiovisuais e à internet seja livre no Brasil, e que o número de celulares tenha ultrapassado a média de um aparelho por habitante (dados da Anatel mostram que o Brasil encerrou maio de 2018 com 235,5 milhões de celulares e densidade de 112,68 celular por 100 habitantes) – muitos brasileiros seguem sem conseguir acessar uma variedade de serviços. Diferenças socioeconômicas e geográficas, principalmente, são impedimentos para que uma parte da população aproveite os benefícios gerados pela evolução das tecnologias de informação e comunicação nas últimas décadas.

Assim, observa-se que a comunicação para o desenvolvimento regional não é priorizada na estrutura de mídia brasileira, pois, mesmo com aumento das possibilidades tecnológicas para produção jornalística e midiática, muito ainda precisa-se avançar em relação a participação popular nas produções de notícia que, muitas vezes, vão influenciar na opinião pública.

A distribuição das estruturas de mídia no Brasil também tem outra característica marcante, a concentração de emissoras de radiodifusão é maior nas regiões mais desenvolvidas economicamente, assim, as áreas de deserto de notícia existem, em maior predominância, nas localidades mais pobres da federação, conforme representa a figura 01.

Figura 01 – Mapa da radiodifusão no Brasil



Fonte: Atlas da notícia (2019).

Observa-se, a partir do mapa, maior concentração de emissoras nas regiões sul e sudeste onde, segundo o IBGE (2019), a população tem as melhores condições de vida do Brasil e existe maior industrialização enquanto as maiores áreas sem cobertura estão no norte do país, especialmente, no estado do Amazonas, e no interior de estados do norte, que apresentam características contrárias.

Santos e Laura Silveira (2001), citados por Moreira e Del Bianco (2018, p. 09), definem essa diferenciação como “espaços da rapidez e espaços da lentidão”, o que impacta diretamente em como a comunicação contribui para o desenvolvimento regional.

Em princípio, os espaços da rapidez são, do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes, convenientes e precisos e também mais baratos). Do ponto de vista social, os espaços da rapidez são aqueles onde é maior a vida das relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então zonas de passagem, respondendo a necessidades de uma circulação mais longínqua. (...) A ideia de espaços da rapidez e espaços da lentidão também pode ser cotejada com a noção de espaços do mandar e do fazer e de espaços do mandar e do obedecer. (...)

Os espaços do mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. (...) Seja como for, a questão que se apresenta é saber para que serve ser “rápido” ou “lento” e, ao mesmo tempo, identificar as consequências econômicas, sociais e políticas da lentidão e da rapidez. Na realidade é essencial reconhecer os processos reguladores e suas manifestações geográficas (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 263 *apud* MOREIRA; DEL BIANCO, 2018, p. 09).

As questões intrigantes do processo de estruturação da mídia brasileira não se restringem só aos fatores locais. Como pode-se observar, os poderes relacionados ao capital e à política fazem parte do processo de estruturação da mídia no Brasil. Carniello et al (2016) afirma que a informação em escala de produção midiática é uma realidade do Brasil. O processo se intensificou, especialmente, a partir do século XX.

Com a expansão das mídias de massa, cuja gênese está na imprensa e se expande por meio das mídias eletrônicas e, no final do mesmo século, com a emergência das mídias digitais, a comunicação, ou pelo menos parte dela, se transforma em uma indústria, fundamentada na lógica capitalista. Deixa de ser apenas meio e torna-se produto, sujeito às leis de mercado, buscando segmentos de públicos, rentabilidade, visibilidade, lucro. (CANIELLO et al, 2016, p. 5)

Rizzotto (2012) e Barbosa (2013) definem, ainda que, analisando-se a história do país, é possível estabelecer uma relação entre os três pontos desde a época colonial, principalmente, em comparação com outros países colonizados no mesmo período.

O período colonial é o primeiro indicador histórico dessa situação. No período colonial a imprensa e também a universidade não tiveram espaço de desenvolvimento no Brasil. Ao contrário das colônias espanholas, que já demonstravam uma cultura avançada, e por tal razão puderam ver precocemente desenvolvidas tanto uma quanto outra (RIZZOTTO, 2012, p. 114 -115).

Tal assertiva remete à análise de que, quanto mais informada é uma população, mais ela tende a conhecer e buscar seus direitos, situação que não era pretendida na época colonial, o que caracteriza que a formação midiática, já passava pelos interesses políticos, mas, no caso, a imprensa como opositora, basicamente (RIZZOTO, 2012).

Em meados do século XVIII, o avanço de grupos de intelectuais em busca de materializar a informação em impressos, foi visto como uma ameaça aos poderosos da realeza. Barbosa (2013) assegura que a instalação e o funcionamento tardio das tipografias no Brasil colônia, deu-se, principalmente, por questões socioculturais e

por interesses econômicos de manutenção do poder real em diversos aspectos, inclusive na difusão de informações.

A tipografia e o primeiro jornal impresso do Brasil só chegaram às terras da colônia quando a corte escolheu que era a hora. Com as ameaças de invasão francesa no começo do século XIX, a família real mudou-se para o Brasil e trouxe consigo toda a estrutura da tipografia que deu origem à Gazeta do Rio de Janeiro. Barbosa (2013) relembra que as máquinas foram destinadas, inicialmente, a imprimir os despachos, editais e avisos da corte e, mais tarde, começou a impressão do jornal.

Mesmo com a tipografia sendo uma realidade, os interesses políticos e financeiros continuaram à frente da informação, como detalha Barbosa (2013, p. 39):

A transformação do Brasil em vice-reinado e sede da Coroa portuguesa não significou o abrandamento da censura. Muito pelo contrário. Além da Mesa do Desembargo do Paço, que passou a funcionar no Rio de Janeiro, criou-se a Junta Diretora da Impressão Régia, formada por homens ilustrados da mais estrita confiança de D. João VI.

A autora ainda afirma que era a junta que decidia, semanalmente, o que iria ser notícia no primeiro jornal impresso do Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro. Valorizando pautas de interesse da corte e dos mais poderosos envolvidos na sociedade da época, em detrimento das questões de interesse dos mais pobres e com pouca representatividade na sociedade, que representavam a maior parte da população.

Apesar da constante influência política nas produções, ao longo dos anos, a relação mudou o perfil com a maior valorização financeira da notícia. No início do século XX o jornalismo começou a ser visto como profissão e o capitalismo ganhou força no processo. Surgiram as empresas jornalísticas e a notícia passou a ser o produto principal de comercialização (RIZZOTTO, 2012).

O processo de formalização da profissão ocorreu no Brasil após a consolidação em outras partes do mundo. Melo (2004, p. 73) resume:

A institucionalização do jornalismo enquanto campo universitário data do início do século XX nos Estados Unidos. Ela foi, contudo, precedida por iniciativas ancoradas em território europeu, principalmente na Alemanha, França e Suíça, entre os séculos XVII e XIX.

Nos países em que a consolidação no jornalismo ocorreu primeiro, o processo de formação midiática também foi marcado pelos interesses capitalistas. A relação

entre jornalismo e dinheiro abriu espaço para a intervenção política no processo. Exemplo disso foi a introdução da TV nos grupos de mídia brasileiros, trazendo referências sólidas do modelo americano.

Barbosa (2013) relembra que a televisão começou a gerar especulações para grupos de mídia nacionais, até então dominadores de rádios e jornais impressos, na década de 1930. Na época, os primeiros aparelhos chegaram ao país como objetos de exposição que, anos mais tarde marcaram o fortalecimento do poder midiático de grupos detentores de recursos financeiros e políticos.

Em 1950 os primeiros programas de televisão foram ao ar no Brasil. De acordo com Paternostro (2006), o modelo jornalístico era americano e o objetivo maior da divulgação de informações também era parecido: lucratividade.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a TV começou a ganhar popularidade. Barbosa (2013) diz que, nos primeiros anos, o rádio e o impresso eram aliados porque anunciavam a chegada da TV ao país e promoções nas vendas dos primeiros aparelhos, que ainda custavam caro para a realidade da época.

Até 1970, segundo Paternostro (2006) foram inauguradas as primeiras cinco TVs brasileiras, todas na região sudeste. O fato também marcou o crescimento financeiro de grupos econômicos, com envolvimento de políticos ou formado por famílias, que passaram a dominar a divulgação de notícias divulgadas na TV e o padrão da produção jornalística televisivo.

2.2.1 Regulação de mídia no Brasil

Ao passo em que a televisão se tornava mais popular no Brasil, a estrutura da regulação midiática, incluindo a radiodifusão, foi formada. Lopes (2009) relata que a primeira fase do processo foi instituída na década de 1930, mesmo quando a TV ainda nem funcionava no país. “Tratava-se do Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931, promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas, que determinava a competência exclusiva do Governo Federal para regulamentar a telegrafia, a radiotelegrafia e as atividades de radiodifusão” (LOPES, 2009, p. 03).

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a direcionar regras sobre o direito de exploração de serviços e telecomunicações, incluindo rádio e, posteriormente a TV:

O inciso VIII do seu art. 5º determinava como competência privativa da União “explorar ou dar concessão aos serviços de *telegraphos* e *radiocomunicação*”. Assim, firmava-se o entendimento da aplicabilidade do *trusteeship model*, modelo segundo o qual existe responsabilidade governamental em organizar de forma racional o espectro radioelétrico, podendo o próprio Estado operar os serviços de radiodifusão, ou transferir esta responsabilidade a um agente privado, por meio de uma outorga pública. Também se consolidava um modelo de gestão de espectro muito semelhante ao *command-and-control* norte americano, que condicionava a utilização de ondas de rádio à emissão de uma licença, na qual estão estabelecidos os termos nos quais se fará esse uso (LOPES, 2009, p. 04).

As constituições de 1937, 1946 e 1967 também centralizaram na união o poder sobre a regulação das emissoras e veículos de telecomunicações brasileiros, como relembra Lopes (2009) e Lins (2017).

Tratando-se sobre regulação de mídia, um fato importante foi a lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. A legislação instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, em que incluía a principal mídia da época, o rádio, mas também previa o desenvolvimento de outras modalidades nas telecomunicações, como a TV e a telefonia. A lei começou a ser planejada no governo de Juscelino Kubitschek, mas foi aprovada e sancionada pelo presidente João Goulart.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético. Telegrafia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão de escritos, pelo uso de um código de sinais. Telefonia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão da palavra falada ou de sons (CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, 1962).

A lei ainda determinou que a união é a responsável pela concessão e fiscalização a respeito das empresas que exploram os serviços relacionados às telecomunicações. O código também previu a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações, com participação efetiva de representantes dos ministérios e com presidente nomeado pelo chefe do poder executivo nacional (CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, 1962).

Em 1967, com o regime militar, o Código Brasileiro de Telecomunicações teve alterações importantes quanto às modalidades de concessão, com a inclusão, por exemplo, das TVs e rádios educativas, de acordo com Lopes (2009). A autora

também destaca a criação do Ministério das Comunicações, no mesmo ano, fortalecendo a cadeia administrativa de regulação.

Entretanto, de acordo com Lins (2017), suspeitas de fraudes e facilitações de trâmites legais para concessões de TV no Brasil provocaram novas adequações no código brasileiro de telecomunicações. Uma das principais situações foi a investigação sobre o acordo multinacional entre a Rede Globo e a empresa americana Time-Life. O acordo é, até hoje considerado “controverso”, como denomina Lins (2017, p. 20) porque a empresa estrangeira era tida como a principal investidora financeira na Rede Globo, transação proibida pela legislação brasileira.

Após episódios marcantes, como esse, quatro instrumentos marcaram as mudanças na regulação das telecomunicações no Brasil. Um deles foi a constituição de 1967 “que trouxe à competência da União a execução dos serviços” (LINS, 2017, p. 20).

A autora destaca ainda os outros quatro instrumentos legais para a regulação nas telecomunicações mais importantes do período:

O Decreto-Lei nº 162, de 13 de fevereiro de 1967, expedido um mês antes da promulgação da Constituição de 1967, trazendo à competência da União a exploração dos serviços de telecomunicações, extinguindo o poder concedente de estados e municípios, mas preservando os contratos já vigentes.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que reestruturou a administração federal, criando o Ministério das Comunicações e transferindo o Contel para sua estrutura interna, com função de assessoramento (art. 165). Uma lei posterior, a Lei nº 5.535, de 20 de novembro de 1968, promoveria pequenos ajustes na atuação do Contel, reforçando esse caráter de órgão subsidiário.

O Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que modificou o CBT estabelecendo nova tipificação dos crimes de telecomunicações e das penas aplicáveis, delimitando critérios para o controle e a participação na gestão de empresas de radiodifusão, estabelecendo limites à propriedade de emissoras e criando o serviço de televisão educativa (LINS, 2017, p. 20 grifo nosso).

Outro marco importante na legislação brasileira sobre a comunicação está na previsão legal da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que garante que a informação é um direito da comunidade, portanto, as grandes empresas midiáticas, de rádio e televisão, são concessões públicas, fortalecendo as regras já especificadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.

Melo (2010, p. 17) explica que:

A Constituição Cidadã de 1988 representa o fim dessa tradição de tapar o sol com a peneira. Pela primeira vez, os nossos legisladores enfrentam com

determinação os desafios da sociedade midiática, dedicando-lhe um capítulo exclusivo da nossa carta magna.

A parte citada por Melo (2010) está na Constituição da República Federativa do Brasil, no capítulo V, sobre a comunicação social, entre os artigos 220 e 224. O primeiro artigo começa determinando o fim da censura à imprensa no Brasil, nos moldes antes empregados pelo regime militar (LINS, 2017).

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, 1988, p. 129).

A constituição segue, no capítulo V, artigo 220, determinando as competências federais sobre a regras para propagando de cigarros, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias e discorre ainda , no artigo 221, sobre a programação das emissoras de rádio e TV, que devem valorizar princípios educacionais, de valorização das culturas nacionais e regionais e respeito a pessoa e a família (BRASIL, 1988).

No artigo 222, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, p. 130) discorre sobre a propriedade de empresas de rádio e televisão no país:

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (EC no 36/2002) § 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. § 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. § 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. § 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º. § 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

As regras reforçam que a informação produzida no Brasil deve levar em consideração, principalmente, as características do povo brasileiro e priorizando produção de riquezas e posse ao cidadão do país.

O capítulo V, dedicado à comunicação social, segue regulamentando a legislação sobre a distribuição de emissoras de rádio e televisão no Brasil. A constituição de 1988 regulamenta as concessões e as renovações de licenças para o funcionamento das emissoras brasileiras.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. § 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem. § 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal. § 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. § 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão (BRASIL, 1988, p. 130).

As regras sobre as concessões para rádios e TVs dispostas na constituição de 1988 vão ao encontro daquelas praticadas desde 1962, a partir do Código Brasileiro de Telecomunicações. Lopes (2009) e Lins (2017), descrevem as características sobre as modalidades de concessão praticadas no Brasil: comercial, educativa e comunitária. As concessões são expedidas a partir de processos licitatórios e a disponibilização depende da autorização no poder executivo nacional.

As emissoras **comerciais** têm autorização para explorar com fins lucrativos a programação de rádio ou TV. Os recursos financeiros são conseguidos, principalmente, por meio da venda de horários comerciais, nos intervalos da programação. As outorgas, para gerar concessão de exploração do canal, são conseguidas após a divulgação do edital e que regulamenta o processo licitatório.

O edital deve indicar, entre outros: o objeto da licitação; o valor mínimo da outorga; condições de pagamento; relação de documentos necessários à habilitação; e critérios para julgamento das propostas técnicas e de preço. Também deve haver no edital indicação de critérios objetivos para a gradação da pontuação, sendo vedada a comparação entre propostas. As concorrências ocorrem em três etapas. A primeira é a fase de habilitação e, caso o candidato cumpra todas as exigências do edital, passa à fase seguinte. Na segunda etapa, são analisadas as propostas técnicas e, por último, as propostas financeiras (LOPES, 2009, p 08).

As concessões **educativas** previstas a partir das regulamentações Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, como reforça Lins (2017). Essa modalidade concede o direito de exploração de um canal de rádio e TV para fins educacionais nos variados níveis, desde programas para educação infantil até a superior. Estão incluídas nessa modalidade, por exemplo, as TVs e rádios universitárias. Baseada no § 1º do inciso XV do art. 13 do Decreto nº 2.108, de 1996,

Lopes (2009, p. 09) afirma que “é dispensável a licitação para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Não há um procedimento específico para a outorga estabelecido na legislação, sendo a escolha dos agraciados com concessões e permissões discricionária do ministro das comunicações”.

Quanto a modalidade **comunitária** “nasceu com a publicação da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil e dá outras providências. A lei é regulamentada pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1998 e pela Norma Complementar 001/04, do Ministério das Comunicações”, como descreve Lopes (2009, p. 09). A radiodifusão comunitária é destinada a associações ou fundações que não tenham fins lucrativos. Para pleitear essa modalidade, a organização precisa possuir um estatuto que preveja pluralidade cultural entre as ações e os participantes delas. Os dirigentes das associações ou fundações precisam ser brasileiros natos ou naturalizados (nesse caso, há mais de 10 anos). O responsável pelas ações tem que ter 21 anos ou mais (LOPES, 2009).

Trabalhando-se as modalidades de concessão e, em torno da regulação de mídia no Brasil retomando um aspecto fundamental previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p. 129), no artigo 220: “§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

Lins (2017, p. 21) ressalta que existe um limite legal que determina como os grupos de comunicação devem se organizar para não formar monopólios ou oligopólios:

As limitações à propriedade são caracterizadas pelo número de concessões da empresa de radiodifusão: para radiodifusão sonora local, quatro emissoras de onda média e seis de FM; para radiodifusão regional, três de onda média e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; para nacional, duas em onda média e duas em ondas curtas; para televisão,

dez concessões em nível nacional, sendo até cinco em VHF e duas por estado.

O autor reforça que a regra é prevista no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/1967. Porém, o próprio autor alega que alguns artifícios são usados no Brasil para contornar o que dizem as regras. Lins (2017) cita ações como a formação de redes de radiodifusão e autorizações para retransmissões.

Os sistemas de redes de radiodifusão são comuns no Brasil e um dos exemplos é a Rede Globo. “O sistema de rede é uma construção contratual em que uma emissora, a cabeça de rede, produz a programação que é veiculada, simultaneamente, pelas emissoras associadas” (LINS, 2017, p 21).

No caso das retransmissoras, o processo é ainda mais livre e chega a um número maior de empresas, que transmitem o conteúdo produzido pela empresa geradora, ou “cabeça de rede”.

A malha de retransmissoras é controlada por uma emissora para retransmitir sua programação em outras localidades. Cada rede dispõe de centenas de retransmissoras, controladas pela “cabeça de rede” ou por emissoras associadas. Não há limite legal, procedimento licitatório competitivo ou critérios claros para a autorização de retransmissoras (LINS, 2017, p. 22)

Ou seja, dados apresentados por Lins (2017) vão de encontro ao que está previsto na constituição de 1988, quando proíbe a concentração de mídia. Para Azevedo (2006) a dominação midiática de concessões de TV e rádio no Brasil começou ainda antes da vigência da atual constituição.

Até 1988, ano da promulgação da atual Constituição, a concessão de serviços de radiodifusão era prerrogativa exclusiva do Presidente da República que naturalmente usava este privilégio como moeda de troca política. Como resultado desta legislação permissiva criou-se no Brasil uma espécie de "coronelismo eletrônico", com políticos controlando e usando a mídia local ou regional para seus interesses políticos e eleitorais (AZEVEDO, 2006, p.95)

Para o autor, portanto, a centralização do poder midiático ficou como herança das antigas práticas políticas e não foi combatida, mesmo depois da vigência da nova carta magna.

Amaral e Machado (2018, p. 637 grifo das autoras) reforçam que, apesar da proibição legal, a formação de grupos detentores da mídia brasileira continua se fortalecendo.

Poucas empresas dominando determinado produto ou serviço, sem outras concorrentes no mercado. As concessões, de faixas de rádio e canais televisão, concentradas nas mãos dessas famílias tornaram-se verdadeiras “capitanias hereditárias”, onde, apesar de ser vedada por lei, as concessões constituem herança, de geração para geração, formando uma casta de poderosos regionais.

Além da formação de grupos midiáticos entre famílias, Cabral (2015) vai além e diz que, em grande parte das vezes, essa concentração midiática é fortalecida no intuito de formar políticos para cenários regionais e locais. A autora chama atenção para a realidade de que, apesar de muitas áreas brasileiras não possuírem emissoras de TV, basta ter acesso a energia elétrica e uma antena, mesmo que improvisada, para que a informação chega às casas por meio da televisão. Ou seja, pouca participação de atores locais e muita influência na opinião pública são fatores que favorecem interesses políticos.

Na área de radiodifusão (rádio e televisão), três conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos atingem quase 100% do território brasileiro. A Rede Globo é o principal grupo, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro (RJ), com grande influência na política, na economia e na sociedade brasileira.

Segundo Cabral (2015, p. 19) três conglomerados nacionais e mídia e cinco grupos regionais chegam a quase todo o território nacional:

A Rede Globo é o principal grupo, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro (RJ), com grande influência na política, na economia e na sociedade brasileira. Além da Rede Globo, Record e SBT destacam-se entre os principais conglomerados nacionais, chegando a quase todos os lares. A EBC (Empresa Brasileira de Comunicação - instituição pública de comunicação), Bandeirantes e Rede TV também vêm trilhando o mesmo caminho. No caso dos grupos regionais, evidenciam-se: a Rede Brasil Sul (no Sul do país), atingindo quase todos os domicílios dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; as Organizações Jaime Câmara (no Centro-Oeste), com a TV Anhanguera; a Rede Amazônica de Rádio e Televisão que atua em cinco dos sete Estados da Região Norte; o Grupo Zahran, nos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Grupo Verdes Mares (Nordeste), no Estado do Ceará.

Amaral e Machado (2018) criticam ainda a forma como os conglomerados de mídia atuam no Brasil, centralizando a produção em uma empresa, a chamada cabeça de rede, que, por sua vez, centraliza também grande parte das informações que vão chegar ao público, influenciando diretamente na opinião. Para as autoras,

essa ainda é uma herança de comportamento organizacional da época do regime militar.

Historicamente cabe ressaltar que o modelo das redes de televisão brasileiras foi estruturado seguindo o modelo do sistema norte americano, onde há uma programação conjunta ou uma grade fixa de programação, que deve ser transmitida por todas as emissoras que compõe a rede e são suas afiliadas. É modelo onde existe um “centro”, uma “cabeça”, ao qual todas as demais emissoras que a ele se vinculam, devem submeter-se. Este é o conceito de emissoras “cabeças de rede”. Modelo esse que foi adotado no Brasil, ainda no período dos governos militares, com o intuito (na época, fundamental para o regime) de buscar a integração nacional (AMARAL; MACHADO, 2018, p. 639).

Além de famílias e políticos, Cabral (2015) chama atenção ainda para religiosos com formação de grupos midiáticos. A autora afirma que a disseminação do viés religioso na TV começou por volta de 1970 e a Rede Record, ligada à igreja Universal do Reino de Deus, é a maior detentora da mídia com objetivos religiosos no país, com 79 emissoras.

Quanto à Igreja Universal do Reino de Deus, que tem o maior número de emissoras de TV, desde seu início, em 1977, a meta é anunciar a Palavra de Deus nos quatro cantos do mundo. Sendo assim, em 1980, a Igreja já estava envolvida em programas de rádio, TV e impresso. Mas, com a aquisição da Rede Record, em 1989, seu domínio aumentou (CABRAL, 2015, p. 20).

O cenário nacional reflete nas características locais, como demonstram Cabral (2015) e Amaral e Machado (2018). No estado do Maranhão, os conglomerados de mídia fazem parte da história política e cultural. Dois principais grupos são detentores de grande parte da mídia no estado: o Grupo Mirante, dominado pela família do político e ex-presidente da república, José Sarney, e o Grupo Difusora, da família Lobão, que já teve cargos em ministérios do executivo nacional, na câmara dos deputados e no senado.

Reis (2018, p. 120) demonstra os dados do conglomerado formado pelo Grupo Mirante que, por meio da rádio difusão, atinge quase 100% dos 2017 municípios maranhenses.

Grupo Mirante é composto por um jornal impresso, um portal de internet, uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo, com cinco concessões (TV Mirante de São Luís, TV Mirante Cocais, TV Imirante Imperatriz, TV Mirante Santa Inês e TV Mirante Açailândia), uma emissora de rádio AM que opera em cadeia com 20 retransmissoras no interior com cobertura em 200 dos 217 municípios, e uma rádio FM com 18 emissoras.

A autora também apresenta dados sobre a dominação midiática no estado do Maranhão pelo Grupo Difusora, segundo maior grupo de TV e rádio no estado: “é controlado pelo político Edson Lobão Filho (PMDB), o Edinho Lobão. O sistema é formado por duas emissoras de TV afiliada ao SBT (TV Difusora em São Luís e TV Difusora Sul em Imperatriz), duas rádios AMs e duas FMs” (REIS, 2018, p. 120).

No município de Imperatriz, segundo mais importante economicamente no Maranhão, a televisão também começou a funcionar com apoio de políticos e grupos familiares na época e que permanecem até hoje no poder midiático.

Barros (1996) descreve que o primeiro sinal de TV chegou a Imperatriz no fim da década de 1960, por meio do esforço de um eletricitista, Francisco Ramos, que havia conhecido a inovação tecnológica no Rio de Janeiro e buscava formas de trazer a novidade para Imperatriz.

Carneiro (2010) reforça que após os primeiros avanços, os desafios seguintes foram relacionados a resistência militar, que dominava o Brasil em 1975, e a falta de equipamentos. O primeiro problema foi superado com o apoio do interventor e coronel da Polícia Militar na época, Carlos Alberto Barateiro da Costa. Apesar de também ser militar, Barateiro apoiou a ideia da instalação de uma emissora de TV em Imperatriz. Com este apoio, Ramos pesquisou o que era necessário para se ter uma emissora.

O eletricitista Ramos ganhou o apoio do empresário Raimundo Vieira, conhecido como Raimundo Cabeludo. Os dois foram à Manaus comprar os equipamentos e à Brasília em busca de concessão. Na capital federal, o apoio foi dado por José Sarney. Meses depois, a prefeitura conseguiu a homologação da concessão e começou a transmitir, ao mesmo tempo, a TV Tupi e a Rede Globo, no fim da década de 1970 (CARNEIRO, 2010).

Um fato chama atenção ao analisar-se os fatores históricos: Raimundo Vieira e José Sarney, que apoiaram financeiramente e politicamente a instalação da TV no município de Imperatriz, continuam como detentores de grande parte da mídia local. A família de Raimundo Vieira é presidente do grupo que tem emissora de TV (afiliada à Rede Record), em Imperatriz e com cobertura regional, e emissoras de rádio no Maranhão e Pará. No caso de José Sarney, a família é proprietária do maior grupo de mídia do Maranhão, Grupo Mirante (afiliado à Rede Globo), como explicitado por Reis (2018).

As conclusões remetem ao pensamento de Azevedo (2006) quando afirma que, os conglomerados de mídia do Brasil começaram a se formar, sobretudo, antes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, principalmente, porque, antes, as concessões eram feitas exclusivamente pelo presidente da república, o que facilitava a geração acordos que caracterizados pelo viés políticos ou financeiros. A nova constituição divide a responsabilidade também com o poder legislativo.

Imperatriz, quase meio século após a instalação da TV, conta com sete emissoras com programação diária, sendo uma do Grupo Mirante, outra do grupo Difusora, uma do Grupo do empresário Raimundo Vieira e as outras sob administração de empresários e igrejas por tempo determinado, no sistema de arrendamento (ANATEL, 2018).

Ao longo dos anos, a estrutura de mídia brasileira ganhou novas tecnologias, especialmente a televisão, com a chegada da TV Digital. Filho (2010) faz o paralelo entre os desejos de quem assistia televisão antigamente e quem procura informações e entretenimento na TV depois da popularização da internet. A interatividade é uma tendência.

Quanto mais a tecnologia em torno da TV se desenvolve, mais a convergência de mídias tende a ser presente. De acordo com Filho (2010), o processo de popularização da internet faz a mídia televisiva buscar uma reinvenção tecnológica.

Os grupos midiáticos convergem, hoje de forma comum com rádio, TV, impresso e internet, e ganham fortalecimento em seus discursos, sejam políticos ou de viés financeiro. Acompanham-se as tendências tecnológicas e buscam-se crescimento dos discursos, formando o que Melo (2010, p. 16) chama de sociedade midiática, que “caracteriza-se pela prevalência das indústrias criativas e de conteúdo no conjunto das atividades de produção e circulação dos bens simbólicos que configuram e dão sentido à sua identidade cultural”.

De maneira geral as indústrias criativas, fortalecidas no século XXI pela TV e a internet, deveriam ter como foco visões diversas a partir de acontecimentos da sociedade atual, o que acarretaria em uma ajuda ao desenvolvimento intelectual da comunidade, por meio da formação do pensamento crítico. Mas nem sempre isso ocorre.

Melo (2010, p.16) lembra que “o principal indicador do desenvolvimento da indústria midiática é, sem dúvida, o fluxo dos investimentos em publicidade”. Assim, na atualidade, quanto mais um grupo midiático tem espaços vendidos para comerciais, mais tem crescimento financeiro, o que também influencia na estrutura mantida para a produção de notícia e, conseqüentemente, mais os discursos difundidos pelo grupo tem poder alcance social.

2.3 Processo de profissionalização do jornalismo no Brasil

A estrutura de mídia brasileira mudou, de forma significativa, especialmente nas últimas seis décadas. Ocorreram fases diversas em torno dos processos de regulamentação e inovações tecnológicas. Os debates sobre profissionalização também se tornaram comuns.

Grohmann (2016) afirma que o Brasil vive um processo de flexibilização das formas de contrato e trabalho do jornalista. É uma reorganização frente às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho de forma nacional e global. Para compreender tais mudanças, é necessário retomar à história.

No século XIX, no Brasil colônia de Portugal, os primeiros textos escritos com o intuito de informar eram produzidos, quase de sempre, de maneira informal. O jornalismo no Brasil era formado, basicamente, de profissionais de outras áreas, como letras e filosofia, que tinham apreço pela escrita e um senso crítico mais apurado (SPANNENBERG; BARROS, 2016).

No período, Barbosa (2013) também comenta, o jornalismo tinha uma função relacionada diretamente com a política, seja como aliada ou opositora. Até pela sazonalidade política partidária, o jornalismo não era visto como uma profissão principal, e sim, como um aporte momentâneo para um aumento de renda ou oportunidade de fazer política.

Mesmo a profissão não sendo reconhecida de maneira plena na época, organizações haviam iniciado a discussão sobre a importância da profissionalização do jornalista, processo que poderia contribuir com a inserção de profissionais mais responsáveis diante das técnicas e reflexões sobre os fatores envolvidos em uma notícia. Tais características seriam construídas pelo estudo de disciplinas das áreas

de Ciências Humanas e Sociais, presentes no curso superior de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

De acordo com Oliveira (2009), a Associação Brasileira de Imprensa, que surgiu em 1908, desde o início do século XX defendia a profissionalização como forma de aumentar a responsabilidade na produção da notícia. Tal profissionalização, de acordo com a autora, deveria ocorrer por meio de formação teórica e prática.

Spannenberg e Barros (2016) reforçam que, entre o século XIX e o XX, com as mudanças de regime político, de monarquia para república, o jornalismo deixou de ter um caráter apenas artesanal.

O jornalismo passou a ser uma iniciativa empresarial de grande porte que, para sobrevivência mercadológica, exigia altos investimentos. O caráter opinativo, cultivado desde o surgimento para fidelização política e ideológica do leitor começou a ceder lugar ao viés informativo que é cultivado ainda hoje (SPANNENBERG; BARROS, 2016, p. 03).

A discussão sobre o processo de formação se manteve. De acordo com Beltrão (2016 a), em 1947 surgiram os primeiros cursos de jornalismo, mas ainda dependentes de áreas como letras e filosofia. Mesmo com os cursos em funcionamento nas regiões sul e sudeste do Brasil, segundo o autor, ainda ocorriam discussões sobre quais prioridades deveriam ter o curso.

Beltrão (2016 a) diz que o Conselho Federal de Educação do Brasil, na época, defendia um ensino mais humanístico do que técnico, garantindo um ensino polivalente sobre a profissão e colocando os detalhes técnicos como especializações.

Para Prado (2005), a difusão da TV no Brasil, a partir de 1950 até o fim da década de 1960, tornou o trabalho do jornalista mais notado, pelo fato da notoriedade que chegou com a televisão nos primeiros telejornais. Segundo Paternostro (2006), mesmo sendo um aparelho caro, a TV começou a se popularizar no período. Os grandes empresários, detentores das emissoras, compravam TVs e instalavam em pontos estratégicos das principais cidades, tornando os telejornais mais vistos pelo público em geral.

Prado (2005) afirma que, nos primeiros anos, os telejornais eram feitos, principalmente, por radialistas que conseguiam uma oportunidade na televisão, graças a experiência em radiojornais, independentemente de formação técnica ou intelectual para tanto. Porém, a partir do fim da década de 1960, passou-se a ter

uma maior expectativa de qualidade dos profissionais de telejornais. Os programas passaram a incluir entrevistas na programação, o que exigia mais preparo intelectual.

Então, 1969 o diploma começou a ser exigido como requisito para o profissional de jornalismo do Brasil. “Com o decreto-lei 972/69, baixado durante o regime militar, a atividade passou a ter requerimentos de formação profissional delimitados pelo Estado, com base em uma credencial acadêmica” (OLIVEIRA, 2009, p. 01)

Para Melo (2013, p.17) os primeiros anos da exigência do diploma começaram a ditar um padrão profissional. “ A industrialização da imprensa e a transformação do jornalismo em ofício que assume feição multimídia, exigindo dos seus praticantes uma formação especializada”.

De acordo com Alves (2016, p. 02), o decreto de obrigatoriedade do diploma foi necessário pressionar as empresas a investirem na qualidade profissional e, conseqüentemente, impactando nas melhorias da produção de notícias. “Através de um viés moralizante, as instituições passaram a reivindicar ao jornalismo os discursos éticos e profissionais, pois era comum a existência de jornalistas semianalfabetos, e patrões que não honravam o pagamento do salário”.

Com a necessidade de estabelecer-se a contratação com o critério do diploma, o mercado de trabalho no jornalismo brasileiro iniciou uma disputa em torno da palavra profissional. Era uma luta simbólica e colocava entre dois lados aqueles que tinham estudado jornalismo e, de outro, os considerados profissionais pela prática, do dia a dia, na produção da notícia (ALVES, 2016).

A obrigatoriedade durou 40 anos. Em 2009, porém, os Ministros do Superior Tribunal Federal (STF) decidiram por fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista (OLIVEIRA, 2009).

Alves (2016, p. 04) resume os fatos e ordenamentos dos documentos legais de influenciaram na decisão do STF:

O viés constitucional que envolve as discussões acerca da obrigatoriedade do diploma superior para o exercício do jornalismo no Brasil está presente desde sua origem⁷. Este tivera início quando o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública – originada dos procedimentos administrativos nº 1.34.001.002285/2001-69 e nº 1.34.001.001683/2001-68 – com pedido de tutela antecipada, em face da União, na qual defendeu a não recepção, pela Constituição de 1988 (art. 5º, IX e XIII, e art. 220, caput e § 1º), do art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Em junho de 2008, por maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu

que o artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei 972/1969, não recepcionado pela Constituição de 1988. Mesmo tendo se passado 40 anos de existência, sendo 21 anos da atual carta constitucional brasileira. Segundo o STF, este decreto, criado durante a Ditadura Militar, fere a liberdade de imprensa e contraria o direito à livre manifestação do pensamento.

Com a decisão do Superior Tribunal Federal, o Ministério do Trabalho foi orientado a suspender fiscalizações em torno do diploma para o exercício da função de jornalista. O Ministério do Trabalho precisou anular os autos de infração lavrados, até aquela data, que regulassem cobranças em torno da obrigatoriedade de diploma para produção de notícias como jornalista (ALVES, 2016).

O fim da obrigatoriedade reabriu a discussão sobre os critérios para produzir notícias, por meio do jornalismo, e com a responsabilidade e utilização de técnicas necessárias. O crescimento e desenvolvimento de empresas jornalísticas e o papel social da profissão tornam o debate mais denso.

Desse período em diante, a Federação Nacional dos Jornalistas, os representantes das categorias profissionais e acadêmicas partiram do princípio de que o processo histórico de luta pela regulamentação profissional fora aniquilado pela referida decisão. Que o debate normativo sufocaria o processo histórico presente nas decisões judiciais. Estes não foram levados em consideração por nenhuma das instâncias do sistema judiciário brasileiro. Argumentam que “as sociedades complexas devem ter qualificações profissionais e formações acadêmicas específicas por profissões”. Para essas instituições a posse do diploma de nível superior estaria ligada ao desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil, por isso, despertaria interesses jurídicos, legislativos, mercadológicos, profissionais, éticos e deontológicos (ALVES, 2016, p. 6).

Oliveira e Grohmann (2015) afirmam que a queda na obrigatoriedade da formação superior na área específica abriu possibilidades de subempregos dentro da comunicação. Para sobreviver no mercado, o profissional aceita até perder direitos trabalhistas.

Por meio da flexibilização crescente das condições de uso e mobilização da força produtiva, o número de jornalistas submetidos a diversificadas relações contratuais de trabalho subiu. Terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), cooperados e *freelancers* são figuras recorrentes no mercado profissional (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015, p. 124).

As empresas de comunicação digital “Comunique-se” e “Apex”, especializadas em conteúdo estratégico para o mercado de trabalho, realizam pesquisas sobre a definição do perfil do jornalista brasileiro. Os dados divulgados em

2018 vão ao encontro da teoria apresentada por Oliveira e Grohmann (2015). A pesquisa foi divulgada no *e-book* O perfil do jornalista brasileiro (2018).

De acordo com a pesquisa, realizada com 26 mil jornalistas de todos os estados brasileiros, o número de jornalistas com contrato de Pessoa Jurídica (PJ) representa 15,8% do total, os *freelancers* são 7,9% e os autônomos 7,5%. Nesse universo pesquisado, os contratos formais (com registro em carteira de trabalho) são 36,5%. De modo geral, somando-se as novas formas de contrato apresentadas, tem-se 31,2% dos profissionais, total quase igual ao dos que mantêm contratos formais.

Os demais dados desta etapa da pesquisa estão apresentados na Figura 02.

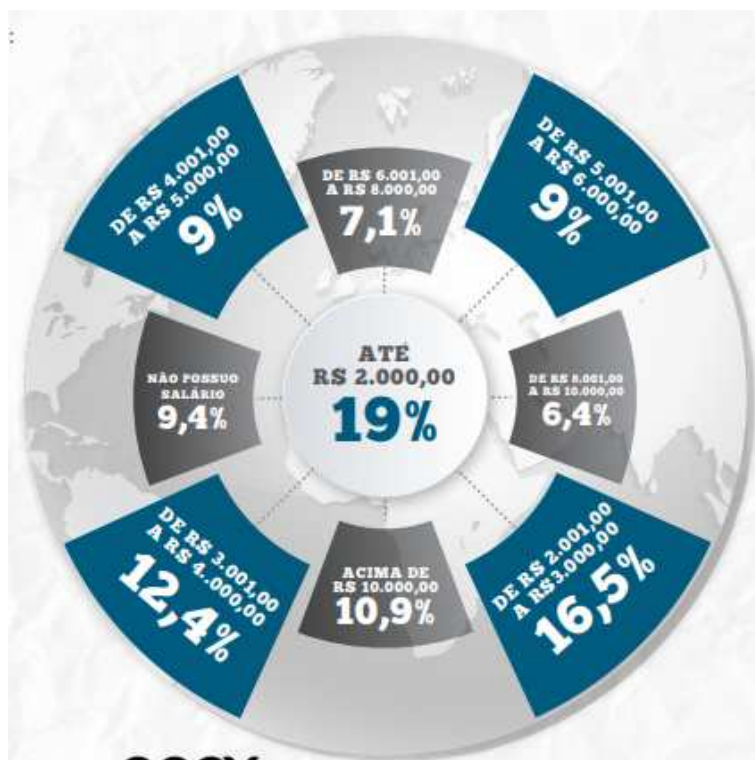
Figura 02 – Contratação de jornalistas no Brasil



Fonte: Comunique-se e Apex (2018).

A pesquisa também revela o desafio em torno da baixa remuneração dos jornalistas, independentemente, do veículo de comunicação em que trabalhem. De acordo com os dados divulgados, quase metade dos jornalistas brasileiros (45,1%) ganham até 3 mil reais por mês, ou seja, menos de 3 salários mínimos considerando o valor praticado em 2019, R\$ 1006,00. A figura 03 mostra os dados da pesquisa referentes à remuneração dos jornalistas brasileiros.

Figura 03 – Remuneração dos jornalistas no Brasil



Fonte: Fonte: Comunique-se e Apex (2018).

O Código de Ética dos Jornalistas do Brasil, frente às mudanças no mercado de trabalho nas últimas décadas, apresenta critérios para que os abusos diante da profissão sejam vetados. O código proíbe, por exemplo, que o profissional aceite salários abaixo do piso da categoria.

Art. 10 – O jornalista não pode:

- Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com tabela fixada pela sua entidade de classe;
- Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;
- Frustar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;
- Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;
- Exercer cobertura jornalística, pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado. (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS NO BRASIL, 2019 grifo nosso).

Analisando - se ainda o perfil dos jornalistas diante das novas formas de contratação e trabalho, tem-se informações sobre o mercado do telejornalismo, em Imperatriz. Os dados são divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que coleta e divulga indicadores sobre trabalho de cidades de todo o Brasil, baseado nos índices do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Governo Federal.

Para analisar os números é preciso entender que Imperatriz tem sete emissoras de televisão em funcionamento, segundo Anatel (2019). As funções diretamente apresentadas como de atuação no telejornalismo estão nos segmentos audiovisual e editorial, dentro do viés de indústria criativa (FIRJAN, 2019).

Nos quadros abaixo, construídos a partir dos dados da federação, estão relacionadas as funções, números oficiais e profissionais e remuneração média.

Quadro 2 – Funções do telejornalismo – segmento Audiovisual

FUNÇÃO	TRABALHADORES FORMALIZADOS	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Diretor de programa de televisão	01	R\$ 1.801,62
Editor de TV e vídeo	12	R\$ 1.683,65
Locutor de rádio e TV	27	R\$ 1.783,23
Produtor de televisão	03	R\$ 1.702,58
Repórter de rádio e televisão	06	R\$ 2.396,76

Fonte: FIRJAN (2019).

Quadro 3 – Funções do telejornalismo – segmento Editorial

FUNÇÃO	TRABALHADORES FORMALIZADOS	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Diretor de redação	01	R\$ 4.530,32
Editor de texto e imagem	05	R\$ 1.425,54
Jornalista	09	R\$ 2.208,50

Fonte: FIRJAN (2019).

Ao analisar-se os indicadores e pensar-se na realidade de funcionamento de sete televisões com programação diária, os números de profissionais não são suficientes. Característica que coloca Imperatriz no grupo semelhante às informações da pesquisa Perfil do jornalista brasileiro (2018), com a apresentação das formas flexibilizadas de relações de trabalho, diante da profissão e das funções relacionadas ao telejornalismo.

Grohmann (2016) afirma que essa tendência começou a se caracterizar-se no Brasil a partir da década de 1990, com o enxugamento das redações, ditas como tradicionais, e a diversificação das formas relacionais de trabalho. O autor explica que, inicialmente, vendeu-se a ideia de “liberdade” para o trabalhador, que poderia empreender ou ter várias formas de trabalho na profissão, porém, essa “liberdade”, por muitas vezes é forçada pelas imposições dos donos das concessões.

Essas mudanças no mercado de trabalho trazem a preocupação com a qualidade da produção das notícias. Wolf (2009) define que o processo de produção jornalístico é sistematizado e precisa ser pensado para a transformação da

informação em notícia na indústria jornalística. O processo é chamado de *newsmaking*.

Os dados são recolhidos pelo investigador presente no ambiente que é objecto de estudo, quer pela observação sistemática de tudo o que aí acontece, quer através de conversas, mais ou menos informais e ocasionais, ou verdadeiras entrevistas com as pessoas que põem em prática os processos produtivos. (WOLF, 2009, p. 191).

De tal forma, o jornalista precisa de espaço e capacidade produtiva para realizar a produção de notícias com a responsabilidade adequada, sabendo-se que, uma informação divulgada, vai influenciar na formação da opinião de comunidades inteiras, por isso, no *newsmaking* o valor-notícia do interesse público é levado em consideração.

Traquina (2005) defende ainda que o *newsmaking* ocorre a partir do processo de percepção, seleção e transformação dos acontecimentos em notícia, que é o produto que o trabalho do jornalista oferece ao público. Portanto, no caso da TV, o profissional ajuda a desenhar a realidade que é divulgada por meio das emissoras.

Tais premissas também estão presente no Código de Ética dos jornalistas brasileiros (2019):

Art. 9º – É dever do jornalista:

– Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; – Lutar pela liberdade de pensamento e expressão; – Defender o livre exercício da profissão; – Valorizar, honrar e dignificar a profissão; – Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; – Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; – Respeitar o direito à privacidade do cidadão; – Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2019, p. 01).

Assim, os jornalistas devem manter a produção da notícia baseada em valores que defendam o contraditório, busquem dar voz a vozes variadas sobre um mesmo conteúdo e respeitem diferenças. A defesa das vozes envolvidas em uma notícia, como resultado da análise dos critérios de noticiabilidade, é um dos exemplos dos conteúdos trabalhados nas formações tradicionais, em ensino superior, nos cursos de jornalismo.

Ao estudar detalhes e análises dos critérios, o jornalista que passa pela formação formal tem a possibilidade de aprender sobre os conteúdos, ainda na faculdade para, em seguida, emprega-los na prática, enquanto os demais aprendem no dia a dia, geralmente, a partir dos critérios apresentados pelas empresas de

comunicação, o que pode envolver preferências políticas ou comerciais, e, assim, excluírem pontos de vista importantes para a produção noticiosa.

Fazendo uma análise diante do atual mercado de trabalho, desapercebe-se a preocupação. Quem é esse profissional? Miranda (2018) relata mudanças nas redações, ambiente onde parte do *newsmaking* ocorre. Com a popularização das redes sociais e aplicativos de mensagens, a informação chega cada vez mais rápido ao profissional e, ao mesmo tempo, ao público.

Esses novos ambientes a que nos acostumamos a conviver estão estruturados no ciberespaço, na internet. Nesse local a informação é móvel, não tem território específico, não só veículos de comunicação trabalham a notícia, mas o público também tem a liberdade de noticiar, divulgar. Assim, novos nichos de mercado e de interesse são encontrados (MIRANDA, 2018, p. 06).

Dessa forma a redação tradicional, aquela em que cada profissional ocupa uma única função pré-determinada, tem menos espaço nos moldes atuais de *newsmaking*. Fazendo com que o processo tenha diversas origens, pode iniciar pelo telespectador e partir para o profissional, ou o contrário. Assim, um único profissional, com acesso à internet, consegue realizar apurações e produções antes feitas por grandes grupos de trabalhadores. “No meio disso, as mudanças tecnológicas, principalmente a partir dos dispositivos móveis, propiciam uma maior facilidade na produção de material jornalístico” (GROHMANN, 2016, p. 03).

Assim, independentemente de como ocorreu o ingresso do profissional ao meio jornalístico, se conhece ou não os critérios necessários de forma técnica ou reflexiva, ou de onde se originou a notícia, ela pode chegar ao receptor rapidamente, com o auxílio da tecnologia. Apesar da forte influência tecnológica nos novos cenários do mercado de trabalho do jornalista, o autor reflete que essa não foi a única causa de tantas mudanças no processo de produção da notícia, nas últimas décadas.

Oliveira e Grohmann (2015) analisam que, com as mudanças no mercado de trabalho, as empresas oferecem, cada vez menos, cargos para o funcionamento das emissoras, o que torna o profissional sobrecarregado ou, de maneira geral, com menos qualidade na produção para suprir todas as demandas necessárias.

As demandas do mercado apontam para uma formação geral de tal forma abrangente que permita mobilidade dentro de um cenário de rotatividade e desemprego. A capacidade de ser flexível, no sentido de se adaptar às circunstâncias e responder com eficiência a elas, torna-se, no mundo

contemporâneo, uma espécie de valor social (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015, p. 124).

A flexibilização elimina cargos no processo produtivo e dá espaço para apurações imediatas e rasas, como aquelas baseadas em redes sociais, por exemplo. Tudo para cumprir o dever jornalístico e garantir a produtividade exigida pela realidade do mercado (MIRANDA, 2018).

Wolf (2009) e Traquina (2005) concordam que o *newsmaking* exige conhecimento, dedicação e responsabilidade. Três fatores que são enfraquecidos diante da não obrigatoriedade da formação superior para exercício do jornalismo e das novas práticas profissionais estabelecidas pelo mercado.

A construção da notícia, como determina Wolf (2005), como prática social tem um ator importante no *newsmaking*. É o *gatekeeper*. O nome vem como uma variação de *gate*, que em inglês significa portão. Ou seja, o profissional com essa responsabilidade recebe e decide o que pode ou não ser produzido como notícia.

O processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. (TRAQUINA, 2002, p. 77).

Wolf (2005) assegura ainda que esse profissional precisa ser atento aos interesses que chegam com os acontecimentos para decidir, a partir do valor da notícia, o que merece ou não ganhar notoriedade. O profissional com formação formal tem acesso, na faculdade, aos critérios e à construção de técnicas e reflexões em torno do processo, já os demais, formados diretamente no mercado, tem o desafio a mais de precisar buscar informações ou aprender com a prática. Independentemente do processo de formação, a falta de análise sobre o interesse dos acontecimentos pode acarretar em produção e divulgação de notícias sem apelo popular ou com informações irrelevantes.

Por outro lado, Traquina (2002) fala das dificuldades que o jornalista pode encontrar no processo de selecionador, ou seja, na função de *gatekeeper*. As empresas jornalísticas possuem linhas editoriais, que podem envolver política e fatores ligados aos interesses financeiros. Nesse contexto, o profissional pode ser pressionado, mesmo que de forma sutil, a fazer ou não uma escolha na produção da notícia. Fatores que interferem no resultado a ser levado ao público.

Miranda (2018) reflete que, entretanto, que o selecionador da notícia não é mais, exclusivamente, o jornalista, com formação formal ou empírica. Com a notícia ao alcance das mãos, pelo celular, a comunidade também decide o que deve ser produzido, onde vai buscar informações e o que deve ser trabalhado.

Na verdade, boa parte da população tem à disposição uma forma simplificada de se informar, e que tem se tornado uma ferramenta complexa de acesso a informação: o WhatsApp. Essa ferramenta tem ampliado o poder de relacionamento entre os cidadãos comuns; entre eles e os veículos de comunicação; e entre os colaboradores desses veículos para executarem as tarefas nas redações (MIRANDA, 2018, p. 13).

Oliveira e Grohmann (2015, p. 124) afirmam que a fragilidade do mercado atual força o profissional a aceitar imposições como forma de manutenção do emprego.

Essas mudanças de fundo têm impacto nos contextos de produção e no desenho de um perfil profissional mais ou menos valorizado pelo mercado, com reflexos importantes nas discussões associadas ao tipo de comportamento necessário para a inserção (ou permanência) do trabalhador no processo produtivo.

Portanto, como afirmam Oliveira e Grohmann (2015), o mercado de trabalho para o jornalismo ainda passa por mudanças profundas no modo de formação e permanência, o que impacta na produção da notícia entregue ao público. Outro fator que chama atenção na profissionalização dos jornalistas, atualmente, é a busca pelo empreendedorismo, inovação e meios criativos de produção, como alternativas para inserção e novas oportunidades no mercado de trabalho no jornalismo.

2.3.1 Diretrizes curriculares do ensino do Jornalismo no Brasil

Independentemente da decisão do STF, os cursos de jornalismo no Brasil se mantêm em funcionamento, com critérios legais para a formação profissional. Em 2013 o Ministério da Educação e Cultura instituiu, com a publicação no Diário oficial da união, uma nova regulamentação com as prioridades que devem ser seguidas nos cursos de jornalismo no Brasil (TOLDO et al, 2017).

Mesmo com a validade iniciada em 2015, dois anos depois da publicação no Diário oficial da união, os debates em torno da formação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) começaram em 2009. Lopes (2014) diz que o Ministério da

Educação e Cultura convocou as entidades interessadas no assunto para contribuir na formação das diretrizes. O principal motivo foram as mudanças sociais ocorridas no Brasil na época e a percepção da função social do jornalismo e dos jornalistas no contexto nacional.

Segundo Lopes (2014), as principais entidades que participaram do processo de discussão em torno das DCNs foram a Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ; do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), além de outros representantes da sociedade com interesse na regulamentação.

Para compreender as mudanças e reflexões ao longo tempo nos cursos para a formação de jornalistas, é importante refletir que, até o debate iniciado em 2009, os cursos de jornalismo eram organizados a partir das diretrizes previstas para os cursos de comunicação social e também seguia os currículos mínimos, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB.

No Brasil, após a lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), de 1996, ficou definido que todos os cursos superiores deveriam obedecer às chamadas diretrizes curriculares do Ministério da Educação. Antes disso, a educação superior era regulada pelos currículos mínimos [...]. No caso do ensino superior de jornalismo, o primeiro currículo mínimo foi implantado em 1962, e, depois, substituído pelo de 1966. Já em 1969, o curso de jornalismo passou a ser uma das habilitações do curso de comunicação social. A partir daí, os currículos mínimos (1969, 1977 e 1984) começaram a ser elaborados para comunicação, mas direcionavam alguns parágrafos a orientações particulares para cada habilitação. Em 2001, após a promulgação da LDB, surgiram as diretrizes curriculares e estas foram, igualmente, dirigidas para a área de comunicação, abrangendo o conjunto das habilitações (LOPES, 2014, p. 02).

Toldo et al (2017) afirma que, com as DCNs específicas para a formação de jornalistas no Brasil, os cursos da área ganharam um viés humanístico e de intertextualidade com questões regionais.

Na regulamentação prevê-se que o processo de ensino aprendizagem deve aliar teoria e prática de forma a tornar o futuro jornalismo mais consciente de direitos e deveres para, assim, exercer a profissão com responsabilidade.

Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em Jornalismo deve: I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade; II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade (BRASIL, 2013, p. 01).

As novas diretrizes também exigem a formação técnica e tecnológica dos estudantes, conseguindo aliar tais questões com o trabalho reflexivo e humanístico do jornalismo. A atualização vai ao encontro de anseios antigos de pesquisadores sobre a formação do jornalismo no Brasil. Beltrão (2016 b) critica as prioridades do processo de formação jornalístico que havia sido regulamentado no Brasil em 1969, quando as primeiras faculdades ganharam mais espaço para a formação.

Os cursos ainda eram vinculados às formações de letras e filosofia. Os estudantes eram formados e saíam das faculdades sabendo escrever, mas sem conhecimentos técnicos jornalísticos, o que causava prejuízos no exercício da profissão (BELTRÃO, 2016 b).

As diretrizes atuais contemplam tanto atividades ligadas à formação reflexiva, quanto à técnica. A primeira é prioridade nas atividades de pesquisa e extensão, quando os futuros jornalistas conhecem realidades diversas e precisam ter um olhar crítico para produzir análises, o que reforça a responsabilidade do profissional no processo de difusão de informações, base de grande parte da comunidade na formação de opiniões. A segunda é vista nas exigências de disciplinas ligadas a cada área profissional com técnicas aplicáveis, como em áreas de impressos, rádio e televisão (BRASIL, 2013).

III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público; IV - aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos; V - preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente; VI - ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão (BRASIL, 2013, p. 03 - 04).

Analisando-se as previsões legais e as críticas de Beltrão (2016 b) sobre a formação do jornalista no Brasil no século XX é possível visualizar que muitas reivindicações do autor supracitado foram atendidas nas novas diretrizes. Desde 2013, por previsão legal, as faculdades e universidades precisam formar jornalistas

conscientes do papel social da profissão e com capacidades técnicas para trabalhar em diferentes meios.

Relacionando-se tais informações com as perspectivas da comunicação e do desenvolvimento regional, as atuais diretrizes curriculares preveem a formação de jornalistas que produzam informações seguindo critérios de interesse público, o que são os aspectos ligados ao desenvolvimento das regiões (SERENO et al., 2009). Dessa forma, por meio de informações responsáveis, a população deve ter acesso a conteúdos para ajudar no processo de formação de um senso crítico que, de forma direta, influencia na busca por melhorias de indicadores e qualidade de vida, fatores preponderantes na análise do desenvolvimento regional.

No curso em funcionamento da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, disciplinas específicas, ao longo dos oito semestres, são responsáveis por desenvolver as habilidades e competências reflexivas nos futuros jornalistas. A capacidade análise crítica é um dos principais diferenciais para o profissional da área da comunicação social, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

De acordo com a grade curricular do curso de bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, na UFMA, em Imperatriz, o aluno cumpre uma carga horária de 3015 horas de disciplinas obrigatórias e mais 180 horas de matérias optativas. A carga horária é construída ao longo dos 8 semestres.

A grade ainda determina que, nos primeiros dois anos de curso, o aluno, futuro jornalista, desenvolva as competências reflexivas sobre a relação do homem com a sociedade, o desenvolvimento da comunicação na realidade mundial e brasileira e o papel ético do jornalista na construção da notícia. Só na segunda metade do curso, o aluno estuda e desenvolve as competências técnicas de redação, apuração, produção e apresentação da notícia.

3 MÉTODO

Esta seção apresenta o planejamento dos procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização da pesquisa e, conseqüentemente, a resolução do problema e o alcance do objetivo geral.

3.1 Tipo de pesquisa

A escolha do método de pesquisa é fundamental para nortear o pesquisador no planejamento do trabalho. O método deve ter como objetivo responder o problema da pesquisa (RICHARDSON et al., 1999).

Na realização das pesquisas podem ser utilizados os métodos quantitativos, qualitativos ou mistos (quali-quantitativo). Lima (2008), afirma que o método quantitativo é fundamentado na busca por estabelecer relação entre variáveis que podem ser quantificadas. A autora defende ainda que as pesquisas quantitativas devem ser empregadas quando se busca objetividade, generalização de resultados.

Richardson et al. (1999) criticam a utilização do método quando se refere às pesquisas sociais, com seres humanos e seus comportamentos, como é o caso do presente estudo. Para o autor, a separação de objetividade (quantitativa) e da subjetividade (qualitativa) é inviável em pesquisas sociais, dada a complexidade dos fenômenos que envolvem pessoas.

A presente pesquisa se caracteriza como social, pela visão de Richardson et al. (1999), por isso, é levado em consideração o método qualitativo, que não emprega estatística e se pretende compreender os motivos que levaram a um determinado fenômeno social, no caso o processo de profissionalização da mão de obra no telejornalismo em Imperatriz – MA.

3.2 Área de realização

A pesquisa foi desenvolvida em locais sugeridos pelos participantes no território do município de Imperatriz, estado do Maranhão. De acordo com o IBGE (2018), o município tem uma população estimada de 258.016 habitantes e é banhado pelo rio Tocantins, o segundo maior brasileiro entre os que têm a nascente e foz em território nacional. Imperatriz tem ainda a segunda maior economia do estado do Maranhão e ocupa a posição 101 em comparação entre os 5570 municípios brasileiros. O IBGE (2018) destaca também que o município é o principal, em economia e prestação de serviços, na microrregião de Imperatriz que possui 16 municípios e é conhecida, popularmente, como Região Tocantina.

3.3 População e amostra

A população da pesquisa é composta por telejornalistas, entre eles são considerados produtores, repórteres e apresentadores, que atuam ou atuaram em emissoras no município de Imperatriz – MA. Wolf (2005) explica que o processo de produção da notícia ocorre em etapas que, juntas, formam o *newsmaking*, as fases de produção seguem-se a partir da decisão do que será ou não divulgado, papel dos selecionadores da notícia, os *gatekeeperes*.

De tal forma, na televisão, produtores, repórteres e apresentadores atuam nessa função com cada vez mais força, em que pese o cenário de subcontratações e sobrecarga dos profissionais (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015).

A amostra é formada por dois grupos de profissionais: um que atua na profissão a partir de 2008 e outro que trabalha desde antes de 2008. O ano foi escolhido como recorte temporal por causa do início do funcionamento do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo. O curso foi instituído pela Portaria nº 90, de 17/01/2008, DOU 18/01/2008.

A amostra é composta por saturação. Falqueto e Farias (2016, p. 561) definem que “o critério de amostragem por saturação teórica é utilizado para

determinar quando o pesquisador deve finalizar o processo de coleta de dados e pertence às esferas de validação objetiva e de inferência indutiva”.

As autoras destacam ainda que é necessário definir características do grupo de análise para chegar-se a amostra adequada (no caso desta pesquisa, os grupos que serão pesquisados foram caracterizados acima). Falqueto e Farias (2016) explicam ainda que o ponto de saturação teórica, em pesquisas sociais; como esta, costuma ser atingido na 12^a entrevista, pois tem-se um número relevante de informações para a realização de análises.

Nesta pesquisa, a partir da teoria empregada por Falqueto e Farias (2016), a amostra é composta 24 participantes, sendo 12 entrevistas de profissionais que começaram a trabalhar na TV depois de 2008 e 12 participantes que trabalham no telejornalismo desde antes de 2008, no município de Imperatriz – MA. A partir dos critérios, não importa em qual emissora o profissional trabalha ou trabalhou. O foco da pesquisa é a trajetória dos profissionais, e não as empresas jornalísticas.

3.4 Coleta de dados

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa de campo, pois objetiva-se buscar informações diretamente onde a amostra da pesquisa está. O local da coleta de dados foi definido a partir da disponibilidade dos entrevistados, mas no território do município de Imperatriz – MA.

Foram organizados dois grupos de trabalhadores, com 12 participantes cada. Um grupo é composto por profissionais de telejornalismo que começaram a carreira a partir de 2008 e outro grupo que começou antes. Os dados são coletados por meio de entrevista em profundidade. Cada profissional foi entrevistado individualmente.

Esse tipo de entrevista permite o detalhamento e a compreensão de fenômenos por ser uma técnica que possibilita adaptações para o entendimento da realidade que se pretende entender (DUARTE; BARROS, 2006).

O modelo de tipologia de entrevista em pesquisa de campo, a seguir, é baseado na divisão explicitada por Duarte e Barros (2006, p. 65) e é empregado na presente pesquisa, tendo como foco a pesquisa em profundidade e com perguntas fechadas, semiabertas e abertas.

Quadro 4 - Modelo de tipologia em entrevista

Pesquisa	Questões	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Qualitativa	Não-estruturada e semiestruturada	Aberta e Semiaberta	Questão central e roteiro	Em profundidade	Indeterminadas
Quantitativa	Estruturada	Fechada	Questionário	Linear	Previstas

Fonte: (DUARTE; BARROS, 2006)

3.5 Plano para coleta de dados

O início da coleta de dados ocorreu após a submissão e aprovação do projeto na Plataforma Brasil. A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté com número do parecer: 3.205.634, no dia 18 de março de 2019.

A coleta de dados foi iniciada no dia 20 de março de 2019. A técnica de entrevista em profundidade foi aplicada após a assinatura do termo livre e esclarecido por parte dos participantes da pesquisa. A autorização é pedida com a apresentação do documento formal previsto pela Universidade de Taubaté.

As entrevistas foram feitas seguindo as definições de Duarte e Barros (2006). Ocorreram em locais escolhidos pelos entrevistados, com o roteiro (apresentado no apêndice A desta dissertação) que contém a caracterização sociodemográfica da amostra, com perguntas fechadas e semiabertas e, depois, perguntas abertas sobre o processo de profissionalização, satisfação e perspectivas de carreira. Trata-se de um formulário dividido em duas fases. A primeira é composta por seis perguntas, entre fechadas e semiabertas, sobre o perfil sociodemográfico. A segunda fase apresenta o roteiro da entrevista em profundidade com 17 perguntas abertas. O roteiro foi elaborado levando em consideração aspectos apresentados pela pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (2018) e as obras de Grohmann (2013) e (2016) e Peruzzo (2015). Tratando-se de dois grupos a serem pesquisados, a coleta de dados ocorreu a partir da disponibilidade dos entrevistados, não seguindo ordem pré-determinada, mas com o plano metodológico de cumprir a amostra.

Como orientam Duarte e Barros (2006) para o plano de coleta de dados em pesquisas com esta metodologia, todas as entrevistas foram gravadas por meio de

gravador acoplado em aparelho celular, em seguida salvas em um banco de dados e decupadas.

As entrevistas gravadas somaram o total de 394 minutos e 54 segundos de áudio, ou seja, 6 horas e 57 minutos e 56 segundos de gravação de áudio com os 24 entrevistados que compõem a amostra da pesquisa.

3.6 Plano para análise de dados

A análise dos dados ocorreu por meio de análise do conteúdo. Bardin (1977) define que a análise de conteúdo trabalha o conteúdo da palavra, não apenas da língua. De forma geral, para a autora relata diferença entre língua e palavra, sendo a língua objeto de estudo da análise do discurso e a palavra da base da análise de conteúdo, de forma que possa ser categorizada e interpretada.

Franco (2005, p. 13), em consonância com as teorias apresentadas por Bardin, define:

O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado.

Bardin (1977, p. 38) reitera a conceituação:

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a interferência de conhecimentos relativos ao conjunto de produção e de recepção das mensagens, interferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não).

A interferência apresentada por Bardin (1977) é interpretada por Franco (2005) a partir das definições dos elementos de comunicação, sendo o emissor, receptor, mensagem, referente, código e canal partes fundamentais para o entendimento de um determinado conteúdo.

De tal forma, o pesquisador age, na análise de conteúdo como elemento de interferência sobre o texto, as causas de uma mensagem ser como é e os efeitos da

comunicação realizada. Um processo interpretativo e sistematizado (FRANCO, 2005).

Mesmo tratando-se de uma técnica de análise de sentido, é permitido seguir uma sequência de trabalho para garantir a credibilidade dos resultados diante dos dados coletados qualitativamente.

As fases apresentadas por Bardin (1977) são a organização, com pré-análise, exploração do material coletada e interpretação inicial; depois a codificação, a categorização, a interferência e o tratamento final dos dados. Essas etapas são cumpridas nesta pesquisa.

A fase de organização compreendeu o processo iniciou de escolha da temática, definição do título, busca pelas leituras sobre profissionalização no jornalismo brasileiro, seguida da elaboração do projeto de pesquisa e definição dos objetivos.

A análise dos dados coletados ocorreu a partir do processo de categorização, após a coleta total dos dados, exploração e interpretação inicial. Bardin (1977), diz que o critério da formação de categorias é o agrupamento de todas as informações coletadas que tenham o mesmo viés interpretativo.

As categorias de análise na presente pesquisa foram: formação, perfil de renda, principais dificuldades, vantagens e perspectivas diante da profissão.

Quadro 5 – Categorias de análise

Perfil sociodemográfico de profissionais	Gênero, idade, origem, escolaridade tempo de trabalho.
Início da carreira	Como começou o trabalho, como aprendeu a prática jornalística.
Funções desempenhadas no trabalho	Descrição da rotina, se as funções estão ou não, descritas no contrato de trabalho, se faz, ou não, acúmulo de função.
Renda de profissionais	Apresentação da faixa de renda e se há considera justa e suficiente. Se realiza algum trabalho para complementar a renda, se sim, qual a atividade.
Dificuldade no exercício da profissão.	Dificuldades na redação ou no mercado como um todo que serão apresentadas pelos entrevistados: sobre carga de funções, negativos individuais e do mercado, não obrigatoriedade do diploma.
Vantagens da profissão.	Vantagens no espaço das redações ou no mercado como um todo: importância da profissão para a Região Tocantina.
Perspectivas para o mercado de trabalho na profissão.	Perspectivas pessoais ou na análise geral do mercado para a profissão: atuação do sindicato com relação ao mercado, vontade ou não de mudar de profissão, análise do mercado nos próximos anos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

As análises foram feitas, inicialmente, entre os dois grupos da amostra, de forma separada. Posteriormente, a análise foi feita em comparação dos principais resultados dos dois grupos.

Para Bardin (1977) essa fase é fundamental para que se compreenda questões que vão guiar as próximas categorias de análise. A autora define que, nas categorias iniciais, tem-se os resultados brutos da pesquisa (conforme apresentado na transcrição selecionada, presente nos quadros do Apêndice B).

Após a pré-análise optou-se, por meio da análise com interferência interpretativa, pelas categorias levando-se em consideração a codificação dos sentidos ou temas. Bardin (1977) classifica essa fase, no tratamento final dos dados, como análise temática e Franco (2008) baseada nas definições de Bardin (1977) denomina a fase como análise semântica.

Nesta dissertação usa-se a terminologia adotada por Bardin (1977), análise temática, para o tratamento final dos dados. Para tanto, o tratamento ocorreu por meio da classificação de sentido atribuído às falas dos entrevistados da amostra, a partir dos temas apresentados nas categorias de análise.

A coleta de dados da pesquisa foi iniciada no dia 20 de março de 2019, após a aprovação do projeto no Comitê de ética. As 24 entrevistas foram realizadas seguindo a ordem de disponibilidade dos entrevistados, mas respeitando o limite dos dois grupos já programados: 12 entrevistas de profissionais que começaram o trabalho na TV antes de 2008 e 12 que iniciaram a carreira profissional depois de 2008.

Conforme descrito por Falqueto e Farias (2016) o total de 12 participantes, em pesquisas qualitativas e de caráter social, é tido como o ponto em que, geralmente, ocorre a saturação, ou seja, o momento da coleta de dados em que as informações coletadas costumam se repetir, o que significa que a coleta de novas entrevistas agregaria pouca ou nenhuma nova informação relevante.

O número de participantes é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição não sendo considerado produtivo persistir na coleta de dados. (FALQUETO; FARIAS, 2016, p. 560).

Observou-se o ponto de saturação ao final da coleta de dados com a amostra definida. Tanto no grupo formado pelos profissionais mais antigos, quanto nos mais novos. Observa-se redundância nas informações sobre a o início do trabalho na TV, processo de aprendizado das técnicas jornalísticas, críticas à remuneração da categoria e à atuação do sindicato, além de convergência em informações sobre o futuro diante da profissão e as tendências do mercado de trabalho para jornalistas na região.

Todas entrevistas foram gravadas e ocorreu a fase de decupagem, com a transcrição fiel e total das repostas dos entrevistados. Bardin (1977) defende que a análise de conteúdo, técnica empregada para analisar os dados desta pesquisa, precisa ser organizada em polos. A autora define a “pré-análise, exploração do material e o tratamento dos dados, inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p.95).

Segundo Bardin (1977), esse tipo de leitura é a primeira atividade para estabelecer contato com os dados e ter as primeiras impressões. Assim sendo, durante a transcrição das entrevistas, o processo foi realizado, ao passo em que foram registradas as impressões, por exemplo, sobre entonação vocal, durante as respostas.

Franco (2005), seguindo definição parecida diante da análise de conteúdo, defende que a leitura flutuante, que ocorre na pré-análise, ajuda a encontrar preâmbulos de informações que serão analisados de maneira profunda nas outras fases do processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a apresentação dos resultados com a definição do perfil sociodemográfico dos entrevistados, a partir dos grupos de classificação (antes de 2008 e após 2008) e conforme critérios apresentados no quadro 3 desta dissertação.

As respostas dos participantes são caracterizadas entre E1 e E12, logo após, as expressões “antes 2008”, para os profissionais que começaram a atuar na TV antes de 2008, e “pós 2008”, para a caracterização dos que iniciaram a carreira depois de 2008.

4.1 Categoria perfil sociodemográfico

Apresenta-se por meio do Quadro 6, de forma descritiva, características comuns e que definem a **categoria perfil sociodemográfico** dos entrevistados na pesquisa. Para tanto, empregou-se as pré-categorias:

1. Gênero
2. Idade
3. Formação superior ou empírica
4. Naturalidade
5. Motivo da mudança para Imperatriz (quando se emprega)
6. Tempo de trabalho no telejornalismo.

Quadro 6 – Perfil sociodemográfico

E1 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 18 a 30 anos, formado em Comunicação Social – Jornalismo e Administração, em Belém, natural de Imperatriz – MA e com 15 anos de trabalho na TV.
E2 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 41 e 50 anos, formado em Pedagogia, natural de Belém – PA, mora em Imperatriz há 23 anos e se mudou para a cidade para trabalhar em TV. Trabalha com telejornalismo há 25 anos.
E3 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Bissexual, idade entre 51 e 60 anos, não possui formação superior, natural de Lago da Pedra – MA, mudou-se para Imperatriz aos 13 anos em busca de trabalho para a família em 1987. Tem 26 anos de trabalho na TV.
E4 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 41 e 50 anos, não possui formação superior, natural de Imperatriz – MA, trabalha no telejornalismo há 19 anos.
E5 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 51 e 60 anos, formado em Pedagogia, natural de São Luís, mudou-se para Imperatriz para trabalhar em assessoria de comunicação em 1983, trabalha na TV há 33

	anos.
E6 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 51 e 60 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz, natural de João Lisboa – MA, mudou-se para Imperatriz ainda criança, trabalha na TV há 28 anos.
E7 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 41 e 50, não possui formação superior, natural de Coroatá – MA, mudou-se para Imperatriz com a família, ainda criança, trabalha na TV há 12 anos.
E8 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 41 e 50 anos, Possui formação superior em Pedagogia, em Imperatriz – MA. Natural de Buriti Bravo – MA, mudou-se para Imperatriz porque os pais buscavam melhores condições de trabalho. Trabalha com telejornalismo há 30 anos.
E9 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 41 e 50 anos, formado em Teologia, em Belém – PA, natural de São Caetano do Sul – SP, mudou-se para Imperatriz para trabalhar, mas não era na comunicação. Trabalha com telejornalismo há 20 anos.
E10 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 41 e 50 anos, formada em Geografia, em Imperatriz – MA, natural de Amarante – MA, mudou-se para Imperatriz em busca de trabalho e estudo. Trabalha com telejornalismo há 22 anos.
E11 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 41 e 50 anos, formado em Direito, em Imperatriz – MA, natural de Imperatriz. No telejornalismo há 12 anos.
E12 – ANTES 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 51 e 60 anos, formando-se em teologia, em Imperatriz – MA. Natural de São Domingos do Maranhão – MA, mudou-se para Imperatriz quando criança e com toda a família. Trabalha com telejornalismo há 23 anos.
E1 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 31 e 40 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz, natural de Lago da Pedra – MA, mudou-se para Imperatriz com a família ainda criança, porque o pai conseguiu um trabalho na cidade. Trabalha com telejornalismo há 8 anos.
E2 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 31 e 40 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Palmas – TO, natural de Imperatriz, trabalha no telejornalismo há 10 anos.
E3 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 18 e 30 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Coroatá – MA, mudou-se para Imperatriz após o nascimento e trabalha com telejornalismo há 4 anos.
E4 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 18 e 30 anos, formado em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Imperatriz e trabalha com telejornalismo há 8 anos.
E5 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Masculino, idade entre 18 e 30 anos, formado em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Imperatriz e trabalha com telejornalismo há 6 anos.
E6 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 18 e 30 anos, não possui formação superior. Natural de Belo Horizonte – MG, mudou-se para Imperatriz aos 13 anos com a família por causa do trabalho do pai e trabalha com telejornalismo há 4 anos.
E7 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 18 e 30 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Imperatriz e trabalha com telejornalismo há 5 anos.
E8 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 18 e 30 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Imperatriz e trabalha com telejornalismo há 4 anos.
E9 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 18 e 30 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Teresina – PI, mudou-se para Imperatriz com a família porque o pai estava em busca de emprego. Trabalha com telejornalismo há 3 anos.

E10 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade de 18 a 30 anos, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Brasília – DF, mudou-se para Imperatriz ainda criança porque a família toda já vivia na cidade, então, os pais dela decidiram mudar-se também. Trabalha com telejornalismo há 5 anos.
E11 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 31 e 40, formada em Comunicação Social – Jornalismo, em Imperatriz. Natural de Rondonópolis – PA, mudou-se para Imperatriz por causa do trabalho do pai. Trabalha com telejornalismo há 8 anos.
E12 – PÓS 2008 ENTREVISTA COMPLETA	Feminino, idade entre 41 e 50 anos, formada em Artes cênicas e Fisioterapia em Salvador, Bahia. Natural de Porto Alegre – RS, morou desde a infância em Salvador e mudou-se para Imperatriz para trabalhar em TV, há sete anos.

Fonte: Pesquisa de campo – pesquisa em profundidade.

Entre os profissionais que iniciaram a carreira antes de 2008 observa-se a formação empírica, sem formação superior regular, como relato da maioria entrevistados. Tal característica faz-se lembrar sobre o processo de formação da mídia brasileira, ainda no século XIX e início do século XX, relatado por Barbosa (2013), em que a produção da notícia, em muitos casos, seguia a sazonalidade da política, e utilizava a mão de obra de atores sociais que entendiam ou faziam parte do processo. De modo geral, iniciava-se no jornalismo como um complemento de renda ou uma oportunidade de trabalho, mesmo que não houvesse formação para tal.

Sabendo-se que a TV passou a funcionar em Imperatriz da década de 1980, a formação da mão de obra do telejornalismo, na cidade, viveu o processo parecido ao descrito por Barbosa (2013), especialmente, entre os profissionais que começaram a carreira antes de 2008.

Spannenberg e Barros (2016) também afirmam que, no início do processo da formação da mão de obra no jornalismo brasileiro, muitos profissionais migravam de outras áreas para atuar na produção de notícia. Processo parecido também se observa ao refletir-se sobre o perfil sociodemográfico dos resultados da presente pesquisa.

Observa-se entre os profissionais que iniciaram o trabalho antes de 2008 que, mais do que formação em Comunicação social – jornalismo, a maioria apresenta-se sem formação superior para o trabalho na área, ou seja, com formação empírica, ou formação superior em áreas ligadas às Ciências Humanas e Sociais, como teologia, direito e pedagogia. Assim, o grupo de profissionais não teve acesso ao incentivo teórico do desenvolvimento de competências cognitivas e reflexivas para a construção da relação entre a sociedade, a notícia e a ética profissional.

O fato não exclui a responsabilidade dos mesmos, porém, sobre eles, não recaem, por exemplo, as sanções previstas no código de ética dos jornalistas e nem as ações da Federação dos Jornalistas do Brasil sobre compromisso com as partes de uma notícia, direito ao sigilo da fonte e reivindicações sobre o exercício da profissão.

Por outro lado, ao apresentar-se o perfil sociodemográfico dos profissionais que iniciaram a carreira após 2008, tem-se uma diferença acentuada ao analisar-se o critério de formação.

Entre os 12 profissionais que compõem a amostra “pós 2008”, 10 são formados em Comunicação Social – Jornalismo. Observa-se que, tais profissionais, iniciaram a carreira no período do auge da discussão sobre a obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício do jornalismo e, mesmo assim, concluíram a formação. É importante lembrar que o Superior Tribunal Federal findou a obrigatoriedade do diploma para a função de jornalista no ano de 2009. A ordem fez que se findassem as fiscalizações e autos de infração às empresas que contratavam mão de obra sem formação devida para as funções, como resumiu (ALVES, 2016).

Melo (2013), entretanto, afirma que os anos em que vigorou a obrigatoriedade do diploma de jornalismo, criou um perfil de produção que definia muito sobre o que era qualidade, ou falta dela, nas produções. O autor (2013, p.17) chamou de “industrialização” da notícia o processo da formação dos perfis de produção. A assertiva pode ser uma das explicações para que, mesmo com a queda da obrigatoriedade, os profissionais, em Imperatriz, tenham se mantido em busca da formação formal.

Ao analisar-se o início da carreira entre os dois grupos apresentados na amostra da pesquisa, percebe-se diferenças marcantes entre os profissionais mais antigos e os que iniciaram o trabalho após 2008.

4.2 Categoria início de carreira

Para a **categoria início da carreira**, levou-se em consideração as pré-categorias:

1. Fato que marcou o início da carreira.
2. Como aprendeu o “fazer” jornalístico.

As pré-categorias foram definidas guiando-se pelas pesquisas de Prado (2005), que afirma que a formação da carreira de muitos profissionais no telejornalismo brasileiro começou com a migração de outras áreas da comunicação para a televisão. Os resultados apresentados por Melo (2013) também nortearam a definição das pré-categorias ao informar sobre industrialização da notícia e como isso impactou na busca pela qualificação. Situação de formalização que retrocedeu, segundo Grohmann (2016), quando o mercado de trabalho brasileiro no telejornalismo passou a conviver com processos de flexibilização de condições contratos de trabalho, principalmente após a queda da obrigatoriedade do diploma decretada pelo STF, em 2009, como relata Alves (2016).

Analisando-se as respostas dos entrevistados do grupo que iniciou a carreira antes de 2008, tem-se a migração do rádio para a televisão e experiências práticas como principais aspectos que definem o início da formação.

No rádio a gente veio para o entretenimento e mais tarde a gente começou a migrar para o jornalismo com transmissões de carnaval, transmissão de campeonatos esportivos, e aí a gente foi focando. E aí, já em 97 a gente chega na televisão com a missão de apresentar um dos maiores programas da casa (E8 – ANTES 2008. APÊNDICE B, QUADRO 1,)

Prado (2005) explica que, pelo fato da popularização do rádio no Brasil no século XX, a linguagem e o perfil dos profissionais foram pautados pela cultura do rádio, no período de fortalecimento das televisões como veículos de notícia pelo país. Assim, com a necessidade de ter-se repórteres e apresentadores de TV e a falta de profissionais com a capacitação para tal, tinha-se o rádio como fonte de trabalhadores.

Apesar da migração entre veículos, apresentada como forte característica do início da carreira entre os profissionais ingressantes na TV antes de 2008, a maioria cita que foi necessário estudar para manter-se na televisão, mesmo que, na maioria dos casos, não tenha sido o curso superior convencional.

O entrevistado E12 – antes de 2008 (apêndice B, quadro 1), confirma: “Eu percebi que aquela oportunidade era interessante pra mim, e eu fui buscar sozinho... buscar... É... estudar, conhecer um pouco mais de televisão, do telejornalismo, sozinho né, sozinho”.

Essa é uma característica apresentada por Melo (2013) e que fez parte do processo da formação da mão de obra no telejornalismo brasileiro, especialmente,

nas décadas de 1960 e 1970. Na época, os cursos de jornalismo eram uma reivindicação de parte dos profissionais e começavam a se fortalecer. O autor relembra que, quanto mais buscava-se a profissionalização formal, mais empregava-se um padrão que, para ser alcançado, precisava-se de preparação teórica também, mesmo que não fosse o curso superior.

Observa-se, portanto, que o processo ocorreu entre os profissionais de Imperatriz que começaram na televisão antes de 2008, principalmente, porque as novas tecnologias exigiam mais preparação e novas formas de produção. A característica foi presente na história do desenvolvimento das carreiras no período de consolidação da TV no Brasil, como afirmam Spannenberg e Barros (2016, p. 4):

Ao longo do século XX, outros meios de comunicação, tais como o rádio, a televisão e, depois, a internet, foram sendo desenvolvidos e ganhando espaço como ferramentas para a difusão de notícias. Com a criação de novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitada pelo avanço de técnicas e o aperfeiçoamento da rede mundial de computadores, criou-se um novo modo de disseminar notícias, e conseqüentemente, de se fazer jornalismo.

Sabendo-se que a televisão, em Imperatriz, nasceu em meados de 1980 e consolidou-se nos anos finais do século XX, conforme Reis (2018), é possível afirmar que o mesmo processo citado por Spannenberg e Barros (2016) ocorreu em Imperatriz, mas em época posterior ao restante do país.

Além da migração entre rádio e TV, outro ponto marcante apresentado na **categoria início de carreira**, entre a amostra antes de 2008, é que tem-se a prática cotidiana da profissão como principal forma de aprender o fazer jornalístico. “A gente aprendeu no dia a dia. Por exemplo, como a gente não tinha uma formação, uma graduação na área” (E5 – ANTES 2008, APÊNDICE B, QUADRO 1). “A gente aprendia no dia a dia”, relata o entrevistado E5 – antes 2008, conforme apresentado no Quadro 1 – início da carreira, no apêndice B.

A realidade de Imperatriz, entre os profissionais do telejornalismo mais experientes, lembra um dos retratos apresentados pelos grupos que defendiam a obrigatoriedade do diploma de ensino superior, ainda na década de 1960 e antes de 2009, quando se iniciou a discussão da queda de obrigatoriedade.

Alves (2016, p. 3) explica:

As sociedades complexas devem ter qualificações profissionais e formações acadêmicas específicas por profissões. Para essas instituições a posse do diploma de nível superior estaria ligada ao desenvolvimento e fortalecimento

da sociedade civil, por isso, despertaria interesses jurídicos, legislativos, mercadológicos, profissionais, éticos e deontológicos.

O autor também contextualiza que o fazer jornalístico prático foi presente no início da consolidação das televisões em todo o Brasil. E, apesar de ser uma realidade nos processos de profissionalização e formação da mão de obra, é necessário ter uma reflexão que a prática técnica não é o principal elemento para ter-se uma carreira na televisão e que a capacitação para os debates e desafios profissionais que influenciam na produção da notícia envolvem questões teóricas adquiridas, de maneira mais efetiva, no ensino superior.

A reflexão é mais presente, na **categoria início de carreira**, ao analisar-se as respostas do grupo que iniciou o trabalho após o ano de 2008. Diferentemente do grupo antes de 2008, os profissionais que iniciaram depois, no geral, não passaram pela migração do rádio para a TV, efetivamente. A maioria começou a trabalhar como um complemento do ensino superior, por meio de estágio ou busca por prática como diferencial para entrada no mercado.

E1 – pós 2008 (Apêndice B, quadro 1) diz: “a minha atuação profissional começou durante o curso”. E9 – pós 2008 (Apêndice B, quadro 1) reforça: “comecei a estagiar dentro do laboratório de telejornalismo, então, foi aí que eu comecei a gostar e a ter essa prática. Aí eu consegui o meu primeiro estágio remunerado, na TV”.

Beltrão (2016 a) apresenta a característica de conciliação entre teoria e prática como importante para o processo de formação e início de carreira. O autor afirma, por exemplo, que, na época em que se discutia a formalização dos cursos de jornalismo, a defesa era que a teoria e a prática proporcionariam uma formação mais completa aos profissionais, diante, principalmente, das dinâmicas sociais apresentadas na profissão.

Os entrevistados do grupo pós 2008 concordam. Apenas a teoria estudada na faculdade, não prepara para o mercado de trabalho. É preciso ter acesso aos dois: teorias e mercado. “50% eu aprendi na faculdade e 50 mesmo na rotina”, diz E5 – pós 2008 (apêndice B, quadro 1). “Na faculdade a gente vê mais é teoria, né? Porque a gente aprende fazendo”, reforça E8 – pós 2008 (apêndice B, quadro 1).

Por causa da disparidade entre teoria e prática e, diante das necessidades do mercado de trabalho, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de jornalismo no Brasil (BRASIL, 2013) defendem um ensino mais aplicado das teorias.

No artigo 1º tem-se:

III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular; IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional; V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais; VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia (BRASIL, 2013, p. 1).

Grohmann (2016, p. 7) diz ainda que “as mudanças no perfil profissional ou nas práticas jornalísticas não são algo que de-corre somente dos últimos anos”. Ou seja, a prática direta com o mercado é fundamental para o início da carreira e sua futura consolidação, como defendido pelas diretrizes nacionais, sabendo-se que o jornalismo é um mercado em constante transformação.

Assim, em uma análise entre os grupos antes de 2008 e pós 2008, tem-se o primeiro tendo a prática e a migração do rádio para a TV como principal elemento do início da carreira e, no segundo grupo, o início se deu, sobretudo, por meio da formação tradicional superior, seguida de estágios e outras formas de busca por prática direta no mercado de trabalho.

4.3 Categoria funções desempenhadas no trabalho

Pensando-se nas necessidades práticas e diretas do mercado de trabalho, tem-se a **categoria funções desempenhadas no trabalho** – organizada a partir das seguintes pré-categorias, presentes no formulário da pesquisa:

1. Rotina no telejornalismo
2. Quantas e quais funções desempenha
3. Foi contratado, exatamente, para essas funções?
4. Sente-se sobrecarregado?

A categoria geral foi definida a partir de Grohmann (2013), (2015) e (2016), textos que apresentam pesquisas sobre o papel multifacetado do mercado de trabalho no jornalismo e sobre a flexibilização das formas de contrato na profissão, especialmente, após a queda da obrigatoriedade do diploma de nível superior para exercício do jornalismo, em 2009.

Nesta categoria, tem-se uma grande semelhança entre as respostas e reflexões apresentadas tanto pelos profissionais mais antigos, que iniciaram a carreira antes de 2008, quanto os mais jovens, que começaram o trabalho na TV após 2008. Em ambos os casos, os entrevistados afirmam ser multifuncionais no processo de produção de notícia.

E5 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 2) explica que as mudanças no mercado de trabalho da profissão estimularam a situação atual, em que um mesmo profissional é responsável por várias funções:

Hoje nós temos 10 pessoas para produzir conteúdo para todos esses telejornais. Então, assim, você, efetivamente, precisa fazer tudo. Você não pode sentar aqui na cadeira e dizer assim: beleza, vamos lá, gente! Você tem que estar participando do processo. Aí você é produtor, você é motorista... eu já dirigi para as pessoas fazerem matéria. Você é o que precisa ser para o conteúdo estar no ar.

O processo sentido pelos profissionais, em Imperatriz, também é presente no restante do país, conforme explicam Oliveira e Grohmann (2015):

A profissão de jornalista tem apresentado significativas mudanças nas últimas duas décadas devido à introdução de novas tecnologias e ao redesenho da organização produtiva ocorrida no mundo do trabalho, mudanças que estão associadas, em nível mais amplo, ao processo de reestruturação macroeconômica.

Ou seja, o desemprego no país, a situação econômica global e as legislações vigentes impactaram nas mudanças da concepção de funções no jornalismo. Alves (2016) lembra que, com a queda da obrigatoriedade do diploma de ensino superior para exercício das funções no jornalismo, diminuíram também as possibilidades de fiscalizações trabalhistas nas redações. Assim, o mercado flexibilizou-se ainda mais.

Mesmo os profissionais mais antigos, que haviam começado na TV com funções pré-determinadas, tiveram que se adaptar. Entre os profissionais mais jovens, as mudanças e a necessidade de ser multifacetado nasceram junto com a carreira.

A minha função seria ser repórter, mas como a gente tem um pouco de déficit de pessoal, né? A gente acaba que desempenha essas outras funções, mas acho que isso é bem normal em nossa profissão (E10 – pós 2008 – Apêndice B, quadro 2).

Em pesquisa divulgada pelas empresas Comunique-se e Apex (2018), sobre o Perfil do jornalista brasileiro, as variadas funções também foram citadas pelos profissionais. “Cerca de 59% informaram que dominam de 3 a 6 habilidades relacionadas à área e 20,7% disseram ter conhecimento em 7 ou mais atividades” (COMUNIQUE-SE; APEX, 2018, p. 15).

O acúmulo de função apresentado pela pesquisa de Comunique-se e Apex (2018) e confirmado pelos entrevistados desta dissertação, também pode observado ao analisar-se os números trabalhadores catalogados pelo índice Firjan (2019), na cidade de Imperatriz. Segundo o indicador, o município possui apenas um diretor de programa de TV, três produtores e seis repórteres (conforme quadro 2 desta dissertação).

Ao confrontar-se os números oficiais da Firjan (2019) com a respostas dos participantes desta pesquisa, observa-se uma grande disparidade. Dos 24 entrevistados, independentemente se começaram a carreira antes de 2008 ou depois 2008, todos relatam que exercem a função de produtor em algum momento do trabalho, 13 afirmam ser apresentadores regulares, nove tem cargos de diretor em empresas de telejornalismo e 13 afirmam que também são repórter, além de outras funções.

Assim, percebe-se que os próprios profissionais se identificam como multitarefas, porém, não tem registros trabalhistas que os assegurem direitos ligados à todas as funções que desempenham.

Grohmann (2013) reflete que a nova forma de se manter no mercado e fazer carreira no jornalismo emprega aos profissionais um ritmo que decorre da aceitação de tarefas diversas, da construção de redes interpessoais que os ajudem a manter-se no trabalho e, ao mesmo tempo, traz uma dificuldade da formação da carreira sólida, tendo em vista a necessidade vital de acumular funções para a manutenção do trabalho.

Outro fator que exige reflexão é sobre a remuneração destes trabalhadores que, nem sempre, segue o ritmo da quantidade de funções desempenhadas por eles.

4.4 Categoria renda dos profissionais

Para a apresentação dos resultados e discussão sobre a **categoria renda dos profissionais** criou-se as seguintes pré-categorias:

1. Salário, variando entre 1 e 20 salários mínimos vigentes entre 2018 e início de 2019, em reais.
2. Se considera o valor do salário justo.
3. Se exerce outra função para complementar a renda.

As pré-categorias, que resultou na categoria geral, foram definidas a partir do piso para jornalistas no Maranhão (FENAJ, 2019) e pelo Código de Ética do Jornalistas no Brasil.

Apresentando-se a análise entre os 24 entrevistados dos dois grupos, antes de 2008 e pós 2008, todos revelaram que tem salários entre R\$ 999, 00 e R\$ 9.998,00. De forma exata, seis profissionais informaram que recebem de salário mensal, com o telejornalismo, entre R\$ 999,00 e 1998,00. Maioria dos entrevistados informou um valor intermediário. De 1999,00 a 4990,00 foi a resposta de 17 participantes da pesquisa. Apenas um profissional informou que ganha entre 4.991,00 e 9998,00 como salário. Importante informar que este foi o único entrevistado a afirmar que está totalmente satisfeito com a remuneração.

Para entender o nível de satisfação, é importante comparar os valores ao piso salarial informado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2019). Segundo a federação, no estado do Maranhão, o piso é de R\$ 2.725,00. Assim, é possível afirmar que mais da metade dos profissionais entrevistados ganha abaixo do piso ou estar no limiar dele. Entre cidades e regiões brasileiras, a Fenaj (2019) apresenta uma variação de pisos salariais entre R\$1.388,00, em cidades do interior de Pernambuco como o mais baixo, e o valor de R\$ 3.631,16, em Londrina, Paraná, como o mais alto piso salarial do país.

Outro dado a ser comparado é a média salarial apresentada para jornalistas, em Imperatriz, pelo indicador Firjan (2019): diretor de programa de TV, salário médio de R\$ 1801, 62; produtor de televisão, R\$ 1702,58 e Repórter de televisão ou rádio, com salário médio de R\$ 2.396,76. Ou seja, todos os valores de salários médios para as funções apresentadas no indicador Firjan (2019) a apresentam-se abaixo do piso salarial estipulado para a categoria no estado do Maranhão.

O Código de ética dos jornalistas no Brasil (2019, p. 1) veta esse tipo de prática. “Art. 10 – O jornalista não pode: – Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com tabela fixada pela sua entidade de classe”.

Porém, como alerta Grohmann (2016), o mundo do trabalho no jornalismo vive uma fase de enxugamento e contenção de gastos nas redações e, por isso, o profissional acaba se submetendo a aceitar trabalhos com salários abaixo do piso.

Outro fator que também pode ser desencadeado pelos baixos salários são as formas variadas de contratos, que não sejam pela CLT, Consolidação das Leis Trabalhistas. Com salários baixos, os profissionais do telejornalismo, em Imperatriz, praticam outras funções e atividades, fora da televisão, para complementar a renda.

O entrevistado E2 – pós 2008 (Apêndice B, quadro 3) cita que a terceirização de funções, até mesmo dentro da empresa onde se tem contrato via CLT, é uma modalidade empregada atualmente no mercado de trabalho, em Imperatriz.

Para o mesmo grupo, não necessariamente a TV, eu tirei a licença maternidade de uma colega fazendo a prestação de serviço extra pro site, que é um portal do grupo. Mas, contratada como prestadora de serviço, terceirizada, com outro CNPJ até pra não gerar um outro vínculo empregatício com a empresa, pra empresa não ter que pegar como gratificação.

Oliveira e Grohmann (2015, p. 124) explicam que essa tendência é do mercado de trabalho como um todo e, com a flexibilização das leis trabalhistas e da própria legislação específica para os jornalistas, cresceu e se popularizou.

Sobretudo a partir dos anos 1990, por meio da flexibilização crescente das condições de uso e mobilização da força produtiva, o número de jornalistas submetidos a diversificadas relações contratuais de trabalho subiu. Terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), cooperados e *freelancers* são figuras recorrentes no mercado profissional, que transferem aos trabalhadores o peso das incertezas do mercado.

Dados da pesquisa Perfil do jornalista no Brasil, das empresas Comunique-se e Apex (2019), também revelam o crescimento dessas modalidades de contratação em todo o país, e as mesmas já somam quase o mesmo total de profissionais contratados via CLT. “Os jornalistas que relataram atuar como empregados registrados correspondem a 36,5%. Os que trabalham como prestadores de serviço (PJ), *freelancers* ou autônomos somam 31,2%” (COMUNIQUE-SE; APEX, 2019, p. 11).

Outro dado apresentado pelos participantes da pesquisa desta dissertação é que, entre as atividades extras para complementação da renda, muitas têm relação com política, principalmente, entre os profissionais com mais tempo de carreira. E7 – antes 2008 (Apêndice b, quadro 3): “tempo de política é um tempo muito bom pra mim, porque eu sou bem solicitado, porque de palco eu faço muito bem, então, a gente faz esse trabalho também pra complementar”.

E11 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 3) afirma ainda que o fato de ter a voz acentuada no trabalho da TV, facilita o envolvimento com trabalhos extras na política, por exemplo.

E além do trabalho do rádio e televisão há outras funções que carecem da voz, por exemplo a gravação de spot comerciais, você grava propaganda comercial também, campanhas políticas, campanhas publicitárias, então sempre fizemos isso, e alguns de forma sazonal.

Já entre os respondentes que iniciaram a carreira após 2008, trabalhos ligados ao marketing e redes sociais são citados como as principais fontes extras de recursos financeiros.

Diretamente ligadas ao jornalismo, não. Mas dentro da área de comunicação. Envolve que é um trabalho nas redes sociais, então é um perfil onde eu faço, um trabalho, uso técnica do jornalismo, mas tudo mais voltado para o marketing. Se enquadraria como produção comercial (E4 – PÓS 2008 – APÊNDICE B, QUADRO 3).

As afirmações trazem a preocupação sobre a possível relação entre os trabalhos e interesses extras com a produção da notícia. O Código de Ética do Jornalista no Brasil (2019, p. 1) proíbe: “– Exercer cobertura jornalística, pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado. Da responsabilidade profissional do Jornalista”. Porém, com tantas atividades extras para garantir a sobrevivência e a manutenção do trabalho, os interesses na produção da notícia podem ter interferências dos trabalhos extras, o que pode influenciar na escolha de fontes e, até mesmo, na edição do material que será levado ao público.

4.5 Categoria dificuldades no exercício da profissão

O salário foi uma dificuldade apresentada pelos profissionais, como um todo, durante a pesquisa. Por esse motivo, na **categoria dificuldades no exercício da profissão** não estão incluídas questão sobre salários.

Os presentes resultados foram obtidos a partir das pré-categorias:

1. Dificuldades diante do mercado de trabalho
2. Influências que dificultam a produção da notícia

As pré-categorias foram organizadas a partir dos estudos e pesquisa de Grohmann (2013), (2015) e (2016), sobre jornalismo e mercado de trabalho, e Cabral (2015) e Reis (2018) sobre os conglomerados de mídia no Brasil e no Maranhão.

De forma geral, tanto os participantes da pesquisa que são mais experientes, quanto os mais jovens, consideram o mercado de trabalho, no telejornalismo, restrito, o que prejudica o exercício da profissão.

A queda da necessidade do diploma para o exercício da profissão é apontada como uma das principais causas para o mercado de trabalho na cidade apresentar-se mais competitivo, tendo como base o número de pessoas disputando vaga, e, ao mesmo tempo, mais desvalorizado. “Impactou, negativamente, porque hoje qualquer um pode ser “jornalista”, entre aspas. O valor de mercado profissional cai consideravelmente, porque hoje qualquer um pode ir para televisão” (E1 – ANTES 2008 – APÊNDICE B, QUADRO 4).

A prática sem os cuidados e conhecimentos necessários para transformar fatos sociais em notícia descaracterizam o jornalismo. Silva e França (2017, p. 2) definem que:

Entendemos que o jornalismo é uma atividade comunicacional que se distingue por três eixos: a) a relação com o real (o jornalismo “fala” a realidade); b) a natureza de seu produto (a informação); c) sua ancoragem no interesse público (ele vai dizer o que, supõe-se, interessa e é pertinente para o grupo ao qual se dirige). Trata-se, naturalmente, de uma dinâmica e uma configuração complexas.

São relações tão complexas que exigem conhecimento sobre, por exemplo, os valores-notícia e critérios de noticiabilidade. Wolf (2009) e Traquina (2005) destacam ainda que a avaliação e escolha de qual fator social será produzido, ou não, como notícia requer um conjunto de habilidade e valores que prezem o

contraditório e a busca por diferentes vozes e enunciados sobre o mesmo assunto para, então, produzir-se a notícia e divulgá-la para o grande público.

A falta da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão acarretou a queda nas fiscalizações nas empresas de comunicação. Os entrevistados também apresentaram grande insatisfação com o sindicato de jornalistas de Imperatriz.

Eu creio que o sindicato já foi muito mais atuante. Já teve uma fase em que o sindicato dos jornalistas era o mais ativo, mais vigilante. E num tempo em que não se necessitava tanto quanto hoje de tanta vigilância. Então, eu creio que já foi mais operante. Hoje, eu vejo como passivo, diante de tantas necessidades que se tem hoje (E9 – ANTES 2008 – APÊNDICE B, QUADRO 4).

O apoio do sindicato, de que sentem falta os associados, está previsto no Código de Ética da categoria e que prevê ainda que sejam feitos acompanhamentos e fiscalizações sobre os direitos dos profissionais, mas também sobre seus deveres, como responsáveis pela busca efetiva da apuração dos fatos e produção de notícias. O descumprimento dos valores-notícia e de outros fatores do Código de Ética também deveriam e poderiam ser fiscalizados pelo sindicato.

Art. 19 – Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:

– Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato; – Aos não associados, de observação pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato.

Parágrafo Único – As penas máximas (exclusão do quadro social, para os sindicalizados, e impedimento definitivo de ingresso no quadro social para os não sindicalizados), só poderão ser aplicadas após referendo da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 20 – Por iniciativa de qualquer cidadão, jornalista ou não, ou instituição atingida, poderá ser dirigida representação escrita e identificada à Comissão de Ética, para que seja apurada a existência de transgressão cometida por jornalista (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS NO BRASIL, 2019, p. 3).

Com efeito da queda de fiscalização, mudou-se também o comportamento do mercado como um todo, fatores considerados dificuldades para o exercício da profissão, em Imperatriz.

Oliveira e Grohmann (2015, p. 124) explicam:

Essas mudanças de fundo têm impacto nos contextos de produção e no desenho de um perfil profissional mais ou menos valorizado pelo mercado, com reflexos importantes nas discussões associadas ao tipo de comportamento necessário para a inserção (ou permanência) do trabalhador no processo produtivo.

Outro fator citado como ruim e que causa dificuldade no exercício da profissão é a própria formação do mercado quanto aos proprietários e interesses políticos e econômicos das empresas de comunicação.

E10 –antes 2008 (Apêndice B, quadro 4) afirma:

Só que na atual conjuntura a gente não faz jornalismo. A gente faz... A linha editorial de quem dirige a empresa, a gente faz a linha editorial de quem paga mais... A gente faz a linha editorial do toma-lá-dá-cá, a gente faz a linha editorial da manipulação em prol de alguma coisa que interessa pra quem mantém.

Ou seja, assim como afirma Barbosa (2013), que nos primórdios do jornalismo brasileiro os profissionais e as notícias eram escolhidos pelos empresários que estavam no poder e políticos, ainda percebe-se essa relação forte no telejornalismo de Imperatriz.

E1 – pós 2008 (Apêndice B, quadro 4) completa a crítica às influências econômicas e políticas:

O mercado de trabalho, como eu falei, é prostituído. É um mercado onde as pessoas, muitas vezes, elas são contratadas, não pelo profissionalismo, não pela forma como ela desenvolve as suas funções e, muitas vezes nem é analisado o histórico profissional da pessoa. São analisados... na verdade se oferece um valor.

A realidade criticada pelos profissionais, em Imperatriz, é parecida no restante do país, como afirma Cabral (2015) ao concluir que toda mídia televisiva brasileira está nas mãos de três grupos nacionais e cinco regionais.

No Maranhão, Reis (2018), dois grupos são os principais detentores da mídia e, em ambos, tem-se políticos e famílias tradicionais: Grupo Mirante, da família Sarney, e Grupo Difusora, da família Lobão.

A formação desses grupos é proibida pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p. 129), no artigo 220: “§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Porém, existem limites (como a formação de redes e de retransmissoras), segundo Lins (2017), que fazem com que a prática de conglomerados liderados por políticos e/ou famílias se mantenham no Brasil.

Em Imperatriz, de acordo com Reis (2018) as três principais emissoras que transmitem programação local são de famílias tradicionais e com forte viés político. A

influência desses fatores na produção da notícia prejudica o exercício da profissão conforme o Código de ética dos profissionais (2019, p. 1) que diz:

Art. 9º – É dever do jornalista:

– Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; – Lutar pela liberdade de pensamento e expressão; – Defender o livre exercício da profissão; – Valorizar, honrar e dignificar a profissão; – Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; – Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; – Respeitar o direito à privacidade do cidadão.

O prejuízo é sentido pelos profissionais que, muitas vezes, se consideram presos por questões de influências de empresários e políticos na produção da notícia.

Tá difícil trabalhar na nossa área porque a gente sempre falou tanto, assim, em democratização da comunicação, a questão da imparcialidade e, pra alguns aspectos, a gente se sente preso, porque a gente, muitas vezes, não consegue fazer o nosso trabalho do jeito que tinha que ser. Aí vem as questões políticas, de concessão de TV, né? Então, eu acho que as coisas que pioraram mais assim na cultura política mesmo (E9 – PÓS 2008 – APÊNDICE B, QUADRO 4).

Importante, ainda, ressaltar que a percepção, sobre os prejuízos causados por fatores políticos e econômicos ao exercício das funções de jornalistas, foi comum tanto entre os profissionais que iniciaram a carreira antes de 2008, quanto aos jovens, com início na profissão após 2008.

4.6 Categoria vantagens da profissão

Assim como existe concordância nas respostas sobre as dificuldades da profissão, na **categoria vantagens da profissão**, os entrevistados dos dois grupos pesquisados (antes 2008 e pós 2008) tiveram declarações comuns. Para definir os critérios de análise, empregou-se as pré-categorias:

1. Importância do jornalismo para a comunidade local.
2. Importância do jornalismo para o desenvolvimento da região.

Os principais autores que nortearam a definição das pré-categorias e, conseqüentemente, da categoria geral foram Servaes (2008) e Peruzzo (2015), além

das citações frequentes dos participantes da pesquisa sobre os dois temas. Como ressalta E5 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 5):

O jornalismo local sustenta toda uma situação que é relevante para comunidade, para o social, para cultura, é relevante para economia, é relevante para você encontrar soluções que favoreçam a sociedade, é importante para que você cobre as autoridades responsáveis por políticas públicas.

Analisa-se a percepção com o que diz Peruzzo (2015) quando afirma que a comunicação pautada para o desenvolvimento é dinâmica e é um incentivo à produção de conhecimento e difusão de informações que mobilizem e tragam benefícios para a comunidade como um todo.

Servaes (2008) defende que o processo comunicativo, quando coloca o povo como protagonista, é um incentivo a quebra de hierarquias que colocam em risco o desenvolvimento das cidades e regiões.

O entrevistado E7 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 5) faz a seguinte reflexão sobre a influência da profissão de jornalista para a região:

E poder fazer avaliações a respeito da nossa cidade, da nossa região. Pode mostrar o que tá certo e o que tá errado. Fazer com que a balança não seja dois pesos e duas medidas. Saber que a autoridades elas tem responsabilidades, saber que o povo tem os seus direitos, mas, também, tem os seus deveres.

A comunicação, no Brasil, é um direito assegurado pela Constituição de 1988 e tal defesa ocorre pela importância da informação na busca pela formação de comunidades que conheçam os próprios direitos e possam cobrar por eles. Ter acesso a notícias produzidas de maneira responsável e com respeito aos critérios de noticialidade e a busca por vozes diversas, diante do interesse público, configuram elementos fundamentais na construção que o próprio cidadão terá sobre suas interpretações diante da realidade (SILVA; FRANÇA, 2017).

Dallabrida (2015) explica que o desenvolvimento de uma região é composto por eixos capitais: ambiental, econômico, institucional, social, cultural e intelectual. De maneira geral, ao ter acesso a informações produzidas e apuradas com responsabilidade, o cidadão tende a ter mais autonomia na formação do pensamento crítico o que influencia, diretamente, no beneficiamento dos capitais social, cultural e intelectual e, a logo prazo, também impacta nos demais.

Outro ponto a ser ressaltado é que Imperatriz é um polo regional que, juntamente com mais 15 municípios, compõe a Região de Imperatriz, cidades também de estados vizinhos, segundo IBGE (2019). O entrevistado E11 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 5) defende:

A televisão em Imperatriz ela foi muito importante pra fazer essa interligação regional. Tanto que as informações que saem de Imperatriz hoje elas estão aqui, hoje, no estado do Tocantins e nos municípios menores que Imperatriz, o trabalho de imprensa foi fundamental em alguns momentos críticos de Imperatriz como acontece em outras cidades.

Essa realidade ajuda a diminuir o que o Atlas da notícia (2019) chama de desertos de notícia, áreas onde a comunidade não tem a acesso a produção da notícia e, nem mesmo, a sua veiculação. Servaes (2008) e Peruzzo (2015) defendem que a comunicação que influencia o desenvolvimento regional deve ser pautada na democratização e participação da população como fontes e como promotoras dos temas a serem desenvolvidos sob o interesse público.

O Atlas da notícia (2019) mostra que muito ainda precisa ser feito no Brasil, pois 25% da população vive à margem do que é produzido como notícia e, grande parte dessas pessoas, está nas regiões Norte e Nordeste. O protagonismo e crescimento responsável da comunicação, em Imperatriz, ajuda a melhorar essa situação, tendo em vista que a produção de notícia no município, também, abrange a cobertura, com participação popular, de acontecimentos outras cidades do Maranhão e do Tocantins.

“O fazer comunicação é se tornar um educador social, vamos dizer assim, se tornar um agente responsável, corresponsável pela vida das pessoas, é exercer uma responsabilidade social muito grande”, defende E12 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 5).

De forma geral, essa satisfação em contribuir para o desenvolvimento regional (apesar das dificuldades apresentadas na categoria do tópico 5.5) tornam o exercício da profissão mais prazeroso e também faz com que a maioria dos participantes da pesquisa cite o “amor à profissão” como um elemento importante para manter-se no jornalismo.

4.7 Categoria perspectivas para o mercado de trabalho na profissão

Para chegar-se aos resultados e discussão da **categoria perspectivas para o mercado de trabalho na profissão**, partiu-se das pré-categorias:

1. Planos pessoais
2. Tendências do mercado

As pré-categorias de análise foram definidas seguindo-se as respostas dos entrevistados e os resultados apresentados em pesquisas de Grohmann (2013), (2015) e (2016), sobre as mudanças no mercado de trabalho ao longo dos anos e como o cenário influencia no comportamento dos profissionais e Miranda (2018) sobre a influência das novas tecnologias da internet nas redações, tema muito citado pelos participantes da pesquisa, como confirma E2 – antes 2008 (Apêndice B, quadro 6): “olha, meu plano é continuar em rede social. No momento está dando para agregar junto a TV, a emissora que eu faço parte, está dando para conciliar”.

A conciliação entre veículos tradicionais, como a TV, e trabalhos temporários e com outras formas de contrato (fora do eixo da CLT) é uma forte tendência, ao avaliar-se a realidade que já se instala no país. “A flexibilidade é um imperativo, ao lado do espírito aventureiro. (...) a noção de “carreira”, enquanto algo fixo e estável, se esvai, dando lugar a conceitos como “projetos”, “*jobs*”, “*home-office*” e “*frilas*” (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015, p. 125 **grifos do autor**).

Assim, os planos profissionais dos 24 entrevistados guiam-se pelas áreas que os mesmos consideram promissoras e com forte tendência no jornalismo de Imperatriz: redes sociais, interatividade com a comunidade e assessorias. Os planos revelam, ainda, que as tendências do mercado local começam a ficar evidentes no dia a dia das redações.

De forma geral, a utilização da internet nos meios de produção do telejornalismo aparece como planos pessoais e também como tendências do mercado, compondo, portanto, esta categoria.

A gente pode trabalhar com o celular, a gente pode trabalhar com as mídias sociais, adiantando, esmiuçando mais um assunto, por causa do tempo de TV, então, eu acho que algo dentro do telejornalismo, que seja multiplataforma, é algo que possa dar uma alavancada boa nessa área, aqui em Imperatriz (E1 – PÓS 2008 – APÊNDICE B, QUADRO 6).

Miranda (2018) discorre sobre os novos formatos de redação e produção de notícia na televisão. A interatividade e a busca pela informação em tempo real movimentam o jornalismo. Nas últimas décadas, esse movimento é mais rápido, principalmente, por causa do desenvolvimento e popularização das redes sociais, onde qualquer cidadão tem a notícia que chega de forma imediata e, muitas vezes, pelo celular.

Esses novos ambientes a que nos acostumamos a conviver estão estruturados no ciberespaço, na internet. Nesse local a informação é móvel, não tem território específico, não só veículos de comunicação trabalham a notícia, mas o público também tem a liberdade de noticiar, divulgar. Assim, novos nichos de mercado e de interesse são encontrados (MIRANDA, 2018, p. 5).

A participação mais efetiva do público na produção das notícias já é uma realidade no Brasil e é visto como uma tendência para o telejornalismo, em Imperatriz. Ao passo que internet leva informações, na hora, onde quer que o cidadão esteja, a televisão precisa trazer novidades sobre o mesmo assunto, disponibilizando mais tempo para a interatividade. E12 – pós 2008 (Apêndice B, quadro 6) defende que uma tendência é a “Interação com o público, as mídias digitais estarem meio que entrando no telejornalismo, como já tem, né? essa questão dos equipamentos digitais que terminam tornando mais dinâmica a apresentação”.

Esse dinamismo e abertura para a opinião do telespectador nas produções pode fortalecer o que defende Servaes (2008) sobre a comunicação para o desenvolvimento estar pautada, sobretudo, na comunidade como protagonista e participante ativa dos fatos e da apuração dos mesmos.

Essa tendência também pode ser uma possibilidade para a diminuição dos desertos de notícia, que segundo o Atlas da notícia (2019) estão em locais de difícil acesso e distantes geograficamente das sedes de televisões. Por meio de mensagens e vídeos, por exemplo, o público das regiões desassistidas pode fazer-se presente nas apurações de notícias.

De acordo com Miranda (2018) o passo importante para que os profissionais de televisão tenham maior abertura a essa tendência, é a adaptação das redações de telejornais. Esses espaços, antes cheios de diversos profissionais já estão em constante enxugamento e com jornalistas polivalentes, conforme Grohmann (2016). Além disso, o mecanismo de apuração e produção das notícias

muda com a adoção efetiva das mídias sociais no processo de produção. Como defende E5 – pós 2008 (Apêndice B, quadro 6) ao apontar a utilização das redes sociais, principalmente, do *WhatsApp*, e outros aplicativos, como tendência.

Pelo celular você consegue fazer muita coisa, inclusive a ter acesso a esse conteúdo de notícia. Então, a TV precisa se reinventar, precisa mudar esse formato da comunicação que está sendo feita pra apresentar de uma forma que seja mais atrativa para o público, já que eu estou vendo a notícia que eu já vi eu preciso vê-la de uma forma diferente.

Miranda (2018, p. 11) explica como a chegada das redes sociais, efetivamente, em uma redação de TV, muda funções. Enquanto precisavam-se de, por exemplo, cinco pessoas para uma entrada ao vivo, agora consegue-se realizar o mesmo trabalho, com um repórter usando o celular.

As aplicações do WhatsApp foram ampliadas com os passar dos anos decorrentes dos investimentos em pesquisa tecnológica, e por isso, com possibilidade de gravar áudio e vídeo com qualidade facilitou a gravação e geração de conteúdo. Através dessa ferramenta, as distâncias e acessos podem ser superados pela conexão de banda larga. Com o compartilhamento das notícias e o acompanhamento do que está sendo postado fica mais fácil controlar o que está sendo feito e também monitorar o desenvolvimento das tarefas.

Assim, tem-se o aumento da participação dos dispositivos de internet no telejornalismo como tendência apontada pelos profissionais e o jornalista antenado com as novas possibilidades e multitarefas como condição para entrada e permanência no mercado de trabalho em constante transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de profissionalização do jornalista no Brasil passou por entraves que deixaram um legado de desafios para a categoria profissional, entre eles estão os processos empíricos do aprendizado à prática jornalística, as contratações flexibilizadas, a desvalorização da profissão no quesito salário. Desde o Brasil colonial, também, fatores econômicos e políticos interferiam na produção de notícias, o que deixava parte da população à margem dos acontecimentos reais. Fatores também retratados nesta pesquisa, como presentes até hoje nas redações de telejornais.

A mídia brasileira passou por fases de empenho dos profissionais na intenção de fortalecer a profissão, incentivar a formalização por meio do curso superior e garantir melhores condições de trabalho e remuneração. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, prevê o respeito ao processo de produção de notícia e ao profissional, como forma de garantir que a população tenha acesso a informação apurada com responsabilidade.

Porém, mesmo com a regulamentação nacional vigente, os profissionais e a profissão de jornalista encontram-se em um momento de fragilidade, especialmente, após 2009, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo.

O mercado de trabalho foi impactado com as formas flexíveis de contratação, que incluem a terceirização, por exemplo, e, em Imperatriz – MA, a realidade de instabilidade profissional está presente.

A mão de obra do telejornalismo local, principalmente entre os profissionais que iniciaram a carreira antes 2008, é formada por pessoas que iniciaram o trabalho na TV antes de qualquer tipo de formação superior. A palavra “**prática**” está presente nos depoimentos como forma de definir como o profissional aprendeu a produzir notícias, ou seja, com foco em técnicas, principalmente, de apresentação de notícias e sem o desenvolvimento das habilidades e competências de reflexão e ética profissional.

Entre os mais jovens, que iniciaram a carreira após 2008, a formação superior em Comunicação Social – Jornalismo, é tida como o ponto inicial para o ingresso ao mercado de trabalho da maioria, mesmo assim, esses profissionais, em sua maioria,

creditam ao mercado grande parte dos aprendizados que tiveram para o trabalho efetivo. O que indica que a formação tradicional, apenas na faculdade, não foi suficiente para o processo de profissionalização da mão de obra do jornalismo televisivo, em Imperatriz, Maranhão, mesmo entre os que tiveram acesso a ela.

A influência do jornalismo na vida dos cidadãos, apesar das dificuldades dos profissionais, é citada por todos, os mais jovens e os mais experientes, como uma das vantagens da profissão e, ao mesmo tempo, como preocupação, visto que Imperatriz é a cidade central de uma região que comporta 16 municípios.

Assim, a notícia produzida em Imperatriz é divulgada em toda a região. O jornalismo televisivo ainda é uma das principais formas de busca por informação. A internet cresce, também, nesse sentido, o que torna mais desafiador ao profissional a missão de levar à TV a informação bem apurada, com ética e responsabilidade e oferecendo características diferentes do que se encontra na internet.

Sabendo-se que a comunicação pensada para o desenvolvimento regional precisa estimular as mais diversas visões sobre um fato, a televisão e a internet são vistas pelos profissionais como aliadas no processo de produção de notícias, afim de proporcionar ao espectador mais elementos para formação intelectual, crítica, social e cultural, fatores que impactam diretamente no desenvolvimento da região.

A partir dos resultados apresentados nesta dissertação, é possível afirmar que os objetivos específicos, que foram: 1. traçar o perfil sociodemográfico dos profissionais no telejornalismo em Imperatriz, Maranhão, 2. compreender o processo de formação empírica e formal, 3. identificar as potencialidades e barreiras e os percursos e perspectivas profissionais dos profissionais, foram alcançados levando-se, assim, ao alcance do objetivo geral desta dissertação, que foi analisar como ocorreu o processo de profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo, em Imperatriz, Maranhão.

Esta pesquisa limitou-se ao processo de profissionalização e fatores que o mesmo impactou na construção do mercado de trabalho no telejornalismo no município de Imperatriz. Sugere-se, portanto, a ampliação dos estudos tendo como objetivo de pesquisa a construção da árvore de realidade futura para, entre outros aspectos, traçar de forma efetiva e científica caminhos e tendências para o mercado de trabalho para os profissionais no município.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo. O Diploma de Jornalismo no Acórdão do STF e as Articulações pelo Retorno da Profissão Regulamentada. *In*: INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXVIII., 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1101-1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2019.

AMARAL, Jordana Siteneski do; MACHADO, Deborah da Silva. **Mídia, monopólio e democracia**: um estudo sobre a monopolização da mídia no Brasil e porque isso pode ser uma ameaça à democracia. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acessado em: 5 jun. 2019.

ANATEL – **Agência Nacional de Telecomunicações** – Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>. Acesso em: 3 mai. de 2018.

ATLAS DA NOTÍCIA – Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/estatisticas/>. Acesso em: 1 jun. de 2019.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil:: relações entre o sistema de mídia e o sistema político . **Opinião pública** , Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, maio. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/op/v12n1/29399.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2018.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. França: Presses Universitaires de France., 1977. 229 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4295794/mod_resource/content/1/BARDIN%20C%20L.%20%281977%29.%20An%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo.%20Lisboa_%20edi%C3%A7%C3%B5es%202070%2020225.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

BARRANQUERO, A; SÁEZ, C. La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. **Palabra Clave**, v. 18, n.1, p. 41-82. DOI: 10.5294/pacla. 2015.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz, MA: Ética, 1996.

BELTRÃO, Luiz. Os programas das escolas Brasileiras de Comunicação. : Como e onde devem preparar-se os comunicadores rurais. *In*: MELO, José Marques de;

_____. Estrutura Curricular dos Cursos de jornalismo no Brasil. In: MELO, José Marque de ; SANTOS, Marli dos (Org.). **Mutações na comunicação: ampliando as fronteiras do jornalismo** . São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2016. cap. XVII, p. 439 - 460. v. 9.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. decreto n. 1, de 27 de set. de 2013. Novas diretrizes curriculares do ensino de Jornalismo. **diretrizes curriculares** . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO . Brasília, DF, p. 1-8, set. 2013. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 mai. 2018.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. In: **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 17, n. 3, 2015, p.18. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/4298/pdf>. Acesso em: 5 jun. de 2019.

CARNEIRO, Pollyana Vieira. **Bom dia Imperatriz**: um estudo sobre telejornais matutinos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Curso de Comunicação Social/ Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2010.

CARNIELLO, Monica *et al.* COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES PARA UMA CONSTRUÇÃO DE INTERFACES TEMÁTICAS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, v. 12, ed. 4, p. 3 - 30, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2601>. Acesso em: 7 nov. 2019.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga ; NÓBREGA, Adilson Rodrigues da. Comunicação como ferramenta para o desenvolvimento e a mudança social: estratégias de atuação no semiárido nordestino. **Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS**, [S. l.], 2017. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4456/2285. Acesso em: 29 mai. 2019.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Territory planning and management: the theory debate in brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, n. 4, p. 51-77, dez. 2015. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2031/486>. Acessado em: 2 fev. 2019.

CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES. **Lei Nº 4.117, de 9 de junho de 1962**. LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962. Brasília, 17 dez. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm. Acesso em: 3 jun. 2019.

COMUNIQUE-SE ; APEX (Brasil). **O perfil do jornalista brasileiro**. 2018. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <http://apexconteudo.com.br/o-perfil-do-jornalista-brasileiro-em-2018/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

COMUNIQUE-SE (Brasil); APEX (Brasil). **Perfil do Jornalista Brasileiro**. [S. l.], 2018. Disponível em: [apexconteudo.com.br > o-perfil-do-jornalista-brasileiro-em-2018](http://apexconteudo.com.br/o-perfil-do-jornalista-brasileiro-em-2018/). Acesso em: 6 jun. 2019.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Territory planning and management: the theory debate in brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, n. 4, p. 51-77, dez. 2015. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2031/486>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO - EBC. Ministério das comunicações. **Regulação de mídia** . Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/regulacaodamidia>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

FALQUETO, Júnia; FARIAS, Josivania. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. **Atlas Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1001/977>. Acesso em: 19 fev. 2019.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Firjan - indústria criativa**. [S. l.], 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisi. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber, 2005.

FILHO, André Barbosa. Aspectos técnicos e econômicos da implantação da TV Digital Interativa como um modelo internacional de inclusão. *In*: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13497 . Acesso em: 6 abr. 2019.

GROHMANN, Rafael. Os manuais para “se dar bem” na profissão de jornalista:: Prescrições discursivas em um mundo do trabalho em mutação. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, ano 26, v. 14, p. 65-72, 2013. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1707. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos: dimensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos

identitários. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n1p6>. Acesso em: 31 mai. 2019.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems** : Three Models of Media and Politics. New York: Combridge University Press, 2004. 360 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>>. Acessado em: 13 abril 2018.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. [S.l.]: Insular, 2001. 107 p. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp_.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira**: fundamentos e atualidades. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LINS, Bernardo Felipe Estellita. **Histórico da legislação de telecomunicações no Brasil**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/db1014605/Downloads/hist%C3%B3rico_legisla%C3%A7%C3%A3o_telecomunica%C3%A7%C3%B5es_lins%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/db1014605/Downloads/hist%C3%B3rico_legisla%C3%A7%C3%A3o_telecomunica%C3%A7%C3%B5es_lins%20(1).pdf). Acesso em: 28 mai. 2019.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Regulação das outorgas de radiodifusão no Brasil – uma breve análise**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/db1014605/Downloads/regulacao_outorgas_lopes%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/db1014605/Downloads/regulacao_outorgas_lopes%20(2).pdf). Acesso em: 28 mai. 2019.

LOPES, Fernanda Lima. A criação das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil e o debate sobre o papel do jornalista como promotor da cidadania. In: 3º ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-1-2013-historia-do-jornalismo>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **América Latina e os anos recentes**: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MELO, José Marques de. Os primórdios do Ensino de Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S. l.], 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2074>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Indústrias criativas e de conteúdo: o dilema brasileiro para a integração do massivo ao popular. *In*: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1349. Acesso em: 6 abr. 2019.

_____. Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma. **MATRIZES**, São Paulo, ano 7, n. 1, p. 95-106, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143027494005>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MinCom – Ministério das Comunicações. Disponível em: <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MIRANDA, Mozarth Dias de Almeida. Os telejornalistas e o aplicativo Whats App na rotina produtiva das redações. *In*: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2018, Curitiba - PR. **Anais [...]**. Joinville - SC: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0189-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MOREIRA, Sonia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia Rodrigues. Brasil: Regiões de sombra e de silêncio no audiovisual e nas telecomunicações. *In*: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2018, Joinville - SC. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1821-2.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. A Profissionalização do Jornalista via Ensino: Argumentos Mobilizados em Defesa da Formação Escolar Específica. *In*: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 04 a 07 de setembro de 2009. Curitiba – PR.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de; GROHMANN, Rafael. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. **Líbero**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/79>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. *In*: Aristides Monteiro Neto. (Org). **Sociedade, política e desenvolvimento** – livro 2. 1. ed. Brasília: IPEA, 2014, v. 2, p. 161-195.

_____. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB – Brasil). **C&S**, São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/.../5829/4899>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PETRARCA, Fernanda Rios. O Jornalismo no Brasil:: a gênese de uma profissão. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, XII., 2005, Belo Horizonte, MG. **O Jornalismo no Brasil: a gênese de uma profissão ...** [S.l.: s.n.], 2005. p. 1-21. v. 21. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_>. Acesso em: 13 abr. 2018.

PRADO, Flávio. **O ponto eletrônico**. 3. ed. São Paulo: Editora Limiar, 2005.

REIS, Thaís Assunção. Mídia maranhense: mapeamento das produções culturais nos veículos de comunicação de São Luís e Imperatriz. **Vozes & diálogos**, Itajaí - SC, 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/11695>. Acesso em: 3 jun. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZOTTO, Carla Candida . Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Revista de estudos da comunicação**, Campinas, v. 13, n. 31, p. 111-120, ago. 2012. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=7382&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 5 mai. 2018.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. DO IMPRESSO AO DIGITAL:: a história do Jornal do Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 230 - 250, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/download/1693/8713/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

SANTOS, Elialdo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd _ Desenvolvimento Regional em debate**, [S.l.], v. 01, n.02. p. 44-61, jul. 2012.

SANTOS, Marli dos (Org.). **Mutações na comunicação: ampliando as fronteiras do jornalismo**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2016.

SERENO, Sandro Eduardo Abreu et al. **Implantação da TV Digital Regional sob a óptica da inovação tecnológica**. Taubaté: Programa de Mestrado Em Gestão e Desenvolvimento Regional/ UNITAU, 2009. 153 p. v. 3.

SERVAES, Jan. (Ed.). **Communication for development and social change**. New Delhi: Sage, 2008.

SILVA, Terezinha ; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.compos.org.br/e_compos.php. Acesso em: 1 jun. 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TOLDO, José Cláudio *et al.* AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES DO JORNALISMO E AS DISCIPLINAS HUMANÍSTICAS NO CURRÍCULO DA SATC. *In:* II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E PROCESSOS EDUCATIVOS, 2017, Santa Catarina. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/download/3979/3734. Acesso em: 23 jun. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo?** Lisboa: Quimera, 2002.

_____. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/86184>> Acessado em: 10.01.2020.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Teorias das comunicações de massa.** 3 ed. Tradução: Karina Janini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

A presente pesquisa tem como título **PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO JORNALISMO TELEVISIVO EM IMPERATRIZ – MA**. Tem como pesquisadora principal a mestranda do Programa de Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Mônica Barbosa Brandão Nascimento, sob orientação da professora Dra. Monica Franchi Carniello.

O objetivo desta pesquisa é analisar como ocorreu o processo de profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo de Imperatriz - MA. O entrevistado tem liberdade para responder as questões e, neste caso, não há respostas certas ou erradas, todas as informações possuem relevância para a pesquisa. Para garantir a fidedignidade nas análises, a entrevista será gravada em áudio. O tempo estimado para a realização desta entrevista é de 45 minutos. É garantido o anonimato do entrevistado.

FASE 1 - FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

1. Gênero:

- Feminino
- Masculino
- Outros _____

2. Idade:

- entre 18 e 30 anos
- entre 31 e 40 anos
- entre 41 e 50 anos
- entre 51 e 60 anos
- mais de 60 anos

3. Tempo de trabalho na TV:

- começou a trabalhar antes de 2008.
- começou a trabalhar depois de 2008.

Tempo exato, em anos: _____

4. Renda individual mensal, em reais (R\$):

- até R\$ 998,00
- de R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00
- de R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00
- de R\$ 4.991,00 a 9.998,00
- de R\$ 9.999, 00 a R\$ 19.960,00
- R\$ 19.961,00 ou mais

5. Possui formação superior?

- Não
 - Sim
- a. Se sim, indique a área do conhecimento.
 - b. Se sim, indique em que instituição e cidade ocorreu a formação.
-

6. Cidade de nascimento:

Caso não seja natural de Imperatriz:

- a. Por que se mudou para Imperatriz?
- b. Há quanto tempo mora em Imperatriz?

FASE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE:

- 1. Como é a sua rotina no telejornalismo?**
- 2. Quais, exatamente, as funções que você desempenha no telejornalismo?**
- 3. As funções desempenhadas correspondem ao que foi definido no seu contrato de trabalho?**

4. Como você começou a trabalhar no telejornalismo? Caso tenha curso superior em jornalismo, sua atuação profissional em jornalismo se iniciou antes, durante ou depois do curso?
5. Como foi seu processo de formação no jornalismo? Caso tenha curso superior em jornalismo, avalia que a formação acadêmica o preparou para a atuação profissional? Caso não tenha formação acadêmica, como aprendeu o fazer jornalístico?
6. O que acha sobre a queda da necessidade de diploma para atuar em jornalismo? Como essa decisão impactou no mercado de trabalho para jornalistas em Imperatriz?
7. Quais são os aspectos positivos e negativos em ser profissional no telejornalismo em Imperatriz?
8. De que forma você avalia a sua satisfação com a profissão?
9. Já pensou em mudar de profissão? Em quais ocasiões?
10. Como você avalia o mercado de trabalho no telejornalismo em Imperatriz – MA?
11. Em sua opinião, quais aspectos melhoraram e quais pioraram no mercado de trabalho para telejornalistas na última década?
12. Como você avalia a atuação do Sindicato dos jornalistas em Imperatriz?
13. Como você avalia a sua realidade salarial como profissional no telejornalismo?

- 14. Você exerce outras atividades para complementar renda ligadas ao jornalismo? Quais? (locução/ produção de comerciais, apresentação de eventos, atividades como freelancer...) E atividades que não possuem relação com o jornalismo?**

- 15. Como você avalia a importância da sua profissão para a Região Tocantina?**

- 16. Quais são as suas perspectivas e planos pessoais diante da profissão?**

- 17. Quais são as tendências do mercado de trabalho para telejornalistas na Região Tocantina?**

APÊNDICE B – Quadros de entrevistas

Quadro 1 – Início da carreira

E1 – ANTES 2008	<p>Como começou: “Eu fiz uma reportagem para o clube de desbravadores, que é os escoteiros do adventista. Então, eles têm um pastor, na época que o <i>youtube</i> estava surgindo. e eu me vi na tela e gostei muito. Depois eu fui chamado para Rede Vida, TV Anajás, fiz o estágio lá e depois fui para Belém fazer faculdade”.</p> <p>Como aprendeu: “E fui lendo muito, lendo, estudando, pesquisando sobre o jornalismo. Fui aprendendo na prática, literalmente. Quando eu fui para faculdade eu já tinha um vasto conhecimento prático”.</p>
E2 – ANTES 2008	<p>Como começou: “Pela vontade, pelo amor. Eu comecei com 15 anos de idade trabalhando em rádio. Mas o meu sonho era ser repórter e apresentador de televisão, de numa “x” emissora”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu pedia para fazer. O meu sonho era ser repórter e apresentador de televisão. Lá em Paragominas, no Pará, houve uma oportunidade, aproveitei, e fui logo sendo repórter de externa. Gostei do negócio, gostei do que vi, gostei do que eu vivi naquele momento. Eu digo: eu quero continuar a carreira. Foi quando me falaram de Imperatriz, do Maranhão. E não pensei duas vezes. E sem ter nenhum parente me esperando eu larguei tudo no Pará e vim para Imperatriz, do Maranhão. E aqui estou eu até hoje. E passei por várias emissoras”.</p>
E3 – ANTES 2008	<p>Como começou: Um belo dia eu conheci um diretor, diretor-geral da TV difusora e resolvi procurar ele pra gente conversar, pedir um estágio, ver a possibilidade de eu tentar entrar nesse caminho (...)Comecei como assistente de produção, esse cargo na época nem existia nas televisões de Imperatriz. Depois eu passei a ser produtor, 3 meses depois, 6 meses depois eu já era redator e produtor e com 1 anos e 3 meses eu já tive o meu primeiro cargo de chefia de diretor de jornalismo”</p> <p>Como aprendeu: “Essas pessoas me inspiraram muito. Principalmente que eu já tinha um sonho, tinha vontade”.</p>
E4 – ANTES 2008	<p>Como começou: trabalhava em um supermercado “comecei a fazer a locução no estabelecimento. Automaticamente, eu comecei a me interessar por essa área. Daí eu fiz o curso técnico, né, em Santo André, na época, e tudo mais, tá, e acabou que eu consegui o registro profissional. Depois eu vim para Imperatriz, para passar umas férias e depois eu decidi não voltar mais. E quando teve uma oportunidade de cinegrafista, em uma emissora, eu peguei</p>

E5 – ANTES 2008	<p>essa vaga. Pintou oportunidade para ser repórter, passar para frente das câmeras, me deixaram, lá, para jogar, lá, com repórter e acabou dando certo e aí estou até hoje”.</p> <p>Como aprendeu: “Mas o que eu aprendi, até hoje, foi muito, assim, dá força de vontade, da determinação, de correr atrás, e tal”.</p> <p>Como começou: “A TV surgiu nesse processo de estar na assessoria comunicação e a prefeitura ter ganho essa concessão. E aí, quem era da assessoria de imprensa da prefeitura, foi automaticamente transferido para a TV”.</p> <p>Como aprendeu: “a gente aprendeu no dia a dia. Por exemplo, como a gente não tinha uma formação, uma graduação na área. A gente aprendia no dia a dia”.</p>
E6 – ANTES 2008	<p>Como começou: “eu comecei na rádio, na Rádio Cultura, a gente começou lá, eu apresentando o jornal, aprendendo a lidar com o jornalismo no rádio, porque a TV Alvorada, hoje Difusora, na época, ela ainda não tinha um quadro de jornalismo, não existia como TV com jornalismo, ela tinha só a parte administrativa. E aí, a partir daí da formação da gente lá no rádio foi que a gente foi para TV”.</p> <p>Como aprendeu: “Aprendi na prática, foi indo, quando eu comecei, quando o curso chegou aqui em Imperatriz eu já tinha muitos anos de profissão, eu entrei na primeira turma”.</p>
E7 – ANTES 2008	<p>Como começou: começou fazendo um teste para apresentar um bingo “Então, eu entrei na frente da câmera. Aí quando eu terminei a moça virou pra mim e disse: você não era pra vir, mas já que você veio é o apresentador oficial do sorteio. E foi aí que eu comecei”.</p> <p>Como aprendeu: “assistindo, pesquisando, estudando, de certa forma, o jornalismo. Vi posturas, me espelhando em alguns apresentadores, radialistas, jornalistas. E, daí, eu fui tirando um pouquinho de cada um criando a minha própria personalidade”.</p>
E8 – ANTES 2008	<p>Como começou a trabalhar: “no rádio a gente veio para o entretenimento e mais tarde a gente começou a migrar para o jornalismo com transmissões de carnaval, transmissão de campeonatos esportivos, e aí a gente foi focando. E aí, já em 97 a gente chega na televisão com a missão de apresentar um dos</p>

	<p>maiores programas da casa”.</p> <p>Como aprendeu: “Uma expressão nossa: “na tora, no braço”. Porque a gente não tinha faculdade à época, então a gente tinha que buscar informações junto aqueles que eram mais antigos de profissão que norteavam as orientações e a partir dali a gente desenvolvia aquilo que era vontade com a missão de dar a informação e buscava essa orientação”.</p>
E9 – ANTES 2008	<p>Como começou: “Eu fazia rádio, e rádio eu já faço desde o início dos anos 90, e aí eu vim pra cá, tava no rádio e uma amiga disse: por que você não vai pra TV? Aí eu disse: não, mas eu nunca fiz TV. Aí ela disse: eu vou te apresentar pra uma pessoa que eu conheço. E me apresentou (...)Aí ele disse: você nunca fez TV? Aí eu disse: não, só rádio. Aí ele disse: você quer fazer. Eu disse: quero, mas como é que faz esse negócio? Ele disse: você vai pra rua o pessoal vai te orientar. Foi assim”.</p> <p>Como aprendeu: “Foi já indo pra roça, indo pra rua fazer matéria. Aprendi a fazer com quem já fazia antes. É aquela coisa de aprender fazer com quem faz”.</p>
E10 – ANTES 2008	<p>Como começou: “Eu tinha 14 anos, morava lá em Amarante, e eu trabalhava no hospital como recepcionista no hospital e quando a afiliada do SBT chegou lá, ela, a dona da afiliada lá da TV, era a mesma dona do hospital... Aí um dia tava lá atendendo todo mundo na recepção, ela olhou pra mim, ela se agradou do meu cabelo né, então ela não tinha ideia nem de nada, nem eu também tinha ideia do que era jornalismo, eu tinha 14 anos... Ela olhou, disse assim “tu fica bonita na televisão, amanhã tu vai sair aqui do hospital e tu vai lá pra minha empresa, lá da televisão que lá vão dar um jeito de tu virar jornalista”, e aí foi um pânico, eu entrei em pânico, meu Deus do céu! mas eu precisava de trabalho, eu trabalhava, então a empresa era dela e se eu não aceitasse essa proposta maluca dela eu ia ser demitida. Aí eu fui, fui chorando né”.</p> <p>Como aprendeu: “Então... curiosidade! Eu acho que se quando você tem a curiosidade de aprender você aprende mesmo, você fuça, você vai fuçando e vai aprendendo, eu era muito curiosa”.</p>
E11 – ANTES 2008	<p>Como começou:</p> <p>“Eu trabalhei nas FMs e da FM eu migrei pra televisão. Porque o que a rádio te dá... a rádio te dá a dicção, a comunicação, a fala. E a televisão você vai trabalhar a tua imagem, o texto”.</p> <p>Como aprendeu:</p> <p>“O rádio te dá o improviso que era extremamente necessário naquele período, porque como eu disse anteriormente você vai trabalhar numa emissora no interior onde tem poucas condições de trabalho e técnicas, então</p>

	<p>“você tem que improvisar mesmo, e esse improviso vinha exatamente dessa habilidade que a gente adquiriu através do rádio”.</p>
E12 – ANTES 2008	<p>Como começou: “Um dia eu tava na rádio, quando de repente chegou alguém da TV e diz: “olha o fulano não pode apresentar hoje, viajou e pediu para tu segurar o programa lá”. - Rapaz, mas como assim? De última hora? - É! E aí me passou o nome dos entrevistados, e tal, o que que tinha, e tavam lá... E fui lá e fiz a primeira vez”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu percebi que aquela oportunidade era interessante pra mim, e eu fui buscar sozinho... buscar... É... estudar, conhecer um pouco mais de televisão, do telejornalismo, sozinho né, sozinho”.</p>
E1 – PÓS 2008	<p>Como começou: “A minha atuação profissional começou durante o curso. Eu estava no oitavo período quando surgiu um teste e eu fiz. Era pra ser repórter em uma agência de comunicação e desse teste eu comecei a trabalhar”.</p> <p>Como aprendeu: “Foi lá que eu tive a base. Eu tive um curso superior muito bem feito nas disciplinas nas quais hoje eu atuo”.</p>
E2 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Fiquei como estagiária 3 meses, abre aspas, formada, uma espécie de estágio, mas já formada. Mas foi o que, meio que eles fizeram um acordo, porque eu não tinha experiência”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu costumo dizer que o meu trabalho foi minha grande escola”.</p>
E3 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Minha atuação profissional iniciou na TV, no caso específico, na TV depois do curso (...) fiz um teste pra produção”.</p> <p>Como aprendeu: “Fazer jornalismo eu aprendi mesmo, é, com na prática mesmo”.</p>
E4 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Ocorreu antes da formação. Eu trabalha como assessor de comunicação de uma instituição, e os releases eram enviados para as emissoras (...)fui lá, nós tivemos uma boa conversa e no dia seguinte eu já comecei trabalhando como produtor que era o que ela queria”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu acho que se não tivesse tido esse complemento do trabalho no mercado com o que eu fazia e aprendia na academia não teria sido suficiente”.</p>
E5 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Eu entrei em 2013 como estagiário na TV local de Imperatriz. Foi durante, no meu último ano do curso”.</p>

	Como aprendeu: “50% eu aprendi na faculdade e 50 mesmo na rotina”.
E6 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Alguém me parou e me falou: olha, eu acho que você tem o perfil. Vamos fazer um teste? Aí, eu falei, vamos. Vamos fazer um teste. Fiquei muito nervosa no dia e aí estou até hoje”.</p> <p>Como aprendeu: “Nunca fiz a faculdade de jornalismo, mas acredito, também, que quem faz e quem fez, só aprendeu mesmo na prática”.</p>
E7 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Foi durante o curso ainda, no estágio na Mirante, quando estava no segundo ano da faculdade”.</p> <p>Como aprendeu: “Na faculdade eu aprendi a teoria, as técnicas... mas a prática eu aprendi (...) na Mirante”.</p>
E8 – PÓS 2008	<p>Como começou: “No processo de produção eu comecei na parte de estágio, né? De estagiária mesmo”.</p> <p>Como aprendeu: “Na faculdade a gente vê mais é teoria, né? Porque a gente aprende fazendo”.</p>
E9 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Comecei a estagiar dentro do laboratório de telejornalismo, então, foi aí que eu comecei a gostar e a ter essa prática. Aí eu consegui o meu primeiro estágio remunerado, na TV”.</p> <p>Como aprendeu: “a minha formação foi muito enriquecedora, nesse sentido. Porque assim, eu não queria, eu não tinha prática, eu não sabia como funcionava e eu aprendi do zero”.</p>
E10 – PÓS 2008	<p>Como começou: “eu tava formada um amigo me disse que tinha uma seleção (...) fiz a seleção porque queria muito entrar no mercado de trabalho e aí acabei passando nessa seleção”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu aprendi trabalhando, eu posso dizer que eu aprendi a ser jornalista de TV 90% trabalho e 10% academia”.</p>
E11 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Eu comecei como repórter. Comecei como repórter”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu aprendi mesmo a prática do telejornalismo foi vivenciando mesmo, foi no trabalho”.</p>
E12 – PÓS 2008	<p>Como começou: “Nunca tinha me envolvido com jornalismo, mas era época de eleição, alguns apresentadores da tv difusora afiliada SBT daqui de Imperatriz, alguns apresentadores estavam saindo para se candidatar, e um primo meu é radialista de lá, sabendo ele que meu pai queria que estivesse aqui morando com ele, meu pai já estava com meu curriculum e da possibilidade de eu apresentar um programa, ele entregou meu curriculum</p>

	<p>para o diretor (o então diretor Júnior) que viu imagens minhas, vídeos da apresentação como garota propaganda (não como apresentadora de jornal ou como repórter) e aí ele me convidou pra vir, eu assumi o “Difusora Rural” que só passava uma vez por semana aos sábados, foi a partir daí que eu fui me envolvendo”.</p> <p>Como aprendeu: “Eu tive uma adaptação muito feliz com relação as câmeras porque eu tinha a questão do interpretar, então assim, eu ligava no automático quando eu estava em frente as câmeras, apesar de ser baiana e ter um sotaque, eu conseguia neutralizar a voz e não tinha aquela sensação de sem jeito em estar frente as câmeras por conta talvez da minha formação, de interpretação teatral, na verdade eu fui uma semana só pra rua, eu passei por todos os programas lá da difusora em menos de um mês, fiquei quatro meses no difusora rural, em novembro eu já passei pro telejornalismo, pra mim foi muito bom”.</p>
--	---

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista em profundidade

O quadro a seguir apresenta os resultados sobre as funções desempenhadas pelos profissionais, desde as funções previstas no contrato de trabalho até aquelas que surgem no dia a dia da profissão, com ou sem remuneração ou previsão contratual.

Quadro 2 - Funções desempenhadas no trabalho

E1 – ANTES 2008	“Eu desempenho a função de diretor de jornalismo e supervisor de pautas, né? ao supervisionar pauta eu também acabo sendo que o produtor das repórteres (...) como diretor eu virei apresentador, primeiro porque sou apaixonado pela função do apresentador, gosto de fazer. e segundo para reduzir custos, né, professora? eu acabo que assumindo para evitar contratar mais um”.
E2 – ANTES 2008	“Muitas! Já fui produtor, mas sou até hoje o produtor. Já fui repórter, mas continuo sendo repórter caso tenha necessidade de alguma externa eu faço. Sou apresentador também, continuo sendo apresentador”.
E3 – ANTES 2008	“Eu sou responsável pela toda parte de redação, chefia de reportagem, acompanhamento das produções, sou responsável pela plástica e pela montagem, pela redação dos telejornais da emissora. Eu sou responsável por toda essa área aqui da televisão”.
E4 – ANTES 2008	“Bom, aqui além de repórter, né que foi por onde eu comecei, atualmente eu estou na condição de apresentador do programa esportivo e também faço reportagem de externa. E, vira e mexe, a gente ajuda aqui também no apoio na produção”. Não era o que estava no contrato de trabalho”.
E5 – ANTES 2008	“Hoje nós temos 10 pessoas para produzir conteúdo para todos esses

	telejornais. Então, assim, você, efetivamente, precisa fazer tudo. Você não pode sentar aqui na cadeira e dizer assim: beleza, vamos lá, gente! Você tem que estar participando do processo. Aí você é produtor, você motorista, eu já dirigi para as pessoas fazerem matéria. Você é o que precisa ser para o conteúdo estar no ar”.
E6 – ANTES 2008	“E na realidade como eu fazia um programa que eu fazia tudo, então, necessariamente eu continuava como chefe de reportagem fazendo a função, porque eu chefiava, vamos dizer assim, o programa que eu fazia tudo”.
E7 – ANTES 2008	“Exatamente, são essas as que correspondem. É para que eu apresente o programa pela manhã e depois faça algumas reportagens durante o dia”.
E8 – ANTES 2008	“Então, eu apresento, no rádio, e faço a parte de produção regional, Região Sul e Região Tocantina, na TV. Então a gente se divide em apresentar, produzir e capitanear as informações que vão ao jornal”.
E9 – ANTES 2008	“Sou redator-chefe, de revisão das matérias, né? E apresentador”.
E10 – ANTES 2008	“Eu sou diretora de redação né, então eu defino todas as pautas, eu defino os entrevistados, os conteúdos em que vão em todos os jornais que nós temos aqui no sistema (...)quando você trabalha com jornalismo você não se contenta em fazer uma única coisa, acho que é vício da gente sabe. Não tem como você ver um negócio na sua cara e você não vai lá e faz, então você acaba até participando de outras coisas”.
E11 – ANTES 2008	“Eu comecei como repórter e redator, pois geralmente a gente acumulava uma ou duas funções pela própria condição de trabalho”.
E12 – ANTES 2008	“Bom... as minhas funções, essa checagem de pautas que como editor-chefe e apresentador de um telejornal eu sou responsável pelo que vai ao ar, sou eu que defino o que deve ser a notícia (...) e apresentador”.
E1 – PÓS 2008	“Minha carteira foi assinada como repórter, mas eu também atuo como apresentadora”.
E2 – PÓS 2008	“Um pouco produtora, antes de ser repórter no ar. E nos fins de semana, também, eu sou apresentadora porque eu entro na escala de apresentação e nas sextas-feiras também eu sou apresentadora de um quadro dentro do jornal”.
E3 – PÓS 2008	“Na verdade, não teve um contrato assim, até porque eu acho que tem um contrato, mas não especificamente, né? Não tem a discriminação das funções. Mas sou contratada produtora de jornalismo”.
E4 – PÓS 2008	“Atualmente eu faço a função de produtor em alguns dias da semana e em outros dias da semana eu atuo como repórter”.
E5 – PÓS 2008	“É, hoje, eu sou editor-chefe do jornal da noite, porém eu executo mais de uma para o telejornal, então, acaba que eu ocupo também essa função, divido com a apresentadora do jornal o papel também de produção, hoje,

	basicamente isso, editor e produtor”.
E6 – PÓS 2008	“Aqui é eu sou operadora de TP, repórter, dou um suporte com áudio e redação de programa”.
E7 – PÓS 2008	“Bom, hoje eu divido entre a produção e a reportagem, né? E as vezes ajudo ainda na edição do jornal”.
E8 – PÓS 2008	“Então, como eu exerço duas funções, meio que um acúmulo, na verdade, produção e reportagem”.
E9 – PÓS 2008	“Exatamente, a reportagem. Sim, sou contratada como repórter de TV”.
E10 – PÓS 2008	“A minha função seria ser repórter, mas como a gente tem um pouco de déficit de pessoal, né? A gente acaba que desempenhar essas outras funções, mas acho que isso é bem normal em nossa profissão”.
E11 – PÓS 2008	“Apresentadora, editora e chefe de reportagem”. O contrato de trabalho prevê apenas repórter”.
E12 – PÓS 2008	“Basicamente é selecionar matérias, gravar offs de notas cobertas, fazer cabeças, escalada e chamada (...) Na verdade, quando eu fui admitida foi como repórter e aí assim a gente permeia, eu inclusive faço reportagens aos sábados ou domingos quando sou escalada para tal”.

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista em profundidade.

O quadro 9 apresenta os resultados sobre categoria renda dos profissionais. Tem-se a faixa salarial recebida pelo profissional com o telejornalismo e ainda um comentário sobre a realidade salarial, onde é possível observar a insatisfação dos entrevistados. Nos casos em que o profissional pratica atividades extras para a complementação da renda, as mesmas foram explicadas.

Quadro 3 - Renda dos profissionais

E1 – ANTES 2008	De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00. “Eu vejo como uma das profissões de menos ganho aqui na região. Eu considero, em comparação com outras cidades do sul e sudeste e outras capitais, o profissional de telejornalismo ganha muito mal”. Atividade para complementar a renda: “Sim, mas não envolvidas com o jornalismo.”
E2 – ANTES 2008	De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00. “A minha avaliação, é sinceramente, de coração, eu avalio de uma forma assim: não tá legal. Se eu fosse avaliar em excelente, ótimo, regular ou péssimo, seria regular. Eu gostaria de ganhar mais!” Atividade para completar a renda:

	<p>“Sim! Hoje eu comprei um equipamento que me dá qualidade, estrutura para fazer comerciais, para fazer entrevistas, para editar, filmar e postar nas redes sociais ou em televisão se caso for necessário.”</p>
E3 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Eu acho, tô satisfeito por amor a minha profissão. Mas eu acho que eu deveria, com certeza, pelo meu trabalho, pela minha profissão, pela minha dedicação, pelo meu tempo disponível na emissora, com certeza eu deveria ganhar muito melhor, com certeza”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Eu faço assessoria, eu trabalho com alguns candidatos, eu faço um trabalho de articulação política em alguns municípios aqui da Região.”</p>
E4 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Assim, né, eu acho que se eu ganhasse, pelo menos, três vezes mais do que eu ganho hoje, estaria bom demais. Mas, principalmente, quando se diz respeito a defasagem. São tantos anos sem o aumento, né, e ainda a ver cortes, eu acho que isso é ruim”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“A gente faz uma assessoria aí e, fora isso, com trabalho pessoal, produção de vídeo.”</p>
E5 – ANTES 2008	<p>De R\$ 4.991,00 a 9.998,00.</p> <p>“Eu estou satisfeito com a minha realidade salarial.”</p>
E6 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Eu acho que piorou um bucado. Assim, do tempo que eu comecei pra hoje piorou muito, porque assim: não houve uma evolução salarial como deveria”.</p>
E7 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Eu acho que eu merecia ganhar mais. Se eu ganhasse o que as pessoas acham que eu ganho, seria bem melhor, mas eu acho que eu ganho 70% do que deveria ganhar, com a função que eu estou exercendo”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Sim, eu faço cerimoniais, eu faço locução de palco. Tempo de política é um tempo muito bom pra mim, porque eu sou bem solicitado, porque de palco eu faço muito bem, então, a gente faz esse trabalho também pra complementar”.</p>
E8 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Claro, poderia ser melhor. Evidente. Você trabalha com informação, você trabalha com inteligência, com físico”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p>

	<p>“A gente tem um portal de notícias que diariamente também colabora, compartilha e posta informações de Imperatriz, da região e do estado”.</p>
E9 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00</p> <p>“Ah, é muito aquém daquilo que a gente merece, pelo trabalho que a gente faz”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Sim, praticamente, tudo o que eu faço é ligado a comunicação. Hoje eu sou pastor evangélico, eu sou professor e palestrante, eu sou radialista. Enfim, a minha vida tá muito ligada à comunicação. Então, eu procuro complementar porque não dá pra manter uma família apenas vivendo de telejornalismo”.</p>
E10 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00</p> <p>“Então, hoje a gente é mais desvalorizado do que por exemplo... cinco, seis anos atrás, sete anos, dez anos atrás... Eu não vejo muito futuro financeiro né, ou em termos de valorização do profissional hoje da comunicação e televisão”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Sim, eu recebo um salário, que além de ser jornalista eu sou pastora lá da igreja, então a gente recebe uma ajuda de custo lá da igreja e de outros projetos que eu assisto, são projetos sociais que a gente assiste e recebe como se fosse uma oferta”.</p>
E11 – ANTES 2008	<p>De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00</p> <p>“Não é o ideal sabe, não é uma realidade ideal. Eu acredito que o profissional pela importância da comunicação, pela função social que o jornalismo tem, pelo auxílio na construção da própria democracia... O que dizer desse Brasil sem o trabalho da imprensa? Então guardadas as proporções eu acho que o profissional de imprensa ele ainda ganha muito mal”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Sim. Sempre tenho um trabalho extra né. Trabalho como mestre de cerimônias, formatura um trabalho que... porque o que ocorre... quem trabalha com comunicação trabalha com imagem e voz. E além do trabalho do rádio e televisão há outras funções que carecem da voz, por exemplo a gravação de spot comerciais, você grava propaganda comercial também, campanhas políticas, campanhas publicitárias, então sempre fizemos isso, e alguns de forma sazonal”.</p>
E12 – ANTES 2008	<p>De R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00</p> <p>“Eu gostaria de tá ganhando dez vez mais que estou ganhando (risos), eu gostaria de estar ganhando mais, mas enfim, não sou frustrado, não tenho frustração quanto a isso”.</p>

E1 – PÓS 2008	<p style="text-align: center;">De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Do tempo que você passa para se passa para se profissionalizar, dos riscos que você corre para desenvolver a profissão, eu considero uma remuneração muito baixa”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Não, não ligadas ao jornalismo. Mas, sim, eu exerço uma atividade profissional como empresária, empresária da área de cosméticos”.</p>
E2 – PÓS 2008	<p style="text-align: center;">De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“A correção anual do reajuste, diante da inflação, que a empresa não vem dando nos últimos anos. Então, tudo isso faz a gente ficar a cada dia mais desanimado. E a gente ainda tem um salário menor do que a capital, sendo a mesma empresa”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Sim, recentemente, eu sempre tento encaixar algo no horário que eu não to disponível na rotina na empresa. Pra o mesmo grupo, não necessariamente a TV, eu tirei a licença maternidade de uma colega fazendo a prestação de serviço extra pro site, que é um portal do grupo. Mas, contratada como prestadora de serviço, terceirizada, com outro CNPJ até pra não gerar um outro vínculo empregatício com a empresa, pra empresa não ter que pegar como gratificação”.</p>
E3 – PÓS 2008	<p style="text-align: center;">De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00.</p> <p>“eu acho satisfatório se comparado com outros”.</p>
E4 – PÓS 2008	<p style="text-align: center;">De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Tô bem perto de 1999, que é 2 mil e alguma coisinha não chega a 2100 atualmente. E aí você trabalha num regime que tem um plantão no fim de semana. É, muitas vezes você acaba não tendo um horário fixo”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Diretamente ligadas ao jornalismo, não. Mas dentro da área de comunicação. Envolve que é um trabalho nas redes sociais, então é um perfil onde eu faço, um trabalho, uso técnica do jornalismo, mas tudo mais voltado para o marketing. Se enquadraria como produção comercial”.</p>
E5 – PÓS 2008	<p style="text-align: center;">De R\$ 1.999,00 a R\$ 4.990,00</p> <p>“A minha realidade salarial não é tão satisfatória, preciso, por exemplo, fazer trabalhos extras para poder tá complementando a renda que eu acho que é necessário pra mim. Não é uma realidade muito boa não”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“hoje eu tô focado em fazer publicidade, porém na internet”.</p>
E6 – PÓS 2008	<p style="text-align: center;">De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00.</p> <p>“Você não é bem remunerado nessa área”.</p>

	<p>Atividade para complementar renda:</p> <p>“Não ligada ao jornalismo. Mas outra atividade, sim. Comerciais de TV, propagandas, marketing. Tem a ver com televisão, não com jornalismo.</p>
E7 – PÓS 2008	<p>De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00.</p> <p>“Eu acho, extremamente, baixos os salários pros riscos que a gente corre e pra exposição que a gente tem, pra cargas horárias de trabalho, pros acúmulos de função, então, ainda é uma deficiência muito grande”.</p>
E8 – PÓS 2008	<p>De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00.</p> <p>“Nossa, deveria ser bem melhor, né?”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Faço assessoria parlamentar, que é o que eu mais gosto e supri minhas necessidades...faço TV também por causa da visibilidade, impresso, tudo.”</p>
E9 – PÓS 2008	<p>De R\$ 999,00 a R\$ 1.998,00.</p> <p>“Eu, por exemplo, eu não ganho nem o piso. Então, é...eu acho uma decadência em relação ao salário porque a gente ganha muito pouco, sabe?”</p>
E10 – PÓS 2008	<p>De R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“É, eu acho que não é o que a gente sonha, o que a gente espera, a gente estuda, a gente se forma, a gente mata um leão por dia e quando você recebe seu salário que você olha e fala assim: Meu Deus o que estou fazendo da minha vida?”</p>
E11 – PÓS 2008	<p>De R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00.</p> <p>“Nunca tô satisfeita. Desde o início, desde quando eu comecei que já me submeti a receber um salário porque você estava começando e porque é o salário da cidade, é o piso salarial. Mas não é o salário que me satisfaça nas minhas necessidades”.</p>
E12 – PÓS 2008	<p>De R\$ 1.999, 00 a R\$ 4.990,00</p> <p>“Quando eu me vejo que eu não ganho bem hoje, quando eu me vejo perseverante nessa profissão sem ganhar o que eu.... Porque eu, eu tenho dois empregos, eu poderia não ter o outro e viver só desse... mas eu preciso ter o outro, mas eu preciso! Senão eu vou viver na ponta do lápis. Então com os dois eu trabalho dez horas ao dia, cinco lá e cinco cá, consigo respirar financeiramente, dar o que o meu filho precisa, ajudar minha mãe, mas assim eu me sinto cansada”.</p> <p>Atividade para complementar a renda:</p> <p>“Na educação”.</p>

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista em profundidade.

Na categoria em que se apresentam os resultados sobre as dificuldades para o exercício da profissão, algumas situações comuns foram apresentadas pelos participantes da pesquisa: queda do diploma, mercado de trabalho e/ou sindicato. Os entrevistados também demonstraram que o salário está entre as dificuldades, como é possível observar nos apêndices com as transcrições na íntegra das respostas. Porém, as respostas ligadas a renda do profissional foram apresentadas no quadro anterior.

Quadro 4 - Dificuldade no exercício da profissão

E1 – ANTES 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Impactou, negativamente, porque hoje qualquer um pode ser “jornalista”, entre outras. O valor de mercado profissional caiu consideravelmente, porque hoje qualquer um pode ir para televisão”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Olha, eu avalio de maneira negativa. Nós temos hoje uma escassez grandiosa de profissionais pro telejornalismo. Os que nós temos eu sinto que ainda faltam alguns conhecimentos adquiridos pela graduação, que só a faculdade ensina”.</p>
E2 – ANTES 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“a maioria das emissoras locais não se preparam para a evolução, não evoluíram, não acompanharam o crescimento da comunicação social do telejornalismo, enquanto muitas emissoras lá fora, fora do Maranhão, já adiantaram em processo de apresentação, de redação, de produção e a gente ficou estagnado”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Olha, se for dá uma nota para o trabalho do sindicato de Imperatriz, a nota 5. Por quê? Porque eu gostaria que trabalhasse pela classe. Eu acho uma classe muito desunida”.</p>
E3 – ANTES 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Nós não temos uma categoria organizada, igual a gente ver em outras categorias aí pelo país. Então eu acho que falta mais organização pra nossa categoria buscar nossos direitos, pra gente ser mais valorizado, pra nossa classe ter uma valorização maior”.</p>
E4 – ANTES 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Eu acho meio que precisa melhorar mais um pouco, precisa melhorar. E aí onde que entra essa questão da formação, de ter mais capacidade, melhor preparação. Hoje a gente tem muito, muito pessoal bom, mas tem gente ainda quem precisa melhorar no geral”.</p>

E5 – ANTES 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu acho que eu sou contra a pessoa ter um sonho de ser, por exemplo, jornalista e passar tantos anos na universidade e o governo, ou melhor o STF dizer assim...que decidiu que não há necessidade de diploma, e um grupo de pessoas dizer assim: olha, gente, não precisa, por isso, por isso e por isso... eu acho errado. Por isso que eu defendo, sim, que a pessoa, pro o exercício da profissão, ela precise do diploma”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Eu não sou sindicalizado, né? eu sou contra, inclusive, o sindicato. Do ponto de vista de você é... do sindicato decidir por você, porque às vezes você é minoria”.</p>
E6 – ANTES 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu na realidade eu acho um absurdo, porque, assim, é uma profissão que você tem que ter uma responsabilidade muito grande, você lida com a vida do outro, você lida com a consciência do outro”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Muito ruim! A profissionalização apesar dela ter chegado eu acho que ela simplesmente saturou”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“E tem? Eu acho que o sindicato deveria ser mais fiscalizador”.</p>
E7 – ANTES 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“eu avalio também no sentido negativo de que nós temos péssimos profissionais, pessoas que utilizam do ofício para se completar”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Eu avalio da seguinte forma: eu avalio que não tá atuando da forma que deveria. Eu avalio que deveria atuar mais”.</p> <p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu acho que o jornalista precisa ser formado, sim. Eu acredito que o jornalista tem que estudar porque não é um papel muito fácil de ser desempenhado”.</p>
E8 – ANTES 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Todas as profissões que precisam ser discutidas, na academia, a gente tem essa necessidade de ter o diploma que é algo que atesta que você assou e foi submetido por um rigor científico”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Acho que esse sindicato precisaria ter a consciência em si do que é Sindicato, melhorar essa consciência, renovar essa relação com os seus sindicalizados”.</p>
E9 – ANTES 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Eu acho que uma coisa que piorou bastante é que, hoje, todo mundo</p>

	<p>todo mundo acha que é jornalista. Você vê aí nos grupos de WhatsApp da vida, todo que dar a notícia primeiro. E, hoje, quando uma notícia chega pelo WhatsApp, a primeira coisa que eu faço é não acreditar. Eu acho que a dúvida precisa continuar sendo o norte do jornalista. (...) e o grande problema que eu também vejo, não é só aqui, infelizmente, é quando ao invés da gente fazer o nosso papel, que é de cobrança, a gente se alia ao poder, poder político. Então, por isso aí a gente fica vendido. E aí o povo sofre”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Eu creio que o sindicato já foi muito mais atuante. Já teve uma fase em que o sindicato dos jornalistas era o mais ativo, mais vigilante. E num tempo em que não se necessitava tanto quanto hoje de tanta vigilância. Então, eu creio que já foi mais operante. Hoje, eu vejo como passivo, diante de tantas necessidades que se tem hoje”.</p> <p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu já tô saindo e tem uma nova turma chegando, mas é importante que estudem. Eu não vejo como positivo a queda na exigência de uma formação”.</p>
E10 – ANTES 2008	<p>Sindicato:</p> <p>“A única coisa que o sindicato faz é receber as nossas contribuições anuais e digamos assim, fazer uma campanha salarial que não assiste nem... um por cento daquilo que a gente gostaria que tivesse, então eles não tem força”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Só que na atual conjuntura a gente não faz jornalismo. A gente faz... A linha editorial de quem dirige a empresa, a gente faz a linha editorial de quem paga mais... A gente faz a linha editorial do toma-lá-dá-cá, a gente faz a linha editorial da manipulação em prol de alguma coisa que interessa pra quem mantém”.</p>
E11 – ANTES 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Reduziu bastante (...) A digitalização ela fez um corte, uma ruptura. Porque ela eliminou as televisões que não tinham investimento. Porque a migração do analógico pro digital ele custa muito caro. Tem algumas televisões que ainda estão em processo de migração porque elas não conseguiram. Então, quando o digital chega, ele tira do ar algumas televisões especialmente aquelas que sobreviviam as custas desse trabalho.”</p> <p>Queda do diploma:</p> <p>“Com relação ao jornalismo, eu vejo como necessário não por uma imposição, pra você ter espaço ou não ter, eu vejo necessário como</p>

	uma questão de qualificação”.
E12 – ANTES 2008	<p>Sindicato:</p> <p>“O sindicato precisa ser mais atuante, ser mais presente, o sindicato deveria, na minha opinião, ter uma posição de maior contato com as pessoas”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“O maior obstáculo, o maior concorrente de um profissional é ele mesmo quando ele não se capacita”.</p>
E1 – PÓS 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Ser profissional de telejornalismo, aqui em Imperatriz, é ser multifunção. Você trabalha, você é pago por uma função, mas acaba fazendo várias outras juntas”.</p> <p>“O mercado de trabalho, como eu falei, é prostituído. É um mercado onde as pessoas, muitas vezes, elas são contratadas, não pelo profissionalismo, não pela forma como ela desenvolve as suas funções e, muitas vezes nem é analisado o histórico profissional da pessoa. São analisados... na verdade se oferece um valor, a pessoa que aceita esse valor é que fica com a vaga”.</p> <p>Queda do diploma:</p> <p>“eu acho um desrespeito à profissão, um desrespeito ao estudante, e não só o estudante, ao cidadão que se profissionaliza e que vai buscar o que, realmente, significa jornalismo, todas as implicações, a ética profissional, saber o que tem que ser feito, pensando em todas as pessoas envolvidas no processo”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“O sindicato não é uma instituição que hoje beneficia os jornalistas”.</p>
E2 – PÓS 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu falo que, realmente, foi, assim, um retrocesso”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“vou começar pelo negativo: você tem um status, pra sociedade, que, na verdade, na prática, ele não existe. Não tenho o menor receio de dizer que nós somos mal remunerados, pelo risco que a gente corre diariamente nas ruas, em reportagens, em locais que muitas vezes a gente tem um acesso difícil, em reportagens que a gente se expõe e, realmente, tem um risco muito grande”.</p>
E3 – PÓS 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Eu acho que a dificuldade às vezes é você sempre ser visto como aquele cara da televisão, e às vezes ser endeusado por isso. Eu acho que e negativo!”</p>
E4 – PÓS 2008	<p>Queda do diploma:</p>

	<p>“Eu acho que a queda não impactou na forma de trabalho e nos grandes veículos, né? Como a gente chama. Mas na atuação da disseminação da informação acho impactou sim. Eu acho uma tristeza ter tido essa queda, né?”</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“As emissoras que antes tinham, sei lá, 5, 7 equipes, 10 equipes. Teve uma emissora aqui que uma época chegou a ter 10 equipes na rua. Não sei como eles davam conta, porque tinham poucos carros, mas era muita equipe. Era muito repórter, muito cinegrafista, muito tudo. E hoje é bem reduzido. Hoje tem emissora que é considerada assim a mais importante que tem duas equipes pela manhã e uma equipe à tarde”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Tem sindicato? É, eu avalio como muito deficiente”.</p>
E5 – PÓS 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu acho que quem perde é a própria população em relação ao conteúdo que ele está sendo exibido”.</p> <p>“Eu acho que o mercado hoje ele está bastante reduzido nesse cenário de Imperatriz. Outras emissoras até abriram aqui recente na cidade, mas ela não incorporou o jornalista profissional, o jornalista formado”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Se precisar, por exemplo, na madrugada, se precisar num feriado, se precisar num domingo. Isso é às vezes um pouco negativo”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Bem fraco. Hoje, o sindicato ele praticamente não tem voz dentro da cidade”.</p>
E6 – PÓS 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“A correria é muito grande, é um aspecto negativo, né?”</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Na sinceridade, eu acho que eles deixam a desejar”</p>
E7 – PÓS 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu acho injusta. Eu acho que jornalismo é uma atividade que requer muita responsabilidade e técnica”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Assim, pra mim, o negativo é a questão da aparência. Eu acho que ainda há uma cobrança muito grande, muito forte em relação ao padrão de cor, corpo... padrão de rosto, padrão de cor que a gente ainda tem muito”.</p>
E8 – PÓS 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Todo mundo aqui quer ser jornalista, né? Ele pega um celular e um microfone, ele já cria ali, programas independentes e ele já tá</p>

	<p>produzindo o jornalismo dele, né? Então, o que eu sinto é falta um pouco mais de profissionalismo mesmo, de profissionais mais engajados, mais comprometidos”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Nossa, existe sindicato? Então, a gente sabe, as pessoas que dizem que existe sindicato, mas a atuação não existe. Então, de fato, isso é só o nome, né? Se existisse a gente não veria casos como os que estão acontecendo, né? Tem jornalista que trabalham, 8, 12 horas por dia ganhando um salário mínimo, ali é no contrato...”</p>
E9 – PÓS 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Em Imperatriz, eu acho que tá um pouco escasso, no sentido mesmo de rádio e TV e impresso”.</p> <p>“Tá difícil trabalhar na nossa área porque a gente sempre falou tanto, assim, em democratização da comunicação, a questão da imparcialidade e, pra alguns aspectos, a gente se sente preso, porque a gente, muitas vezes, não consegue fazer o nosso trabalho do jeito que tinha que ser. Aí vem as questões políticas, de concessão de TV, né? Então, eu acho que as coisas que pioraram mais assim na cultura política mesmo”.</p> <p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu acho que impacta demais. E ainda mais hoje nesse boom que a gente tem de informações pelas redes sociais. A gente percebe que as pessoas, em sua maioria, não têm mais aquela preocupação de, realmente, verificar de onde que vem a notícia”.</p>
E10 – PÓS 2008	<p>Queda do diploma:</p> <p>“Eu fico até triste de ver que hoje a gente tem uma emissora nova na cidade que não contratou nenhum jornalista formado. Eu acho que é superimportante, sim, apesar da gente ter bons profissionais que não têm o diploma, mas eu acho importante”.</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Muito ruim a gente é muito visado todas as nossas atitudes elas estão muito... Ah, mas você é jornalista, você não pode estar fazendo! Isso que eu acho que é só uma parte, assim, que eu acho meio chato”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Péssima! Eu sempre fui muito descontente com o sindicato, com os representantes. Eu acho que o sindicato, hoje, ele tá na pior fase que ele já esteve, eu achava que antes do sindicato ele era, nossa, que era uma marasmo, mas que hoje ele nunca esteve tão ruim, tão ruim, inclusive eu me desfiliei do sindicato”.</p>
E11 – PÓS 2008	<p>Queda do diploma:</p>

	<p>“Olha, como formada eu acho um absurdo. Porque eu acho que pra exercer a função do jornalismo é essencial você ter o conhecimento teórico, teu conhecimento acadêmico acho, que te enriquece de várias formas, e é preciso você ter uma noção do que deve ser feito. Eu acho um absurdo!”</p> <p>Mercado de trabalho:</p> <p>“é a questão dessa correria mesmo, de você ter que ficar ligado 24 horas, porque você é jornalista o tempo todo. Você tá em busca da notícia o tempo todo. Então pra gente que tem filhos, que tem família e tal, isso me incomoda um pouco de eu não poder separar”.</p>
E12 – PÓS 2008	<p>Mercado de trabalho:</p> <p>“Eu acho precário, muito precário. As oportunidades são muito poucas, e talvez por conta disso, os profissionais aptos a serem contratados, por não terem essa possibilidade de experiência, terminam também sendo escassos”.</p> <p>Sindicato:</p> <p>“Zero. Zero, eu tendo como exemplo uma greve que ocorreu aqui, eu particularmente não pude participar por questões que eu prefiro não comentar, mas não funcionou, mas desde que eu estou aqui, vou te dizer... nunca tive um aumento, nunca tive um aumento assim, é em cima do salário que eu tinha”.</p>

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista em profundidade.

O quadro 11 apresenta as respostas sobre as vantagens da profissão, levando-se em consideração os pontos considerados positivos e também aspectos sobre a importância da profissão para a região de Imperatriz.

Quadro 5 - Vantagens da profissão

E1 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“a gente tem, é, esse acesso à comunidade, o dia a dia da cidadania, o carinho do telespectador quando você ver na rua, isso, isso não tem preço, e também o censo de cidadania, você está fazendo algo de bom para sociedade que é levar informação”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Fundamental importância. A comunicação, o jornalismo é quem informa. Então, eu avalio como uma necessidade básica do ser humano ter um meio de comunicação para levar para ele a notícia”.</p>
E2 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Aqui em Imperatriz os positivos é só pra quem ama fazer jornalismo</p>

	<p>mesmo, para quem quer ser apresentador, pra quem quer ser repórter mesmo”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“É importante porque a gente passa conhecimento e informação. Tô com um projeto atualmente que leva justamente isso: cultura, lazer, curiosidades, informações não só de Imperatriz, mas da Região e de outros estados também”.</p>
E3 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O lado positivo, é porque você...Primeiramente pra você ser um bom profissional, pra você ser um profissional que se destaca nessa área de jornalismo você tem que amar a sua profissão e gostar”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Eu já contribuí muito para Imperatriz. Hoje eu costumo dizer que não tenho muitos bens, eu tenho uma casinha, eu tenho um carro, não tenho muitos bens, não construir muitos bens como profissional do jornalismo, mas eu adquiri algo super importante: a credibilidade, o meu nome no mercado”.</p>
E4 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“É você gostar do que você faz você. Quer queira ou não, você acaba sendo reconhecido, quando você faz com amor”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Eu acho que é importante, né, porque eu trabalho com comunicação, eu levo informação para as pessoas. As pessoas ligam no telejornal para ver a informação, para saber o que que tá acontecendo”.</p>
E5 – ANTES 2008	<p>Pontos fortes:</p> <p>“Uma espécie de amor a profissão. Amor não do ponto de vista romântico, mas o amor ético”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“O jornalismo local sustenta toda uma situação que é relevante para comunidade, para o social, para cultura, é relevante para economia, é relevante para você encontrar soluções que favoreçam a sociedade, é importante para que você cobre as autoridades responsáveis por políticas públicas”.</p>
E6 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Conhecimento, a gente acaba adquirindo um vasto conhecimento porque que a gente tem que tá inteirado de tudo um pouco, e você acaba se tornando assim uma referência para as outras pessoas”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Olha, assim, a região ela hoje interliga tudo, com a internet você vira uma coisa só. Mas assim, é muito importante pro desenvolvimento, sim, de</p>

	qualquer lugar a comunicação”.
E7 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O aspecto positivo é que, geralmente, a pessoa que exerce esse papel são pessoas que amam fazer o jornalismo”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“E poder fazer avaliações a respeito da nossa cidade, da nossa região. Pode mostrar o que tá certo e o que tá errado. Fazer com que a balança não seja dois pesos e duas medidas. Saber que a autoridades elas tem responsabilidades, saber que o povo tem os seus direitos, mas, também, tem os seus deveres”.</p>
E8 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O mercado de trabalho no jornalismo ele melhorou bastante. Ele vem melhorando com a capacitação daqueles que vão surgindo”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Uma sociedade, ela se desenvolve com homens e livros e a informação no século 21 é impensável a gente não ter. Até porque a informação ela não é mais distante, ela é muito veloz”.</p>
E9 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Eu creio que o positivo é que Imperatriz é uma grande oportunidade pra se fazer, pra se aprender a fazer. É, então eu que é uma das muitas missões que tem aqui. Então, em uma população de 200, 300 mil habitantes, você tem muitas emissoras de rádio e de TV”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“A questão do jornalismo, eu me sinto responsável pela nossa cidade.”</p>
E10 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“A gente se diverte muito. É uma profissão que nunca cai na rotina, você assim... faz muitos amigos, e você de alguma forma é a porta-voz ainda, apesar da falta de liberdade, as pessoas ainda veem assim quem trabalha na televisão como se fosse assim um salvador da pátria, né”.</p> <p>Importância para a região:</p> <p>“A gente ainda exerce um papel importante né, os comunicadores ou os jornalistas, os radialistas, eu não sei né, ou os blogueiros, de alguma forma a gente ainda tem peso né, as pessoas ainda acreditam naquilo que a gente fala, naquilo que a gente faz”.</p>
E11 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O positivo, primeiro você participa da vida da cidade. Imperatriz não é uma cidade tão grande onde a gente não se conheça né, mas também não é mais uma cidade pequena e requer a necessidade de profissionais. E o dia a dia de Imperatriz, a conquista dos direitos, a própria divulgação das potencialidades da cidade, a autoestima das pessoas, o mercado de</p>

	<p>trabalho, tudo isso passa pela comunicação, passa pela informação”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“A televisão em Imperatriz ela foi muito importante pra fazer essa interligação regional. Tanto que as informações que saem de Imperatriz hoje elas estão aqui, hoje, no estado do Tocantins e nos municípios menores que Imperatriz, o trabalho de imprensa foi fundamental em alguns momentos críticos de Imperatriz como acontece em outras cidades”.</p>
E12 – ANTES 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Através do meio de comunicação que você ocupa, do espaço que você ocupa, um elemento que vai somar, que vai melhorar a vida das pessoas, da comunidade né, pra fazer, ser a voz do que não pode falar, dos ouvidos que não pode ouvir né... Pra fazer com que o sonho, a esperança, sobretudo daqueles mais excluídos”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“O fazer Comunicação é se tornar um educador social vamos dizer assim, se tornar um agente responsável, corresponsável pela vida das pessoas, é exercer uma responsabilidade social muito grande”.</p>
E1 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Os aspectos positivos: a gente tem uma carga horária de cinco horas, que é uma vantagem, diante do mercado que ta hoje, de certa forma, mas temos uma carga horária reduzida”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“O jornalismo sério, o jornalismo bem feito, ele apurado, feito de maneira responsável, ele faz toda a diferença. Para que as pessoas entendam seus direitos, para que as pessoas possam mostrar a sua realidade e essa realidade ser transformada de alguma forma”.</p>
E2 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O telejornalismo já me levou pra lugares que, talvez, eu nunca tivesse conhecido. Já me fez conhecer um mundo de lugares, de pessoas que me ajudaram em muitos outros setores da minha vida. E também o conhecimento das pessoas da minha cidade”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Ela ainda entende que a televisão é uma forma mais oficial de representar, a partir do momento que o repórter está ali naquele local, que ouve aquelas pessoas, e que, ao mesmo tempo está do outro lado, e buscou uma forma de contrapor de buscar uma solução, mesmo que seja um caminho de mostrar”.</p>
E3 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Ter mais acesso as demandas da comunidade”.</p>

	<p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Eu avalio como de grande importância. A gente tem, às vezes, a gente não imagina o alcance que a gente tem, mas a gente consegue chegar em várias cidades, em várias regiões”.</p>
E4 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Os positivos são, bem a satisfação em poder informar mesmo o público, né? Do que acontece na cidade, daquilo que nós na redação julgamos como importante pra sociedade aqui na região”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“É de extrema importância. Hoje, ter a informação é tudo. Imagina”.</p>
E5 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Positivo: é você vivenciar as notícias. Eu acho que você tá em constante, não é nem mudança, mas está sempre atualizado no que está se passando na cidade, na sociedade em geral”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“A responsabilidade daquele conteúdo. Por exemplo: ter um cuidado com o material que está sendo exibido, no sentido social mesmo da coisa, não só de informar, mas que tenha uma preocupação social daquele material que está sendo exibido”.</p>
E6 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O positivo é você fazer o que gosta. Você fazer o que você aprendeu. O que você se encaixa”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Acho que é necessário. É muito necessário, como em todos os estados da federação”.</p>
E7 – PÓS 2008	<p>Pontos fortes:</p> <p>“É muito dinâmico, né, é dinâmico e a TV e o rádio são os veículos mais populares, é aquilo que mais chega próximo da comunidade mesmo”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Eu acho fundamental. Eu acho que, quando você tem uma imprensa estruturada, uma imprensa ética, uma imprensa que entende que a informação ela não é só uma mercadoria, mas existe uma responsabilidade social, você contribui pro desenvolvimento da região, você contribui pra formação das pessoas, formação de pensamento crítico”.</p>
E8 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Primeiro, assim, te dá uma visibilidade muito grande, muito boa. Abre as portas pra você. Então, principalmente, pra mim, assim, que gosto de estar no meio das pessoas, de conhecer, de conversar, gosto muito de tá no meio de empresários, políticos... isso te dá uma abertura”.</p>

	<p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Ah, é fundamental. Porque o jornalista, a comunicação em si, a gente não pode viver sem comunicação, né? Então, é imprescindível pra nossa região sobretudo”.</p>
E9 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“O positivo, que eu vejo, pelo menos pra mim, o fato de não ter rotina, é uma coisa muito boa e o fato de você pode ouvir várias pessoas, conhecer várias pessoas, poder estar inteirado, assim, com todos os assuntos, com todos os aspectos, né? Basicamente porque a gente cobre de tudo, faz matéria de tudo”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“A gente se comprometer ainda mais com a nossa sociedade. Porque eu acho que a gente tem que entender que o nosso papel é esse de, realmente, tentar ser o mais imparcial possível pra dar a informação do jeito que ela é”.</p>
E10 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Acho que nos dá oportunidade para gente de fazer coisas que quando a gente é anônimo a gente não consegue, né? A gente pode ajudar a comunidade, a gente, às vezes, pela nossa profissão, a gente é bastante respeitada, a gente consegue ter acesso a algumas coisas que você acaba não tendo anonimamente”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Porque a gente ver no dia a dia alguns resultados do nosso trabalho, né? Eu fico feliz a gente vai num lugar e aquele problema está resolvido”.</p>
E11 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“Aspectos positivos é você tá em contato com pessoas, com histórias de vida, com vários assuntos, várias experiências que não são tuas e você acaba vivendo aquelas experiências e isso te enriquece muito, te comovem, te faz refletir sobre muitas coisas”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Eu acho que é extremamente importante, porque, ainda mais Imperatriz, que é um cidade pólo, é a segunda maior do estado, então pra região ela é referência”.</p>
E12 – PÓS 2008	<p>Pontos positivos:</p> <p>“É eu ter essa motivação de querer saber das coisas, de ter que saber das coisas.... a questão da escrita eu sempre adorei muito escrever e hoje eu paro pra pensar assim, principalmente quando eu era repórter né, que é mais. Você escreve três redações por dia! Que aquilo é uma redação! Você escreve três redações por dia! Hoje eu não digo que eu escrevo</p>

	<p>uma redação, porque são cabeças né. Mas assim eu acho que... o respeito do público... não vou mentir, é muito bom. Isso afaga o ego”.</p> <p>Importância do jornalismo para a região:</p> <p>“Fundamental porque é a informação, né”.</p>
--	---

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista em profundidade.

O último quadro de resultados, o quadro 12, apresenta os planos pessoais e perspectivas dos entrevistados para o mercado de trabalho no telejornalismo, em Imperatriz, Maranhão.

Quadro 6 - Perspectivas para o mercado de trabalho na profissão

E1 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Aqui na emissora nós temos grandes planos, pro jornalismo, então como eu sou diretor de jornalismo eu posso fazer esses planos são pra nossa categoria. Mas os planos são inclusive valor salarial, porque o profissional ele merece ser bem remunerado, ainda mais numa emissora de televisão”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Interatividade pelos meios de comunicação de redes sociais”.</p>
E2 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Olha, meus planos é continuar em rede social. No momento está dando para agregar junto a TV, a emissora que eu faço parte, está dando para conciliar”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Valorizar mais o que é local. Eu sinto isso. Eu sinto que as pessoas querem ver coisas daqui mesmo de Imperatriz”.</p>
E3 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Pretendo expandir também na área de assessoria que é uma área que eu gostei muito, a gente hoje faz esse trabalho para algumas pessoas da Região, eu quero também aprimorar e quero mesclar, juntar as duas profissões também”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Eu acho que a tendência é cada dia o jornalismo ficar mais perto da comunidade. E com a questão da internet, as redes sociais, as notícias chegam muito rápido”.</p>
E4 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Aqui, a gente já chegou aonde tinha que chegar, mas eu pretendo, um dia, de repente, até ir tentar lá fora, né, tá na cogitação, não sei quando”.</p> <p>Tendências do mercado:</p>

	<p>“Eu vejo com um potencial muito forte a questão, hoje, das mídias sociais, né. Elas, as mídias sociais, elas estão com tudo e está agregando informação de forma muito dinâmica”.</p>
E5 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Então, assim, sinceramente, se eu me aposentar eu vou reavaliar o que eu faço hoje, e por que faço, e tal... e ver se eu tenho condições de fazer isso não estando aqui”.</p> <p>Tendências para o mercado:</p> <p>“Eu acho que o telejornalismo, a televisão como um todo, ele vai mudar de uma forma geral. Eu acho que passa por uma transição e uma transição que a gente não definiu bem como vai ser”.</p>
E6 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Eu quero continuar com o que eu comecei, hoje, com a rede social. Quero fazer na realidade um jornalismo interativo dentro das redes sociais”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Pra mim, é rede social”.</p>
E7 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“São maravilhosos. Eu espero que eu possa alcançá-los porque só o que eu tenho feito na minha vida é lutar”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Eu acho que é o jornalismo dinâmico, popular, o jornalismo mais voltado pras comunidades, as que mais precisam do poder público, as que mais necessitam desse elo”.</p>
E8 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Quando eu tiver oportunidade para se aposentar, não sei quando isso vai acontecer, a cabeça ainda considera jovem, o físico embora que já pedindo um pouco de remissão”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“A gente tem na região um crescimento de jornalismo de assessorias que até 5 anos atrás era algo muito tímido e bastante só corporativo. Então, hoje, você ver no seguimento político um parlamentar no município ele se preocupa. Ele tem um assessor, alguém da comunicação. Isso abriu muito espaço. A gente tem profissionais que saíram da faculdade hoje migrando para plataformas de fotografia”.</p>
E9 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Eu entendo que se faz necessário você sair daqui se se quiser crescer. Imperatriz é uma cidade de muitas possibilidades, mas hoje, nessa área, possibilidades limitadas”.</p> <p>Tendências para o mercado:</p>

	<p>“Quem não quer se acomodar, tem que sair. Eu não vejo muitas possibilidades. Eu olho assim pro mercado. Eu vejo queda, não ascensão.</p>
E10 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Eu quero fazer um site só de boas notícias. Não sei como isso ia sobreviver porque o que dá IBOPE são notícias ruins (...) eu quero estudar psicologia”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Eu acho que estamos passando por uma transformação na nossa forma de fazer jornalismo e isso já vem sendo uma tendência a algum tempo, e aquele jornalista que não sabe expressar a sua opinião diante do público ele tá com os dias contados</p>
E11 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Eu hoje sou advogado, atuo no Direito já tem... já vou pro quinto ano no exercício da advocacia, mas sou apaixonado pelo rádio, até mais que a televisão, e eu gostaria muito de no futuro não muito distante (já não tenho mais tanta idade) [risos]. De ter um espaço no rádio, agora assim, sem aquele comprometimento de sobreviver daquilo né, eu queria só o prazer de estar ali...”</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Eu acredito que a internet, ela é uma ferramenta importante também pra televisão. Nós já temos aqui no Instagram por exemplo o IGTV que eu acho que vai ser uma tendência natural, então o tempo ele... o produto principal do rádio e da televisão é o tempo. E eu acho que a internet vai conseguir através da fibra ótica, através de outras tecnologias que ainda vão ser descobertas, potencializar esse suporte pra você conseguir transmitir num tempo maior, num período maior assim como se faz na televisão”.</p>
E12 – ANTES 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Eu não almejo muita mudança para o futuro, eu quero apenas ocupar meu espaço, fazer meu trabalho e falando assim parece até que eu mudei, né, parece até que já entreguei os pontos, mas não é isso, é continuar fazendo, continuar contribuindo, sendo útil, né”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“O apresentador esteja mais à vontade, não fique tão engessado. A outra tendência é de que a internet seja melhor aproveitada não só como uma pauta pra você capitar ali o que pode ser notícia no telejornalismo, mas que se aproveite a internet dentro do telejornal”.</p>
E1 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Diante da profissão eu pretendo empreender. Eu não vejo que hoje,</p>

	<p>empregada, eu tenha uma ascensão que, de fato, seja satisfatória”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“A gente pode trabalhar com o celular, a gente pode trabalhar com as mídias sociais, adiantando, esmiuçando mais um assunto, por causa do tempo de TV, então, eu acho que algo dentro do telejornalismo, que seja multiplataforma, é algo que possa dar uma alavancada boa nessa área, aqui em Imperatriz”.</p>
E2 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Não é que eu queira parar, mas, eu já tenho 34 anos. Eu penso que eu não quero passar dos 40 na televisão. Minha imagem já vai tá muito cansada, eu já vou tá cansada, eu quero já tá mais nos bastidores, se for no telejornalismo que já não esteja trabalhando com a minha imagem”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Eu acho que não é só aqui, mas é uma tendência do telejornalismo brasileiro, essa ideia do profissional, cada dia mais, adaptado a essas novas plataformas. Se a gente observar, os veículos de comunicação eles estão a cada dia com caras mais novas, mais modernas”.</p>
E3 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Mas se fosse para eu continuar onde estou daria, mas também é cansativo você, por não, eu não almejar, né? Ser repórter, ser apresentador, vai ficar na mesma, eu vou passar o resto da minha vida sendo produtora”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“As redes sociais e lidar com o telespectador. Eu acho que essa inovação que pode trazer pro telejornalismo aqui de Imperatriz”.</p>
E4 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Dentro do jornalismo talvez ter um negócio próprio. Que eu acho que dentro do jornalismo o futuro é isso, o empreendedorismo”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“A convergência com outras mídias. É de ter essa ligação. Não só a internet, aquela coisa da internet que tá na mão, tá no celular. Mas com outras mídias mesmo, com o rádio, com os sites, é claro”.</p>
E5 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“Então, eu pretendo, é talvez não abandonar o telejornalismo, mas eu pretendo fazer uma pausa no telejornalismo pra poder me aperfeiçoar, estudar mesmo em outras áreas da comunicação que eu acho que eu tenho um jogo de cintura, habilidade pra fazer outras coisas e eu quero estudar, então, vou pausar um pouco o jornalismo, telejornalismo pra poder tá focando em outros projetos”.</p> <p>Tendências do mercado:</p>

	<p>“Pelo celular você consegue fazer muita coisa, inclusive a ter acesso a esse conteúdo de notícia. Então a TV precisa se reinventar, precisa mudar esse formato da comunicação que está sendo feita pra apresentar de uma forma que seja mais atrativa para o público, já que eu estou vendo a notícia que eu já vi eu preciso vê-la de uma forma diferente”.</p>
E6 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais: “Continuar no que eu tô fazendo, até onde der”.</p> <p>Tendências do mercado: “Bom, as tendências são os blogs, as próprias redes sociais (instagran, facebook), que é onde você vê notícia em todo lugar e tudo converge no final.</p>
E7 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais: “Minha prioridade é estudar, fazer um mestrado, depois um doutorado porque eu sempre quis ser professor, então, pra mim, esse é o caminho a seguir”.</p> <p>Tendências para o mercado: “Eu acho que a tendência é muito de jornalismo popular”.</p>
E8 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais: “Meus planos seriam focar em qualificação mesmo dentro da área do jornalismo ou algo aliado a isso para que eu continue exercendo a minha profissão”.</p> <p>Tendências do mercado: “Programas criativos e que atenda às necessidades da região”.</p>
E9 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais: “Eu tenho tentado entrar num mestrado”.</p> <p>Tendências do mercado: “Eu vejo que o jornalismo tá bem mais leve, bem mais tranquilo”.</p>
E10 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais: “Tenho uma perspectiva de me especializar, futuramente daqui alguns anos eu não quero mais estar na TV, eu quero procurar uma outra área que seja mais tranquila”.</p> <p>Tendências do mercado: “Com relação a tendência de mercado, eu acho que é uma tendência muito forte hoje as redes sociais, né? Eu acho que é uma coisa assim que tem muitos jornalistas migrando para essa área aí. Eu tenho vontade também de futuramente trabalhar com isso aí”.</p>
E11 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais: “Faria o curso de novo se fosse preciso. Mas eu não tenho muitas perspectivas dentro do jornalismo não. Ah, eu não quero me ver daqui a</p>

	<p>10 anos nessa área não”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Eu acho que as mídias sociais. E outra, você ter que dominar tudo isso”.</p>
E12 – PÓS 2008	<p>Planos pessoais:</p> <p>“É fazer um mestrado, esse mestrado ele vai abrir portas pra mim não somente na área da comunicação, como também na área da educação, seja ensinando numa universidade de comunicação, ou até mesmo na universidade, numa universidade de teatro, escola de teatro porque meu projeto está unindo as duas áreas”.</p> <p>Tendências do mercado:</p> <p>“Interação com o público, as mídias digitais estarem meio que entrando no telejornalismo, como já tem né, essa questão dos equipamentos digitais que terminam tornando mais dinâmica a apresentação”.</p>

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista em profundidade.

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “ **PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO JORNALISMO TELEVISIVO DE IMPERATRIZ – MA**”, sob a responsabilidade do pesquisador **MÔNICA BARBOSA BRANDÃO NASCIMENTO**. Nesta pesquisa pretendemos: “**ANALISAR COMO OCORREU O PROCESSO DE PROFISSONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO JORNALISMO TELEVISIVO EM IMPERATRIZ - MA**”.

Sua participação é voluntária e se dará por meio “ **ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE TENDO COMO BASE UM FORMULÁRIO QUE POSSUI PERGUNTAS FECHADAS, SEMIABERTAS E ABERTAS**”. Esta pesquisa apresenta baixo risco aos participantes, pois atende a todos os requisitos da resolução CNS 510/2016. A pesquisa não trará benefícios aos seus participantes, no entanto contribuirá para a **ampliação de conhecimentos sobre o processo de profissionalização no jornalismo televisivo em Imperatriz – MA**.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais da sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizado. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (99) 98132-0964, inclusive ligações à cobrar, e-mail: monicabrandao.tv@gmail.com

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

Mônica Barbosa Brandão Nascimento
MÔNICA BARBOSA BRANDÃO NASCIMENTO

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “ **PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO JORNALISMO TELEVISIVO EM IMPERATRIZ - MA**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do(a) Participante:

ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO JORNALISMO TELEVISIVO EM IMPERATRIZ - MA.

Pesquisador: MONICA BARBOSA BRANDAO NASCIMENTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 08787619.8.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.205.634

Apresentação do Projeto:

A apresentação é clara e objetiva. Atende aos requisitos do CEP.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão escritos de forma clara e coerente. A necessidade de dividir a amostra em dois grupos se deve ao impacto da não obrigatoriedade de formação específica para atuar como jornalista imposta a partir de 2008.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são baixos. Além disso, os entrevistados são todos atuantes na área de jornalismo e, portanto, conhecedores dos procedimentos de uma entrevista.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e poderá contribuir para melhor compreender o processo de profissionalização dos profissionais atuantes no jornalismo da região estudada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos foram todos apresentados de maneira satisfatória.

Recomendações:

Ao final do projeto enviar a todos os participantes da amostra uma cópia do trabalho, contendo os resultados obtidos.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 3.205.634

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não vejo nenhuma pendência ou alteração necessária, salvo melhor juízo dos colegas do CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 15/03/2019, e no uso das competências definidas na Resolução 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: **APROVADO**.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1293725.pdf	27/02/2019 15:25:26		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	27/02/2019 15:23:43	MONICA BARBOSA BRANDAO NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	27/02/2019 15:22:47	MONICA BARBOSA BRANDAO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/02/2019 15:22:00	MONICA BARBOSA BRANDAO NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	27/02/2019 15:21:11	MONICA BARBOSA BRANDAO NASCIMENTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 18 de Março de 2019